

 <p>UF GD Universidade Federal da Grande Dourados</p>	<p>MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS FACULDADE DE EDUCAÇÃO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO MESTRADO E DOUTORADO EM EDUCAÇÃO</p>	 <p>UF GD PPGEdu Programa de Pós-Graduação em Educação</p>
--	---	---

ADRIANA MENDONÇA PIZATTO

**HISTÓRIA DO CURSO DE MAGISTÉRIO DA ESCOLA
FRANCISCANA IMACULADA CONCEIÇÃO NO MUNICÍPIO DE
DOURADOS-MT/MS (1974-1991)**

**DOURADOS-MS
2023**

ADRIANA MENDONÇA PIZATTO

**HISTÓRIA DO CURSO DE MAGISTÉRIO DA ESCOLA
FRANCISCANA IMACULADA CONCEIÇÃO NO MUNICÍPIO DE
DOURADOS-MT/MS (1974-1991)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), na Linha de pesquisa História da Educação, Memória e Sociedade, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Alessandra Cristina Furtado

**DOURADOS-MS
2023**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

P695h Pizzato, Adriana Mendonça

HISTÓRIA DO CURSO DE MAGISTÉRIO DA ESCOLA FRANCISCANA IMACULADA
CONCEIÇÃO NO MUNICÍPIO DE DOURADOS-MT/MS (1974-1991) [recurso eletrônico] /

Adriana Mendonça Pizzato. -- 2023.

Arquivo em formato pdf.

Orientadora: Alessandra Cristina Furtado.

Dissertação (Mestrado em Educação)-Universidade Federal da Grande Dourados, 2023.

Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:

<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. Educação Franciscana. 2. Formação de Professores. 3. Curso de Magistério. 4. História da Educação. I. Furtado, Alessandra Cristina. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.

ADRIANA MENDONÇA PIZATTO

**HISTÓRIA DO CURSO DE MAGISTÉRIO DA ESCOLA
FRANCISCANA IMACULADA CONCEIÇÃO NO MUNICÍPIO DE
DOURADOS-MT/MS (1974-1991)**

BANCA EXAMINADORA DA DISSERTAÇÃO PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE
MESTRE EM EDUCAÇÃO

Profa. Dra. Alessandra Cristina Furtado
Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)
Presidente da Banca e Orientadora

Profa. Dra. Jacira Helena do Valle Pereira Assis
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)
Membro Titular

Profa. Dra. Míria Izabel Campos
Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)
Membro Titular

Profa. Dra. Rosemeire de Lourdes Monteiro Ziliani
Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)
Membro Suplente

**DOURADOS-MS
2023**

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, por me conceder saúde e sabedoria para chegar até aqui, por ser minha força e meu guia em todos os momentos e por ter me dado a oportunidade de escrever mais essa página em minha trajetória de vida pessoal, profissional e acadêmica.

Aos meus pais, Rosana e Joel, Adriano e Veronica, pelo apoio e incentivo em todos os momentos da minha vida, por não medirem esforços para que meu sonho se realizasse, por serem meus maiores incentivadores. Sem vocês, nada seria possível.

À minha avó Antonia, por ser meu porto seguro nos momentos de tribulação, por ser a minha intercessora e, com seu exemplo de vida, ser minha inspiração nos momentos de dificuldade. Minha eterna gratidão por todo carinho e amor dedicados a mim.

Ao meu namorado, Leonardo, por me apoiar, me incentivar, compreender minhas ausências e ansiedades no decorrer da pesquisa, por me estimular nos momentos de desânimo e por acreditar em mim.

À Professora Dra. Giana Amaral Yamin, por me incentivar e me mostrar os caminhos do ensino, da pesquisa e da extensão desde a graduação.

À minha orientadora, Professora Dra. Alessandra Cristina Furtado, minha eterna gratidão pelos saberes compartilhados, pelas horas dedicadas à minha pesquisa, pela paciência, pela parceria, pelo afeto, pelas palavras de incentivo, pelo ombro amigo nos momentos de angústia. Ganhei mais do que uma orientadora; ganhei uma amiga e um exemplo de profissional.

Às professoras Dra. Míria Izabel Campos e Dra. Jacira Helena do Valle Pereira Assis, pelo tempo dedicado à leitura da minha pesquisa para o Exame de Qualificação, pelos apontamentos e pelas observações que contribuíram para a conclusão deste trabalho. Obrigada por me encorajarem a seguir na pesquisa.

Aos amigos que ganhei nessa caminhada da pesquisa, Mariza, Lidia, Terezinha, Vanessa, Priscila, Fabiana e Wesley, obrigada pelas palavras de apoio, pelo incentivo, pelo companheirismo, pelas trocas de saberes e por não me deixarem desanimar.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu) da Faculdade de Educação (FAED) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), por toda experiência, conhecimento e crescimento acadêmico. Ao Grupo de Estudo e Pesquisa de História da Educação Memória e Sociedade (GEPHEMES), pelos momentos de interações e aprendizagens durante este caminho.

À Escola Franciscana Imaculada Conceição, pela atenção e disponibilidade dada à pesquisa, em especial à diretora Adriana e à Supervisora Eliane, que me auxiliaram na intensa busca pelas fontes.

Aos depoentes que compartilharam suas memórias, dispuseram do seu tempo e compartilharam de seus acervos pessoais para a construção dessa história: Professora Eliane Amaro, Professora Giana Amaral, Professora Rosineide Betoni, Professora Rosimeire Simões, Adélia Maura e Iolanda Betoni.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio financeiro concedido para o desenvolvimento deste trabalho*.

* O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

RESUMO

PIZATTO, Adriana Mendonça. **História do Curso de Magistério da Escola Franciscana Imaculada Conceição no Município de Dourados-MT/MS (1974-1991)**. Orientadora: Alessandra Cristina Furtado. 2023. 125 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2023.

Esta pesquisa está inserida no conjunto de estudos acadêmicos sobre a história da formação docente no Brasil e, mais especificamente, sobre a história da formação de professores do Estado de Mato Grosso/Mato Grosso do Sul. Teve como objetivo geral analisar a história do Curso de Magistério da Escola Franciscana Imaculada Conceição, hoje situada no Município de Dourados, Estado de Mato Grosso do Sul, buscando compreender o processo de sua criação, instalação e funcionamento na referida instituição, no período de 1974 a 1991. O recorte temporal da pesquisa justifica-se por dois momentos históricos: o ano de 1974 sinaliza mudanças no processo de formação de professores na Escola Franciscana Imaculada Conceição, com o fim da Escola Normal e a instalação do Curso de Magistério, devido à Reforma de Lei nº 5.692/1971, que fez com que a Escola Normal perdesse o seu *status* e fosse transformada em um Curso de Habilitação Específica para o Magistério; já o ano de 1991 marca o encerramento do Curso de Magistério, com a formatura de sua última turma. A pesquisa orienta-se na perspectiva da Nova História Cultural e pauta-se em uma bibliografia ligada à história de Mato Grosso/Mato Grosso do Sul, história da formação de professores, história e historiografia da educação, currículo, história da educação confessional, história da educação Franciscana, entre outras. A pesquisa empregou duas naturezas de documentos. A primeira delas foi de fontes documentais, divididas em documentos escritos e imagens fotográficas. Foram utilizados documentos dos arquivos da Instituição, como atas, atas de resultados finais, diplomas, listas de matrículas, lista do corpo docente, estruturas curriculares, fotografias, jornais, entre outros; e dos arquivos pessoais fotografias, cadernos e pastas de estágio. Outra natureza documental adotada foi a de fontes orais, obtidas por meio de entrevistas semiestruturadas, privilegiando as memórias das egressas do Curso. A história oral não foi usada como metodologia, mas, sim, as entrevistas. Os dados coletados foram analisados por meio de uma perspectiva histórica. Os resultados apontam que o processo de criação e instalação do Curso de Magistério da Escola Franciscana Imaculada Conceição ocorreu devido ao fechamento do Curso Normal na instituição decorrente da implantação da Lei nº 5.692/1971. Durante o período de funcionamento do Curso, a Instituição formou apenas mulheres, e seu corpo docente foi constituído, sobretudo, por professoras mulheres, em sua maioria freiras Franciscanas. Nos registros, foi encontrada a presença de apenas três professores homens. A organização curricular do Curso de Magistério esteve pautada na legislação vigente no período, constituindo-se por disciplinas de um Núcleo de Educação Geral e um Núcleo de Formação Especial. Contudo, as disciplinas que compunham a estrutura curricular do Curso de Magistério sofreram mudanças ao longo do período estudado, como a supressão e a inserção de disciplinas bem como sua carga horária. O Curso de Magistério focalizado apresentava disciplinas na estrutura curricular que tinham como principal objetivo ensinar as futuras professoras a “saber fazer”, reforçando, desta forma, o caráter tecnicista desse Curso de formação docente. Assim, durante os 17 anos de funcionamento do Curso de Magistério da Escola Franciscana Imaculada Conceição, foram formadas, 295 mulheres, as quais receberam o diploma com a habilitação para lecionar como professoras de 1ª e 4ª série, do antigo 1º grau, obedecendo à Lei nº 5.692/1971, contribuindo, portanto, para a formação de professores de Dourados e região.

Palavras-chaves: Educação Franciscana; Formação de Professores; Curso de Magistério; História da Educação.

ABSTRACT

This research is part of a set of academic studies on the history of teacher education in Brazil and, more specifically, on the history of teacher education in the State of Mato Grosso/Mato Grosso do Sul. Its general objective was to analyze the history of the Teaching Course at the Escola Franciscana Imaculada Conceição, currently located in the city of Dourados, State of Mato Grosso do Sul, seeking to understand the process of its creation, installation and operation in the referred institution, in the period from 1974 to 1991. The time frame of the research is justified by two historical moments: the year 1974 signals changes in the process of teacher training at the Escola Franciscana Imaculada Conceição, with the end of the Normal School and the installation of the Teaching Course, due to the Law Reform nº 5.692/1971, which caused the Normal School to lose its status and be transformed into a Specific Qualification Course for Teaching; 1991 marks the end of the Teaching Course, with the graduation of its last class. The research was developed from the perspective of the New Cultural History and was based on a bibliography linked to the history of Mato Grosso/Mato Grosso do Sul, history of teacher training, history and historiography of education, curriculum, history of confessional education, history of Franciscan education, among others. The research employed two types of documents. The first one was from documentary sources, divided into written documents and photographic images. Documents from the Institution's archives were used, such as minutes, minutes of final results, diplomas, enrollment lists, faculty list, curriculum structures, photographs, newspapers, among others; and from personal archives photographs, notebooks and internship folders. Another documentary nature adopted was that of oral sources, obtained through semi-structured interviews, privileging the memories of the graduates of the Course. The oral history was not used as a methodology, but the interviews. The collected data were analyzed through a historical perspective. The results indicate that the process of creation and installation of the Teaching Course at the Escola Franciscana Imaculada Conceição occurred due to the closure of the Normal Course at the institution due to the implementation of Law nº 5.692/1971. During the period of operation of the Course, the Institution trained only women, and its teaching staff consisted mainly of female teachers, mostly Franciscan nuns. In the records, the presence of only three male teachers was found. The curricular organization of the Teaching Course was based on the legislation in force at the time, consisting of disciplines from a General Education Center and a Special Training Center. However, the disciplines that made up the curricular structure of the Teaching Course underwent changes over the period studied, such as the suppression and insertion of disciplines as well as their workload. The focused Teaching Course had disciplines in the curricular structure whose main objective was to teach future teachers to "know how to do it", thus reinforcing the technical nature of this Teacher Training Course. Thus, during the 17 years of operation of the Teaching Course of the Escola Franciscana Imaculada Conceição, 295 women were trained, who received the diploma with the qualification to teach as teachers of 1st and 4th series, of the former 1st degree, obeying the Law nº 5.692/1971, thus contributing to the training of teachers in Dourados and region.

Keywords: Franciscan Education; Teacher training; Teaching Course; History of Education.

LISTA DE SIGLAS

CAND Colônia Agrícola Nacional de Dourados

CAPES Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior

ENEM Exame Nacional do Ensino Médio

GEPHEMES Grupo de Pesquisa História da Educação Memória e Sociedade

FAED Faculdade de Educação

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LDB Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MS Mato Grosso do Sul

MT Mato Grosso

OSPB Organização Social e Política Brasileira

PIBEX Programa Institucional de Bolsas de Extensão

PIBID Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência

PPGEDU Programa de Pós- Graduação em Educação

RAE Regime Acadêmico Emergencial

UEMS Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

UFGD Universidade Federal da Grande Dourados

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Acervo de fotografias da Escola Franciscana Imaculada Conceição.....	25
Figura 2 – Pasta de fotografias da Escola Franciscana Imaculada Conceição	25
Figura 3 – Livros Atas da Escola Franciscana Imaculada Conceição	26
Figura 4 – Livros Atas da Escola Franciscana Imaculada Conceição (Produzidos à mão).....	26
Figura 5 – Seleção documental na biblioteca da Escola Franciscana Imaculada Conceição ...	27
Figura 6 – Mapa da Região de Dourados e seus distritos.....	32
Figura 7 – Sede da Colônia Agrícola de Dourados (1943).....	35
Figura 8 – Mapa do Estado de Mato Grosso do Sul, com destaque para o Município de Dourados.....	39
Figura 9 – Localização da região da Grande Dourados.....	40
Figura 10 – Mapa da Região da Grande Dourados com suas fronteiras	41
Figura 11 – Chegada das Freiras Franciscanas em Dourados.	57
Figura 12 – Irmãs Franciscanas sendo recepcionadas no aeroporto de Dourados	58
Figura 13 – Fachada Central do Instituto Educacional de Dourados, na década de 1970.....	61
Figura 14 – Diploma n° 09	65
Figura 15 – Diploma n° 21	66
Figura 16 – Formatura do Magistério em 1984.....	67
Figura 17 – Abertura e Plano de aula Letra “A”	86
Figura 18 – Continuação e Desenvolvimento do Plano de aula Letra “A”	86
Figura 19 – Exercícios do Plano de Aula de Aula Letra "A"	87
Figura 20 – Continuação de Exercícios do Plano de aula Letra “A”	87
Figura 21 – Plano de Aula “Religião”	90
Figura 22 – Final do Plano de Aula “Religião”.....	91
Figura 23 – Exercícios do Plano de Aula “Religião”	91
Figura 24 – Pasta de Estágio Supervisionado do Magistério (1984).....	94
Figura 25 – Abertura da Pasta de Estágio Supervisionado do Magistério (1984).....	94
Figura 26 – Caderno escolar do Magistério (1984).....	95
Figura 27 – Cronograma de dias letivos.....	97
Figura 28 – Início do Plano de aula de Matemática	99
Figura 29 – Final do Plano de aula de Matemática	99
Figura 30 – Ata n° 02	101
Figura 31 – Ficha de Observação de aula prática.....	103
Figura 32 – Relato da estagiária sobre a experiência do Estágio	105

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Teses e dissertações localizadas no mapeamento de pesquisas.....	19
Quadro 2 – Fontes documentais do arquivo escolar.....	23
Quadro 3 – Fontes documentais de arquivo pessoal.....	28
Quadro 4 – Perfil das entrevistadas	29
Quadro 5 – Escola existentes em Dourados entre as décadas de 1940 a 1950.....	47
Quadro 6 – Quantitativo de Matrículas (1974-1991)	68
Quadro 7 – Relação dos Professores, sua formação e as respectivas disciplinas (1975)	71
Quadro 8 – Corpo docente da década de 1980	72
Quadro 9 – Plano de Estudos da Habilitação Específica para o Magistério de acordo com a Lei nº 5.692/1971	74
Quadro 10 – Estrutura curricular de 1975 a 1979	75
Quadro 11 – Estrutura curricular de 1980 a 1986	79
Quadro 12 – Estrutura curricular de 1987 a 1991	82

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População censitária do Município de Dourados (1940-1950)	36
Tabela 2 – População censitária do Município de Dourados (1970-1996)	37
Tabela 3 – Dados referentes ao número de formandas(os) (1974-1991)	70

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 Orientações teóricas e metodológicas da investigação.....	15
1.2 A revisão da literatura, o percurso de coleta e organização de dados.....	18
2 A HISTÓRIA DO MUNICÍPIO DE DOURADOS E O SEU CENÁRIO EDUCACIONAL.....	31
2.1 O Município de Dourados.....	31
2.2 A história da educação e a formação de professores no Estado de Mato Grosso e no Município de Dourados.....	41
2.2.1 A educação e a formação de professores no Estado de Mato Grosso	41
2.2.2 A educação e a formação de professores no Município de Dourados.....	45
3 A ESCOLA FRANCISCANA IMACULADA CONCEIÇÃO E O CURSO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES: EM FOCO, O CURSO DE MAGISTÉRIO.....	53
3.1 A Escola Franciscana Imaculada Conceição.....	53
3.2 O Curso de Magistério.....	61
3.3 O quadro discente.....	67
3.4 O corpo docente.....	71
4 A ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO CURSO DE MAGISTÉRIO DA ESCOLA FRANCISCANA IMACULAÇÃO CONCEIÇÃO.....	74
4.1 A organização curricular do Curso de Magistério: as estruturas curriculares.....	74
4.1.1 As estruturas curriculares	75
4.2 As disciplinas do Curso de Magistério e os seus conteúdos curriculares: algumas abordagens.....	85
4.2.1 A disciplina Prática de Ensino: as técnicas de ensino	85
4.2.2 A disciplina Ensino Religioso e os ensinamentos da Doutrina Católica.....	89
4.2.3 O Estágio Obrigatório: entre observação, participação e regência.....	92
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	106
REFERÊNCIAS.....	111
APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO	121
APÊNDICE B – CESSÃO DE DIREITOS DE USO E DIVULGAÇÃO DE ARQUIVO PESSOAL.....	122
APÊNDICE C – CESSÃO DE DIREITOS DE USO E DIVULGAÇÃO DE RELATO ORAL	123
APÊNDICE D – CESSÃO DE DIREITOS DE USO E DIVULGAÇÃO DE IDENTIFICAÇÃO.....	124
APÊNDICE E – ROTEIRO DE ENTREVISTA	125

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação está vinculada à linha de pesquisa “História da Educação, Memória e Sociedade”, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Grande Dourados (PPGEDU/UFGD), e inscrita no campo de pesquisas sobre a história da formação de professores no Brasil, mais especificamente sobre a formação de professores do Estado de Mato Grosso do Sul (MS) e do Município de Dourados. Além disso, está articulada ao projeto de pesquisa “Inventário de fontes documentais: um estudo sobre a formação e a profissão docente no Município de Dourados/MS e região (1959-1996)”, coordenado pela Professora Doutora Alessandra Cristina Furtado. Seu objetivo consistiu em analisar a história do Curso de Magistério ofertado na “Escola Franciscana Imaculada Conceição”, localizada no Município de Dourados-MT/MS, durante o período que compreende os anos de 1974 a 1991.

Antes de adentrar nos caminhos da pesquisa, eu gostaria de compartilhar um pouco de minha trajetória. Minha vida escolar iniciou-se aos seis anos de idade, em uma turma pré-escolar, de uma instituição pública da cidade de Dourados-MS. Desde então, encantei-me pelo mundo escolar e pelos professores e professoras que por minha vida passaram. Me recordo do pequeno quadro de giz, do giz branco, dos livros e dos cadernos com os quais eu brincava. Ser professora estava cada vez mais presente em meus objetivos para quando eu crescesse. Os bons mestres que tive durante toda a trajetória escolar motivavam-me cada vez mais a lutar pelo meu sonho, até que chegou o momento tão temido de prestar o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e o vestibular. Graças aos conhecimentos adquiridos nas instituições públicas, obtive aprovação no curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Unidade Universitária de Dourados, no ano de 2015.

Posso dizer que adentrar em um curso superior era a realização de um sonho não só meu, mas, também, da minha família, pois fui a primeira pessoa desse contexto a fazê-lo. Logo no primeiro ano de faculdade tive a oportunidade de atuar como bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), uma experiência fundamental para me constituir professora. Além de o PIBID ter proporcionado vivências do “chão da escola”, também favoreceu meu primeiro contato com o “mundo da pesquisa” e despertou em mim o sonho de ampliar meus estudos para além do curso de graduação. Infelizmente, esse Programa sofreu cortes de verbas e, sob o risco de perder o auxílio financeiro, em 2016, migrei para o Programa Institucional de Bolsas de Extensão Universitária (PIBEX), passando a atuar no projeto da mesma orientadora do PIBID, e pude dar sequência aos estudos e às atividades desenvolvidas.

Assim segui até o término da graduação, desenvolvendo ações na comunidade e refletindo sobre as minhas práticas enquanto futura professora; reflexões as quais subsidiaram a publicação de artigos e resumos em eventos nacionais. Estar em uma universidade pública e ter a oportunidade de participar de programas, como o PIBID e o PIBEX, possibilitaram-me conhecer várias cidades do Brasil, participar de cursos e congressos, seminários. Com isso, fui adentrando cada vez mais ao mundo da pesquisa.

Ao concluir a graduação em Pedagogia, em 2019, atuei como professora de bebês em uma instituição privada de Dourados, momento no qual pude colocar em prática os saberes adquiridos, mas o sonho de seguir estudando continuava em meu coração. Por isso, em 2019, cursei uma disciplina como aluna especial no curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Grande Dourados (PPGEdu/UFGD).

O ingresso como aluna regular do mestrado aconteceu somente em 2021, em um momento de muitas incertezas para o mundo todo, pois enfrentávamos a pandemia da COVID-19. Nesse período, as pessoas viviam com o medo e com a incerteza quanto ao futuro, temiam pela sua vida e pela vida das pessoas à sua volta. As crianças foram privadas de ir à escola, ao parque ou a qualquer outro lugar. A maioria dos adultos teve que se readequear e trabalhou em casa, pois o momento exigia que todos ficássemos isolados e que mantivéssemos contato apenas com aqueles que moravam conosco. Assim como tudo precisou se readequear ao momento caótico que vivíamos, as universidades também careceram se ajustar para continuarem com suas atividades. Nesse momento, pela primeira vez, participei, de forma remota, do processo seletivo para ingressar ao Mestrado em Educação da UFGD.

Não foi uma experiência fácil. Lembro-me que, para realizar a prova, precisei ir para casa de uma amiga, pois em minha residência não haveria o silêncio e a calma que eu precisaria para realizar a prova. Eu também necessitava de um computador de apoio para qualquer intercorrência. Havia insegurança, pois o resultado não dependia apenas de minha dedicação e esforço, mas de um sinal adequado de internet e de tecnologia. A ansiedade pelos resultados de cada etapa do processo seletivo era enorme, até que o sonhado resultado de APROVADA aconteceu.

Em abril de 2021, o sonho começou a ser realizado. Iniciamos as disciplinas, infelizmente ainda ofertadas de forma remota, devido ao Regime Acadêmico Emergencial (RAE). Mas, mesmo dessa maneira, as aprendizagens aconteceram e um novo mundo se abria. As aulas no formato virtual não nos impossibilitaram de aprender com as/os professoras/es e com as/os colegas. Amizades se constituíram e os “cafés *onlines*” nos deixavam cada vez mais próximos uns dos outros. As atividades continuaram todas de forma remota, inclusive os

momentos dedicados às orientações e discussões do Grupo de Pesquisa História da Educação Memória e Sociedade (GEPHEMES).

Vale ressaltar que, além de cursar as disciplinas de modo remoto devido à pandemia, a coleta de dados da pesquisa apresentada também foi desenvolvida durante o período pandêmico em 2021. Por isso, a coleta de documentos na instituição foi realizada com cuidados redobrados. A utilização da máscara foi indispensável para adentrar no ambiente escolar, pois, além de me proteger, era necessário proteger as demais pessoas presentes naquele ambiente. Assim como a máscara foi necessária, o uso de álcool nas mãos após a manipulação de documentos que outras pessoas haviam manipulado também foi fundamental.

O contato com as colaboradoras da pesquisa igualmente foi realizado de forma virtual e a apresentação da pesquisa e os agendamentos das entrevistas foram feitos por meio do aplicativo *WhatsApp*. Das seis entrevistas realizadas, apenas uma ocorreu de forma presencial, enquanto as demais ocorreram pela plataforma do *Google Meet*, o que, infelizmente, gerou remarcações de datas em alguns casos, devido à instabilidade do sinal de internet. Ademais, o fato de trabalharmos em nossas casas gerou imprevistos com frequência, mas, apesar do distanciamento de corpos que o momento nos obrigava a ter, usar essa ferramenta nos permitiu entrevistar pessoas de outros estados do Brasil. Mesmo utilizando a tela de um computador, foi possível sentir a emoção das entrevistadas ao revisitarem seu passado, pois sorrisos, lágrimas de emoção e muito afeto permearam esses momentos.

Por fim, aos poucos, no ano de 2022, tudo foi voltando ao normal, e, após 14 meses cursando o mestrado, tive a oportunidade de conhecer minha orientadora presencialmente e, assim, receber minha primeira orientação presencial, pois até então todos os encaminhamentos da pesquisa também ocorreram no formato virtual.

O interesse em pesquisar um tema ligado à formação de professores surgiu no ano de 2018, quando eu cursava o último ano de graduação em Pedagogia, como estudante da UEMS, momento em que, por ocasião de um trabalho da disciplina “Seminário: Infância e Educação”, coletei dados, por meio de entrevista, com uma mulher/professora para estudar sobre seu período de escolarização como aluna de internato.

Durante a conversa, as memórias da entrevistada iam e vinham e vagavam entre os diferentes tempos da sua vida. Relatou a respeito das suas professoras do internato, das relações com a mãe e revelou que, quando já casada, lutou para estudar e se tornar professora. Contou com emoção suas experiências vividas no Curso de Magistério na Escola Franciscana Imaculada Conceição, tratou de histórias sobre o cotidiano no curso, como planejou seu estágio supervisionado e informou que a referida instituição oferecia ensino primário a crianças pobres

no período vespertino. Ao ouvir suas memórias, encontrei alguns aspectos semelhantes na sua fala discutidos nas disciplinas da graduação, ligadas à história da educação e da infância.

Sendo assim, senti a necessidade de compreender como se deu o funcionamento do Curso de Magistério da Escola Franciscana Imaculada Conceição, instituição esta que foi primeira a ofertar um curso de formação de professores no Município de Dourados, no caso na época, o Curso Normal, no final da década de 1950. Porém, o interesse por pesquisar tal Curso dessa Instituição não ocorreu apenas por esta razão, mas, também, por ser uma escola de origem confessional católica, pertencente à Ordem Franciscana, mais precisamente, à ala feminina, a Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência Cristã, que marcou a formação de professores com uma cultura escolar católica segundo os preceitos Franciscanos.

Esta Introdução conta ainda com mais duas partes: a primeira versa sobre as orientações teóricas e metodológicas da investigação, e a segunda apresenta a revisão da literatura e o percurso de coleta e organização de dados.

1.1 Orientações teóricas e metodológicas da investigação

Desenvolvemos a pesquisa a partir da perspectiva da Nova História Cultural, uma teoria que possibilita um olhar amplo em relação aos objetos e fontes de estudo, proporcionando uma nova maneira de fazer e escrever a história. Definimos como objetivo geral analisar a história do Curso de Magistério da Escola Franciscana Imaculada Conceição, compreendendo o seu processo de criação, instalação e funcionamento, no município de Dourados-MT/MS, durante o período de 1974 a 1991. Como objetivos específicos, propusemos: I) investigar o processo de criação e instalação do Curso de Magistério da Escola Franciscana Imaculada Conceição; II) caracterizar o perfil de suas alunas e quadro docente; III) analisar a organização curricular do Curso; IV) identificar as contribuições proporcionadas pelo Curso às egressas e professoras.

Diante dos objetivos propostos, estabelecemos o seguinte problema de pesquisa: como a instalação e o funcionamento do Curso de Magistério da Escola Franciscana Imaculada Conceição contribuíram para a formação docente do município de Dourados e região? Esse problema se desdobrou em outras indagações que nortearam a presente pesquisa: como foi o processo instalação desse Curso no Município de Dourados? Quem eram os alunos atendidos por esse Curso de Magistério? Quem eram os docentes atuantes nesse Curso? Como era a organização curricular do Curso de Magistério? Quais as contribuições propiciadas por esse Curso de Magistério à formação de professores do Município de Dourados e região?

A Nova História Cultural “tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade cultural é construída, pensada, dada a ler”, como orienta Chartier (1990, p. 17). Desse modo, pensar a história e o lugar em que ela se constitui exige uma articulação complexa entre o entendimento de tempos, espaços, indivíduos, na maneira como a realidade é vista e como os fatos podem ser representados.

A abordagem da Nova História Cultural vem sendo bastante utilizada nas investigações da história da educação. De acordo com Furtado (2012), a Nova História Cultural proporcionou alargamento no campo de abordagens dos historiadores, pois acontecimentos presentes na vida cotidiana e de personalidades antes esquecidas nas análises históricas começaram a ser estudados. As noções de “práticas” e de “representações” elaboradas por Chartier (1990; 2002) também fazem parte da pesquisa, pois consideramos que ambas se apresentam nas

[...] tentativas de decifrar de outro modo as sociedades, penetrando nas meadas das relações e das tensões que constituem a partir de um ponto de entrada particular (um acontecimento, importante ou obscuro, um relato de vida, uma rede de práticas) e considerando não haver prática ou estrutura que não seja produzida pelas representações contraditórias e em confronto, pelas quais os indivíduos e os grupos dão sentido ao mundo que é deles. (CHARTIER, 1990, p. 177).

Tais noções contribuíram para a compreensão de como a Escola Franciscana Imaculada Conceição almejava a formação das alunas do Magistério. Além disso, nos auxiliaram na análise dos documentos encontrados, alusivos ao Curso, como os convites de formatura, atas, fotografias, pastas de relatório de estágio e cadernos, entre outros. Ao analisar tais fontes, observamos o discurso representacional que os delineia.

Ainda em se tratando de apoio teórico, foi necessário, nesta pesquisa, estudar as questões ligadas ao currículo para que pudéssemos identificar e analisar a organização curricular do Curso de Magistério. Partimos do princípio que a análise histórica do currículo deve tentar “captar as rupturas e disjunturas, surpreendendo, na história, não apenas aqueles pontos de continuidade e evolução, mas também as grandes discontinuidades e rupturas”, como preconiza Goodson (2001, p. 07). Ainda segundo o autor, o currículo pode ser definido como uma construção social, pois em cada momento histórico e social, traduz conteúdos que expressam os princípios orientadores do sistema educacional por meio de diretrizes e normas que orientam o que deve ser lecionado. Dessa forma, a escola reflete essas orientações (GOODSON, 2001).

Para alcançar os objetivos da investigação, realizamos um estudo aprofundado sobre a temática, discutida por Nóvoa (1992), Tanuri (2000), Furtado (2012), Magalhães (2004), entre

outros autores, que consideram o recorte temporal e espacial estabelecido para o desenvolvimento da pesquisa (de 1974 a 1991).

O recorte se justifica, inicialmente, pela implantação da Reforma Educacional, por meio da Lei nº 5.692/1971 (BRASIL, 1971), a qual modificou a Lei nº 4.024/1961 (BRASIL, 1961) no que se refere ao exercício do Curso de Magistério no país. Com a implantação da nova Lei, o Brasil alterou sua organização de ensino, no caso da formação docente, e obrigou a formação mínima em nível de 2º grau para professores atuantes até a 4ª série do ensino de 1º Grau (antigo primário e atual Anos Iniciais do Ensino Fundamental), conforme os seus artigos 29 e 30:

Art. 29. A formação de professôres e especialistas para o ensino de 1º e 2º graus será feita em níveis que se elevem progressivamente, ajustando-se às diferenças culturais de cada região do País, e com orientação que atenda aos objetivos específicos de cada grau, às características das disciplinas, áreas de estudo ou atividades e às fases de desenvolvimento dos educandos.

Art. 30. Exigir-se-á como formação mínima para o exercício do magistério:

- a) no ensino de 1º grau, da 1ª à 4ª séries, habilitação específica de 2º grau;
- b) no ensino de 1º grau, da 1ª à 8ª séries, habilitação específica de grau superior, ao nível de graduação, representada por licenciatura de 1º grau obtida em curso de curta duração;
- c) em todo o ensino de 1º e 2º graus, habilitação específica obtida em curso superior de graduação correspondente a licenciatura plena. (BRASIL, 1971, sic, s.p.).

Dessa forma, devido às imposições, professores leigos deveriam complementar sua formação mínima, a partir de então, para o nível de Magistério. Especificamente tratando-se da instituição investigada, no ano de 1974, essa alteração legal desencadeou período de mudanças no processo de formação de professores da Escola Franciscana Imaculada Conceição, extinguindo-se a Escola Normal e instalando-se o Curso de Magistério. A Escola Normal perdeu seu *status* e a formação docente foi transformada em um Curso de Habilitação Específica para o Magistério, conforme ocorreu em outras Escolas Normais do Brasil.

A oferta desse Curso ocorreu até o ano de 1991, constatação comprovada pela ausência de arquivos e atas com registros de novas matrículas ou registros de certificados nos arquivos da instituição. Possivelmente, alguns fatores podem ter contribuído para essa extinção entre eles, o avanço dos cursos de Pedagogia nas instituições de ensino superior e o aumento da oferta desse tipo de formação em instituições públicas na cidade. Voltando à justificativa do recorte temporal delimitado para o estudo, não podemos esquecer que a década de 1970 foi um período marcado por mudanças nos campos educacional, social e político do país, como a criação do Estado de Mato Grosso do Sul, por meio da Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977 (BRASIL, 1977), pelo desmembramento do antigo Mato Grosso, implantado em 1º de janeiro

de 1979. Essa medida contribuiu para a definição do recorte espacial da investigação focalizar um espaço atualmente situado no Estado de Mato Grosso do Sul, o Município de Dourados, onde se encontra localizada a instituição investigada. Dourados é uma cidade de médio porte fundada em 1935 e situa-se na região sul do Estado, na região Centro-Oeste do Brasil.

1.2 A revisão da literatura, o percurso de coleta e organização de dados

Como ponto de partida para a investigação, com o intuito de compreendermos a temática e situarmos o objeto de estudo no campo da História da Educação, realizamos um mapeamento dos estudos recentes que possuem como temática o curso de Magistério na plataforma Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), uma ferramenta que possibilita a localização de trabalhos científicos. Como caminho metodológico para a realização do levantamento bibliográfico, inicialmente, foram utilizados descritores selecionados de acordo com o objeto da pesquisa e combinados pelo termo *and*: “Dourados” *and* “Escola Franciscana”, “Curso de Magistério” *and* “Mato Grosso do Sul”, “história da educação” *and* “Magistério”, “história da formação de professores” *and* “Magistério”, “trajetórias de formação” *and* “Magistério”, “memórias” *and* “professoras” *and* “Magistério”, “Magistério” *and* “formação de professores”, “Magistério”, “Dourados” *and* “Escola Franciscana” e “escola normal”. Utilizamos, como filtros de busca das teses e dissertações, os seguintes critérios: pesquisas desenvolvidas nos últimos dez anos (2011-2021), redigidas em língua portuguesa, defendidas em cursos de pós-graduação, e procedemos à leitura de seus respectivos títulos e resumos. Como resultado, selecionamos 10 produções que mais se aproximavam da temática em questão, conforme apresentado no Quadro 1.

Quadro 1 – Teses e dissertações localizadas no mapeamento de pesquisas

Nº	Autor (a)	Título	Natureza do Trabalho	Instituição	Defesa
1	Sandra Herszkoeicz Frankfurt	Da escola normal à habilitação específica para o magistério em 2º grau: práticas e apropriações (1961-1981)	Tese (Doutorado em Educação)	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)	2011
2	Ana Paula Fernandes da Silva Piacentine	História da formação para professores leigos rurais: o curso de magistério rural em Dourados, na década de 1970	Dissertação (Mestrado em Educação)	Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)	2012
3	Maryahn Koehler Silva	Ensino normal: da formação da professora à formação mulher, esposa e mãe	Tese (Doutorado em Educação)	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)	2013
4	Débora Magali Miranda Vieira	A escola normal da Bahia: saberes veiculados na formação das mulheres para o magistério (1890-1914)	Dissertação (Mestrado em Educação)	Universidade Federal da Bahia (UFBA)	2013
5	Maria do Carmo Campos da Silva Silva	Memórias e trajetórias de professores egressos do curso de magistério da escola “Menodora Fialho de Figueiredo” de Dourados (1971-2001)	Dissertação (Mestrado em Educação)	Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)	2013
6	Marcelo Pinheiro Cigales	A sociologia educacional no Brasil (1946-1971): análise sobre uma instituição de ensino católica	Dissertação (Mestrado em Educação)	Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)	2014
7	Antonia Marlene Vilaca Telles	História da educação brasileira: a mulher como protagonista da educação no ideário positivista 1880-1930	Dissertação (Mestrado em Educação)	Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)	2015
8	Marliane Azevedo Lira de Medeiros Costa	A constituição da identidade docente na escrita de memoriais em turma de magistério	Dissertação (Mestrado em Educação)	Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	2016
9	Magda De Abreu Vicente	A escola normal regional Imaculada Conceição em Pelotas/RS: a atuação da Igreja Católica e dos poderes públicos (1955-1971)	Tese (Doutorado em Educação)	Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)	2018
10	Eliane Maria Amaro	Escola Franciscana Imaculada Conceição: História da Instituição educativa na região de Dourados, sul de Mato Grosso (1955-1975)	Dissertação (Mestrado em Educação)	Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)	2018

Fonte: Quadro elaborado pela pesquisadora (PIZATTO, 2021)

A partir dos trabalhos apresentados no Quadro 1, apreendemos pesquisas sobre a história da formação de professores em nível de Magistério, a história da implantação dos cursos em algumas regiões do Brasil, os currículos adotados e memórias de egressas. Podemos observar que, entre as produções selecionadas, apenas três resultam de teses de doutorado, nos levando a ponderar que a temática vem sendo mais discutida a nível de pesquisas de mestrado.

Constamos que a maior parte dos trabalhos encontrados nas plataformas explana o tema de modo geral: contextualizam o Curso de Magistério no Brasil, como ocorreu o processo de

implantação e funcionamento, por meio da Lei nº 5.692/1971 (BRASIL, 1971), e refletem o alinhamento do Curso às funções atribuídas à mulher, pois entendia-se que elas tinham vocação para desenvolver a docência. Importa lembrar que a sociedade enxergava o magistério como extensão da maternidade e como o único trabalho possível de ser exercido por uma mulher. Desta forma, algumas disciplinas tinham como objetivo preparar a mulher para a maternidade, para o casamento e para ser “boa” dona de casa. Segundo Rosemberg (2012, p. 338), as “[...] mulheres eram tidas como menos inteligentes e mais frágeis que os homens. Incluiu-se Educação Doméstica em seu currículo, porque ‘a mulher é rainha do lar’”.

Na legislação, a mulher foi legitimada como “a” profissional ideal para atuar na educação da *infância* e sua inserção no mercado de trabalho esteve atrelada ao patriarcalismo. As mulheres que integravam as classes favorecidas assumiram a profissão quando o marido não possuía condições de prover o sustento familiar. Como consequência do desenvolvimento opressor do sistema capitalista, a elas foram oferecidas profissões “femininas”, apropriadas ao instinto maternal, entre elas a de professora primária, conforme reitera Moraes (2002). A esse respeito, Vianna (2013) pondera que a entrada ao Magistério configurou um dos primeiros campos de trabalho para mulheres brancas oriundas das classes médias (estudosas, mas portadoras de uma feminilidade idealizada), as quais foram protagonistas da luta pelo alargamento da participação feminina na esfera econômica.

Os trabalhos não selecionados para as análises explanam temas que não estão de acordo com a temática proposta, como a formação de professores para o segundo ciclo (6º ao 9º ano do Ensino Fundamental), formação de professores para o Ensino Médio, políticas de formação para professores Indígenas, educação a distância, políticas de formação continuada, professores com deficiências, programas de formação inicial como o PIBID e trabalhos que especificam a formação por áreas, como, por exemplo, matemática, física, ciências biológicas, entre outros.

Vale ressaltar que alguns estudos adotados como fonte para esta investigação¹ não resultaram das buscas realizadas nas plataformas, mas os utilizaremos, pois foram importantes para a contextualização do curso de Magistério no Brasil e da formação de professores.

Dentre os trabalhos selecionados para as análises, os mais próximos ao objeto desta pesquisa são as dissertações de Amaro (2018), Silva, M. C. (2013) e Piacentine (2012).

¹ Ressaltamos que a dissertação “A escola normal de moças das elites: um estudo das práticas escolares, culturais e sociais do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora (1946-1961)”, de Fernanda Ros Ortiz (2014), não aparece nas buscas realizadas na plataforma BDTD, porém, mesmo não constando na revisão de literatura, ela fará parte das discussões apresentadas.

A primeira dissertação, *Escola Franciscana Imaculada Conceição: história da instituição educativa na região de Dourados, sul de Mato Grosso (1955-1975)*, desenvolvida por Amaro (2018), na UFGD, tem sua análise baseada nas seguintes categorias: a motivação para criação e instalação dessa Escola Franciscana, o cenário físico do prédio (interno e externo), o perfil dos agentes sociais que ali se movimentaram (discente, docente, inspetores, entre outros), as características de sociabilidade, bem como o cotidiano escolar. Segundo Amaro (2018), as necessidades da região e da Congregação demandavam um modelo de escola que alfabetizasse a população e formasse um quadro docente. A carência de escolas na região, somada à falta de pessoas qualificadas, fortaleceram o papel da “escola das Irmãs”, na perspectiva da sociedade douradense. A dissertação em foco não aborda aspectos do curso de Magistério, objeto desta pesquisa, mas, de forma geral, revela aspectos do funcionamento da Instituição investigada e dados relevantes sobre o Curso Normal, entre os anos de 1959 a 1963.

A dissertação de Silva, M. C. (2013), *Memórias e trajetórias de professores egressos do curso de magistério da escola “Menodora Fialho de Figueiredo” de Dourados (1971-2001)*, também defendida na UFGD, apresenta análises sobre o curso de Magistério entre os anos de 1971 (início do curso de formação de professores na instituição) e 2001 (encerramento do Curso na instituição). Para o desenvolvimento da pesquisa, a autora utilizou documentos do arquivo da Escola (pastas de ex-alunos e antigos professores do Curso de Magistério, listas de matrículas, livros de registros de diplomas, diários oficiais, fotografias), além de ter recorrido à técnica da entrevista temática com os professores egressos do Curso de Magistério.

Segundo Silva, M. C. (2013), em Dourados ocorreu a instalação tardia dos cursos de formação de professores, o sendo apenas no final de 1950. A autora cita a Escola Franciscana Imaculada Conceição, até então nomeada como Instituto Educacional de Dourados. Em relação ao funcionamento do Curso na referida escola, Silva, M. C (2013) destaca que

[...] o trabalho didático desenvolvido em suas práticas docentes esteve intimamente ligado à formação católica e às disciplinas ministradas no curso. As normalistas tinham na sua prática pedagógica tudo o que era visto na sua formação teórica, pois a finalidade era ensinar, então deveriam estar preparadas para essa tarefa. As disciplinas oferecidas no curso eram parte integrante de sua trajetória, propiciando às alunas os conhecimentos necessários para o bom desempenho de suas funções e também para a utilização em sua prática cotidiana, como mãe de família. (SILVA, 2013, p. 25).

Outro dado importante apresentado pela autora é que, somente na década de 1970, fundou-se a primeira escola pública de formação de professores em Dourados, atualmente conhecida como Escola Estadual Menodora Fialho de Figueiredo (SILVA, M. C., 2013).

A dissertação de Piacentine (2012), *História da formação para professores leigos rurais: o curso de magistério rural em Dourados, na década de 1970*, igualmente desenvolvida na UFGD, nos ajudou a compreender como se deu o processo de implantação e funcionamento do Curso de Magistério Rural, na década de 1970, no Município de Dourados. O trabalho examina as políticas educacionais e a história para a formação de professores leigos no Brasil, e em Mato Grosso, com a finalidade de entender o processo de implantação do Curso de Magistério Rural em Dourados. Um dado importante apresentado nessa pesquisa é que o Curso de Magistério Rural possuía um tempo de duração diferente do Curso de Magistério regular.

As dissertações referenciadas se aproximam desta pesquisa, pois apresentam estudos sobre a história da instituição e a história da formação docente por meio do Curso de Magistério no Município de Dourados, lócus desta dissertação. Apesar desta aproximação, os trabalhos não privilegiaram como objeto de estudo o Curso de Magistério da Escola Franciscana Imaculada Conceição, instituição que, conforme mencionado anteriormente, foi a primeira a oferecer um curso de formação docente no Município de Dourados, no caso, o Curso Normal, no final dos anos de 1950. Além disso, trata-se de uma escola de origem confessional católica, pertencente à Ordem Franciscana, mais precisamente à Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência Cristã, com uma educação delineada por orientações cristãs, baseada em princípios como:

[...] a justiça, a bondade, a misericórdia, a caridade, a fraternidade, a minoridade, a cortesia, a cordialidade, a gratuidade, a paciência, a ternura, a alegria e a acolhida; ser alguém simples, humilde, livre, sem preconceitos, confiante, que realiza serviços manuais, construtor de paz, respeitoso frente aos humanos e demais criaturas, capaz de admirar a beleza, preocupado com o bem dos outros e praticante da ética cristã. (RAMOS, 2018, p. 5).

Assim, apreendemos que a base da educação franciscana é a relação humana, ou seja, como a pessoa se relaciona com o outro, consigo e com Deus (RAMOS, 2018). Essa base, conseqüentemente, alicerçou a formação de professores no Curso de Magistério da Escola Franciscana Imaculada Conceição, de 1974 até 1991, com uma cultura escolar católica baseada nas orientações e princípios franciscanos, com a espiritualidade católica marcando presença em disciplina e nas práticas educativas desse Curso.

Diante do exposto, justificamos a importância de pesquisar a história do Curso de Magistério da Escola Franciscana Imaculada Conceição, não apenas pela ausência de estudos sobre ele e pelo fato de essa Escola ter sido a primeira instituição a ofertar a formação de professores no Município de Dourados, mas também pela condução educacional realizada pelas

Irmãs Franciscanas da Penitência Cristã, que organizaram e desenvolveram esse Curso com base nas orientações e princípios católicos da Ordem Franciscana.

Para o levantamento de dados, empregamos duas naturezas de documentos. A primeira contempla as fontes documentais presentes tanto no arquivo quanto na biblioteca da Escola Franciscana Imaculada Conceição e em arquivos pessoais. Segundo Bellotto (2017, p. 137), as fontes documentais possuem um “valor permanente pela densidade de seu valor informativo testemunhal, tanto para a história institucional da entidade que os criou/produziu, acumulou, como para a sociedade, em cujo contexto viveu e atuou aquela instituição”.

Compreendendo a importância desses documentos, iniciamos a busca por documentos nos arquivos da Escola Francisca Imaculada Conceição, ocasião na qual grande quantidade de materiais nos foram disponibilizados, conforme apresentamos no Quadro 2.

Quadro 2 – Fontes documentais do arquivo escolar

Tipo de Documento	Data	Assunto
Diploma n° 21	20/11/1975	Diploma de conclusão
Termo de Expedição de Diploma n° 01	30/11/1976	Diploma de conclusão
Termo de Expedição de Diploma n° 73	30/11/1977	Diploma de conclusão
Termo de Expedição de Diploma n° 117	20/11/1978	Diploma de conclusão
Termo de Expedição de Diploma n° 117	08/11/1979	Diploma de conclusão
Termo de Expedição de Diploma n° 185	21/11/1980	Diploma de conclusão
Registro de Diploma n° 65	04/05/1982	Diploma de conclusão
Registro de Diploma Livro n° 04	03/12/1990	Diploma de conclusão
Registro de Diploma Livro n° 04	27/11/1991	Diploma de conclusão
Ata n°10/79	17/11/1979	Ata sobre a cerimônia de formatura
Ata n° 20/80	23/10/1980	Exposição de trabalhos das disciplinas de didática
Ata n° 23/80	21/11/1980	Ata sobre a cerimônia de formatura
Ata n° 23/81	24, 25, 26/10/1981	Exposição de trabalhos das disciplinas de didática
Ata n° 24/81	06/11/1981	Ata sobre a cerimônia de formatura
Ata n° 22/82	06/11/1982	Ata sobre a cerimônia de formatura
Ata n°	09/11/1984	Ata sobre a cerimônia de formatura
Ata n°	09/11/1985	Ata sobre a cerimônia de formatura
Ata de Resultados Finais	1991 a 1993	Ata com as notas finais das alunas
Foto	06/02/1955	Chegada das irmãs Franciscanas em Dourados com o avião da FAB
Foto	1955	Moradia das irmãs
Foto	1979	Cerimônia de formatura
Foto	1980	Cerimônia de formatura
Foto	23/10/1980	Exposição de trabalhos das disciplinas de

		didática
Foto	24, 25, 26/10/1981	Exposição de trabalhos das disciplinas de didática
Foto	1984	Formatura do Magistério
Foto	1985	Cerimônia de formatura
Foto	1986	Formatura do Magistério
Foto	1987	Formatura do Magistério
Foto	1988	Sala de aula do 2º Magistério
Foto	Sem data	Festa da família (Barraca do 3º Magistério)
Foto	1989	Formatura das alunas do 3º Magistério
Foto	03/12/1990	Formatura do Magistério
Convite de Formatura	1979	Convite de Formatura
Convite de Formatura	1980	Convite de Formatura
Convite de Formatura	1982	Convite de Formatura
Convite de Formatura	1984	Convite de Formatura
Convite de Formatura	1985	Convite de Formatura
Folheto informativo	1982	Informações sobre o ano letivo de 1983
Recorte de Jornal	Fevereiro de 1981	Irmãs Franciscanas em Dourados
Recorte de Jornal	1984	Carneiro destaca papel do professor em formatura do Magistério
1º Agenda da Escola	1983	Histórico da Escola de 1º e 2º graus e Pré-escolar Imaculada Conceição
Dados estatísticos da escola	1975	Balanco anual de matrículas, desistências e transferências.
Dados estatísticos da escola	1976	Balanco anual de matrículas, desistências e transferências.
Dados estatísticos da escola	1977	Balanco anual de matrículas, desistências e transferências.
Grade curricular do curso de Magistério	1977	Disciplinas e carga horária
Grade curricular do curso de Magistério	1978	Disciplinas e carga horária
Lista de alunos do Magistério	1976	Notas finais
Lista de alunos do Magistério	1977	Notas finais
Lista de alunos do Magistério	1978	Notas finais
Lista do corpo docente	1975	Nome dos professores e as disciplinas ministradas
Lista do corpo docente	1976	Nome dos professores e as disciplinas ministradas
Lista do corpo docente	1977	Nome dos professores e as disciplinas ministradas
Fichas de matrícula	1990	Requerimento de Matrícula
Fichas de matrícula	1991	Requerimento de Matrícula

Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir dos documentos encontrados no arquivo da Escola Franciscana Imaculada Conceição de Dourados (PIZATTO, 2022)

Ao adentrarmos à biblioteca da Escola Francisca Imaculada Conceição, encontramos uma prateleira com pastas identificadas e organizadas por períodos anuais, conforme as Figuras 1 e

2. Em tais pastas, há fotografias que contam um pouco da história da Instituição. Para conhecer a história, olhamos as pastas individualmente para identificar as fotografias que representavam momentos do Curso de Magistério, incluídas entre aquelas que retratavam os acontecimentos gerais da Instituição, desde o período de sua criação, muitas com imagens em preto e branco.

Figura 1 – Acervo de fotografias da Escola Franciscana Imaculada Conceição



Fonte: Biblioteca da Escola Franciscana Imaculada Conceição (2021)

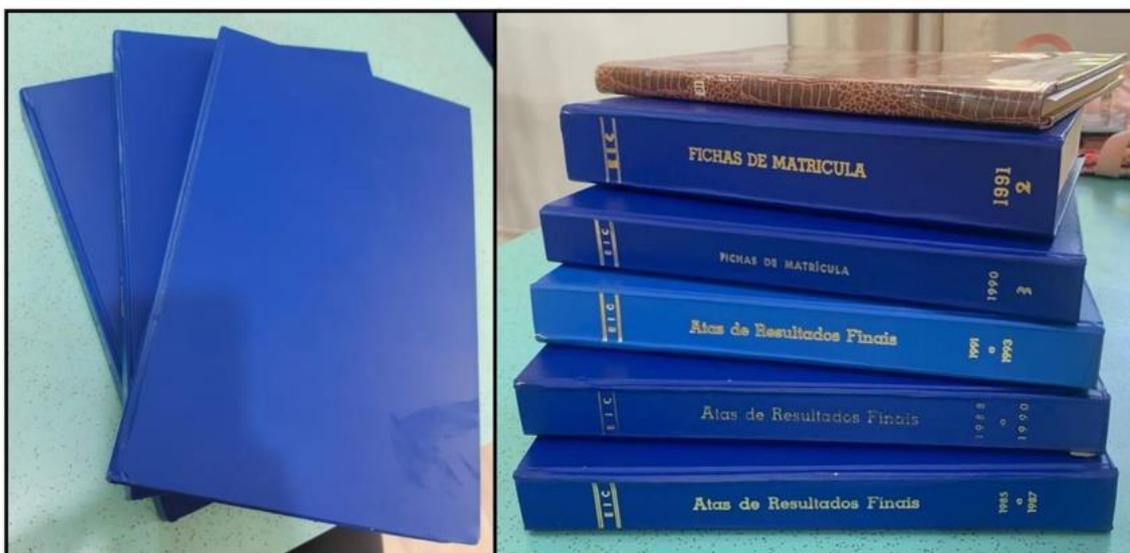
Figura 2 – Pasta de fotografias da Escola Franciscana Imaculada Conceição



Fonte: Biblioteca da Escola Franciscana Imaculada Conceição (2021)

As pastas às quais tivemos acesso estão em bom estado de conservação. Nelas, as fotografias estão conservadas e protegidas por plásticos. Todas as imagens contêm legendas informando ao leitor o ano e o assunto. Além desse material, tivemos acesso a documentos como Livros Ata, os quais contêm registros de número de alunas, quadro docente, notas, aprovação e reprovação, eventos ocorridos, registros de diplomas, fichas de matrículas e convites de formaturas (Quadro 2), a serem apresentados ao longo desta dissertação. Alguns dos Livros Ata disponibilizados para a pesquisa foram encapados manualmente pelas freiras da Instituição (Figura 4); outros, foram manufaturados com capa dura (Figura 3).

Figura 3 – Livros Atas da Escola Franciscana Imaculada Conceição



Fonte: Acervo da Escola Franciscana Imaculada Conceição (2021)

Figura 4 – Livros Atas da Escola Franciscana Imaculada Conceição (Produzidos à mão)



Fonte: Acervo Escola Franciscana Imaculada Conceição (2021)

Assim como as pastas apresentam boa conservação, os livros Ata também estão com suas folhas intactas, tendo facilitado a leitura e as análises documental. Segundo Ludke e André (1986, p. 39), os documentos “não são apenas uma fonte de informação contextualizada, mas surgem num determinado contexto e fornecem informações sobre esse determinado contexto”.

O processo de busca e seleção de materiais para a coleta de dados foi longo, pois nos foi oferecido um grande acervo para pesquisa. Então, foi necessário nos debruçarmos sobre os arquivos para separarmos e digitalizarmos os documentos que tratavam especificamente do curso de Magistério, respeitando o recorte temporal da pesquisa. O processo de seleção de documentos, apesar de trabalhoso, foi prazeroso, pois, manuseando os arquivos da Instituição, que são “celeiros da história” (MORAES, 2002), a riqueza dos detalhes nos aproximava cada vez mais do nosso objeto de pesquisa e nos permitia adentrar à história. A Figura 5 representa um desses momentos de seleção dos documentos, revelando que a biblioteca da Escola Franciscana Imaculada Conceição sempre esteve à nossa disposição. As visitas eram agendadas previamente com a supervisora e os materiais nos eram disponibilizados para a busca.

Figura 5 – Seleção documental na biblioteca da Escola Franciscana Imaculada Conceição



Fonte: Arquivo da pesquisadora (PIZATTO, 2022)

Outro tipo de pesquisa documental realizada foi a de arquivo pessoal. Ao entrevistar egressas do curso de magistério da Escola Franciscana Imaculada Conceição, nos foram disponibilizados documentos (Quadro 3) guardados como símbolo de memórias afetivas dos

tempos em que eram estudantes. Sentimos, como afirma Bellotto (2017, p. 127), que adentrar aos arquivos pessoais nos possibilitou uma “[...] espécie de viagem ao interior do pensamento de uma pessoa”.

Quadro 3 – Fontes documentais de arquivo pessoal

Tipo de Documento	Data	Responsável pelo arquivo
Fotografias de Formatura	1980	Iolanda Betoni
Fotografias de Formatura	1982	Giana Amaral Yamin
Fotografias de Formatura	1984	Rosineide TerezinhaBetoni
Fotografias de Formatura	1987	Eliane Maria Amaro
Relatório de estágio supervisionado	1984	Rosineide TerezinhaBetoni
Relatório de estágio supervisionado	1984	Adélia Maura MonteiroPerdomo
Caderno de Planos de Aula	1984	Adélia Maura MonteiroPerdomo
Caderno Curso Montessori	1981	Giana Amaral Yamin
Boletim	1984	Rosineide TerezinhaBetoni

Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir do arquivo pessoal de ex-alunas do Curso de Magistério da Escola Imaculada Conceição de Dourados (PIZATTO, 2022)

Le Goff (1990) enfatiza a importância do trabalho com o documento. O autor aponta que o documento é “[...] o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história da época, da sociedade que o produziu, mas também das épocas sucessivas durante as quais continua a viver” (LE GOFF, 1990, p. 103). Os documentos têm importância significativa na realização da pesquisa, e o seu uso pelos historiadores da História da Educação tem crescido significativamente. Segundo Chartier (2002, p. 9), “[...] pelas escolhas que faz e pelas relações que estabelece, o historiador atribui sentido inédito às palavras que arranca do silêncio dos arquivos”.

Como mencionado, alguns registros fotográficos foram encontrados nos arquivos pessoais das egressas do Magistério e nos arquivos da Instituição. Esses também são parte dos documentos analisados para narrarmos a história do Curso de Magistério. Entendemos que, quando utilizadas como fontes, as fotografias permitem uma análise de diversos aspectos, pois possibilitam que o historiador ultrapasse o documento escrito. O uso da imagem e de acervos fotográficos está cada vez mais presente nas investigações, pois o uso “[...] da fotografia como fonte para a história e a história da educação residiria nesse seu *dom* de permitir visualizar o ontem e o outro em seus contornos de verdades” (VIDAL; ABDALA, 2005, p. 178).

Além das fontes documentais, recorreremos às fontes orais. Para isso, realizamos entrevistas semiestruturadas, nos valendo da memória de sujeitos que fizeram parte da história

do Curso de Magistério da Escola Franciscana Imaculada Conceição, entre os anos de 1974 a 1991. Apreendemos a importância da memória para a pesquisa, pois uma de suas características é a capacidade de reconstituir histórias. Souza (2016, p. 04) afirma que “[...] a memória, entendida como documento, fornece ao historiador indícios que permitem a produção de leituras do passado [...]”, destarte, elas ancoram-se na história individual e emergem nas manifestações das lembranças.

A história oral não foi utilizada como metodologia, mas, sim, as fontes orais obtidas por meio de entrevistas, por possibilitar um cruzamento de fontes, valorizar as memórias dos sujeitos que fizeram parte do Curso de Magistério em diálogo com as fontes documentais.

Primeiramente, as entrevistadas foram selecionadas a partir do seu ano de formação no Curso, no contexto do recorte temporal da pesquisa (1974 a 1991). Após os possíveis nomes levantados, iniciamos o processo de convite para participação do estudo, tendo sido alguns aceitos e outros não. Além de buscarmos egressas que se encaixassem no referido recorte temporal, buscamos egressas com diferentes perfis socioeconômicos². As entrevistadas se dividem em estudantes bolsistas (resultante das ações de filantropia da Escola), internas (estudantes que residiam na Instituição para estudar) e mensalistas (estudantes matriculadas em regime de pagamento de estudos na forma de mensalidade), conforme detalhado no Quadro 4.

Quadro 4 – Perfil das entrevistadas

Nome	Ano de Formação	Modalidade de Ingresso	Área de Atuação Profissional
Iolanda Betoni	1981	Interna	Aposentada desde 2016 (Administrativo de escola/cargo de assistente de administração)
Giana Amaral Yamin	1982	Mensalista	Professora de Ensino Superior (UEMS)
Rosineide Terezinha Betoni	1984	Interna	Coordenadoria Regional de Educação de Mato Grosso do Sul
Rosimeire Simões de Lima	1984	Bolsista	Professora do Instituto Federal Sul Riograndense (IFSUL)
Adélia Maura Monteiro Perdomo	1984	Mensalista	Sócia Proprietária de uma Empresa de Agronegócio
Eliane Maria Amaro	1987	Mensalista	Supervisora Escolar da Escola Franciscana Imaculada Conceição

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (PIZATTO, 2022)

No início da entrevista, solicitamos que as participantes assinassem um Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE), nos concedendo os direitos de uso das entrevistas, assim como o uso de seus arquivos pessoais e nome. Consideramos importante manter o nome

² Os documentos levantados na pesquisa, não nos permitem compreender qual era a proporção de estudantes mensalistas, bolsistas e internas, que frequentaram a instituição entre os anos de 1974 a 1991.

verdadeiro das entrevistadas para valorizar as suas histórias. As entrevistas foram realizadas por meio de um roteiro de questões semiestruturadas, cujas respostas surgiram de forma livre, não condicionadas a uma alternativa padronizada (MANZINI, 2020).

Assim, pedimos para que as colaboradoras falassem sobre sua formação inicial. As conversas foram gravadas e, posteriormente, transcritas. No momento da transcrição, nos atentamos aos cuidados apresentados por Meihy (1996), como fazer transcrições absolutas e selecionar categorias de análise das falas importantes para nortear o mapeamento das memórias. Além disso, procuramos respeitar os olhares e as concepções (re)construídas no tempo histórico, pois, ao falarem, as entrevistadas lembraram momentos e acontecimentos vividos em um tempo, mas, sentidas hoje de outra forma, com o olhar do tempo presente. Sendo assim, com as entrevistas, buscamos conhecer, por meio das memórias das egressas, as diferentes experiências e interpretações que elas tiveram durante o seu período de formação em Magistério.

Diante do exposto, esta dissertação foi organizada em mais três seções, além desta *Introdução*, na qual apresentamos a trajetória da pesquisadora, o percurso teórico metodológico que guiou o estudo, o objetivo geral e os objetivos específicos da pesquisa, a revisão de literatura, o recorte espacial e temporal e o itinerário da investigação, e das *Considerações Finais* – ambas seções constituem a primeira e a quinta seção, respectivamente.

Na segunda seção, *A história do Município de Dourados e cenário educacional*, tratamos de como Dourados foi constituído para, assim, compreendermos os contextos social, econômico e político da época. Posteriormente, versamos acerca da história da educação desse Município, com o intuito de focalizar a história da formação de professores neste cenário.

Na terceira seção, *A Escola Franciscana Imaculada Conceição e o Curso de Formação de Professores: em foco, o Curso de Magistério*, abordamos o percurso histórico da Escola Franciscana Imaculada Conceição e analisamos o processo de criação e funcionamento do Curso de Magistério dessa Instituição, bem como focalizamos os sujeitos que estiveram envolvidos no Curso, como alunas(os) e professoras(es).

Na quarta seção, *A organização curricular do Curso de Magistério da Escola Franciscana Imaculada Conceição*, explicitamos alguns aspectos da organização curricular do Curso de Magistério da Escola Franciscana Imaculada Conceição e discutimos a respeito das disciplinas que compunham o currículo do Curso, focalizando os Estágios Obrigatórios realizados no contexto das disciplinas Práticas de Ensino e Ensino Religioso.

2 A HISTÓRIA DO MUNICÍPIO DE DOURADOS E O SEU CENÁRIO EDUCACIONAL

Antes de adentrarmos na abordagem de aspectos da criação e funcionamento do Curso de Magistério da Escola Franciscana Imaculada Conceição, ocorridos no período de 1974 a 1991, consideramos importante tratar sobre a história do Município de Dourados, localizado no Estado de Mato Grosso do Sul, antigo sul de Mato Grosso, e seu processo de escolarização.

2.1 O Município de Dourados

*Sob um céu de alvoreada fagueira,
Surge a terra de amor e afeto;
Eis Dourados, altaneira,
Nosso berço, predileto.
Eis Dourados, altaneira,
Nosso berço, predileto.*

*Estrilho: (2 vezes)
Eis Dourados cintilante
De labor e anseios mil
No futuro confiante
Lindo Oásis do Brasil.
Eis Dourados cintilante
De labor e anseios mil
Jóia brilhante – do Brasil*

*Seu passado vai longe com glória
Da esperança foi sempre uma flor,
O seu nome desponta na história
Com beleza, com paz e amor!*

(HINO MUNICIPAL DE DOURADOS, 1973)

Iniciamos esta seção com fragmentos do Hino Municipal de Dourados, escrito pelo compositor Armando da Silva Carmello, no ano de 1973. A leitura desse hino nos possibilitou refletir como organizaríamos a narrativa aqui apresentada. Optamos por escrevê-la em duas partes: na primeira, apresentamos como Dourados foi constituído, esclarecendo os contextos social, econômico e político da época, e, posteriormente, tratamos da história da educação desse Município, com o intuito de focalizar a história da formação de professores nesse cenário.

O Município de Dourados está localizado ao sul da região Centro-Oeste do Brasil, mais especificamente no sul do antigo Mato Grosso, atual Mato Grosso do Sul. É considerado o

segundo maior Município do Estado, abrangendo uma área de 4.062.236 quilômetros quadrados. Além de seu perímetro urbano, é constituído por nove distritos: Vila Formosa, Indápolis, Macaúba, Guassu, Panambi, Picadinha, Itaum, Vila São Pedro e Vila Vargas. Abarca a Reserva Indígena, uma das maiores do Brasil, conforme dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2013). Em seu entorno há os Municípios de Itaporã, Fátima do Sul, Vicentina, Douradina, Glória de Dourados, dentre outros. A Figura 6 mostra o mapa de Dourados, extraído do site da Prefeitura Municipal.

Figura 6 – Mapa da Região de Dourados e seus distritos



Fonte: Site da Prefeitura Municipal de Dourados (2022)

Este mapa permite entrever a constituição de Dourados. A parte assinalada em amarelo corresponde ao perímetro urbano do Município. Nele, também é possível notar os seus nove distritos, cada um com uma dimensão territorial – alguns, maiores; outros, menores –, sendo representados diferentes cores, conforme a legenda. Ainda no mapa, a Reserva Indígena está representada na cor verde, localizada próxima à sede do Município e ao distrito do Panambi.

Em uma abordagem histórica do Município, torna-se relevante a compreensão de que Dourados teve sua origem em 10 de maio de 1861, com a denominação de Colônia Militar, sob o comando de Antônio João Ribeiro. Todavia, em 15 de junho de 1914, por meio da Lei nº 658, foi elevado a distrito da Paz e atrelado ao município de Ponta Porã. Somente 21 anos depois foi emancipado, o sendo por meio do Decreto Estadual nº 30, de 20 de dezembro de 1935 (MATO GROSSO, 1935), assinado pelo governador Mário Corrêa. O Decreto apontava:

O governador do Estado de Matto Grosso, tendo em vista a representação que lhe dirigiram os habitantes de Dourados sobre a necessidade de ser elevado aquelle districto a município, e considerando que o districto de Dourados, possuindo uma população superior a 15 mil almas, vem assignalando o seu crescente desenvolvimento pela exportação em grande escala de herva-matte, gado-vacum, cereaes e outros productos, considerando que, o referido districto, além de sua situação geographica, está ainda dotado de elementos necessários à sua elevação a município, considerando que ao poder público cabe prover as necessidades dos núcleos de população para a sua pronta expansão formando os municípios como cellula da grandeza do Estado, usando das faculdades de que são conferidas por lei. DECRETA: Art. Único – Fica criado o município de Dourados [...]. (MATO GROSSO, 1935).

Nesse período, o então distrito de Dourados possuía aproximadamente 15 mil habitantes, apresentava um fortalecimento dos representantes da política local, da administração econômica, crescimento comercial e produção agrícola, fatores que impulsionaram a decisão de torná-lo um município. Deste modo, Dourados surgiu em meio à segunda República (1930-1937). Seu crescimento se deu de forma lenta até a segunda metade do século XX, devido às dificuldades de acesso, comunicação, habitação, transporte, dentre outras.

Na região onde estava situado, ocorreu, durante o governo de Getúlio Vargas, denominado de Estado Novo, precisamente entre os anos de 1937 a 1945, a campanha Marcha para o Oeste, cujo objetivo era promover o povoamento da parte oeste do país, tornando fraco o domínio comercial da empresa Mate Larangeira³, fundada em 1881 pelo empresário gaúcho Thomaz Laranjeira, que trabalhou com a exploração de ervas por muitos anos nessa região.

A empresa de Thomaz Laranjeira obteve sucesso rápido no Brasil e, a partir de 1883, ganhou força com a entrada dos acionistas Joaquim Murtinho e Francisco Murtinho, pois a união de capital fez nascer a Companhia, que passou a produzir e exportar a erva com exclusividade para a firma Francisco Mendes & Companhia, de Buenos Aires. Com o ingresso de novos sócios na Empresa, distintas formas de escoamento da erva-mate foram estudadas, resultando na construção do Porto Murtinho, outra via de escoamento utilizada como os canais de navegação dos cursos d'água que desaguavam no rio Paraná, como os rios Amambaí, Iguatemi, Dourados, Brilhante e Ivinhema.

Em 1891, a Companhia Mate Larangeira foi efetivamente erigida na cidade do Rio de Janeiro, sendo constituída por 15.000 ações no valor de três mil contos de réis. Nesse mesmo período, foi fundado o Banco Rio Branco, que recebeu 14.540 ações, sendo o Mantenedor dessa Companhia. A partir de então, a ação de Francisco Mendes Gonçalves, Thomaz Laranjeira e de

³ No decorrer do texto, utilizaremos a grafia “Companhia Mate Larangeira” no original, escrevendo “Larangeira” com “g”, exceto em citações, que seguem a grafia do texto citado.

outros sócios se converteu numa ação empresarial. Não se pode esquecer que a extração da erva-mate era o negócio mais lucrativo do sul do Estado de Mato Grosso, pois tinha mercado consumidor seguro, o que atraiu imigrantes e migrantes, uns com intuito de explorar ervais, outros, de fornecer mão de obra, em especial, os paraguaios.

A Companhia Mate Larangeira manteve o seu domínio nos ervais do sul do antigo estado de Mato Grosso até meados da década de 1940, quando o governo de Getúlio Vargas passou a não renovar o contrato de direito à exploração da erva-mate nesta região. Sem dúvida, a não concessão de exploração deve ser compreendida dentro do contexto de suas propostas de política estado novista, pois a política de Marcha para Oeste tinha como objetivos a nacionalização das fronteiras e o povoamento da região Centro-Oeste (OLIVEIRA, B., 2013). Desse modo, favorecia o aumento populacional da região do sul de Mato Grosso e desencadearia o desenvolvimento econômico, não mais marcado pela exploração dos monopólios, como foi a atuação da Companhia Mate Larangeira na região.

Ainda que o governo de Vargas propusesse a nacionalização das fronteiras e o povoamento da região Centro-Oeste, com o movimento Marcha para Oeste, no sul de Mato Grosso, mais especificamente na região de Dourados, não se pode esquecer que suas terras não eram totalmente desabitadas no período, tendo em vista a presença de indígenas. Sobre o assunto, Iwamoto (2016) explica que, em várias regiões brasileiras, o processo de colonização ocorreu da mesma forma, pois, assim como no Município em questão, muitas regiões colonizadas não eram desabitadas e possuíam diferentes populações indígenas.

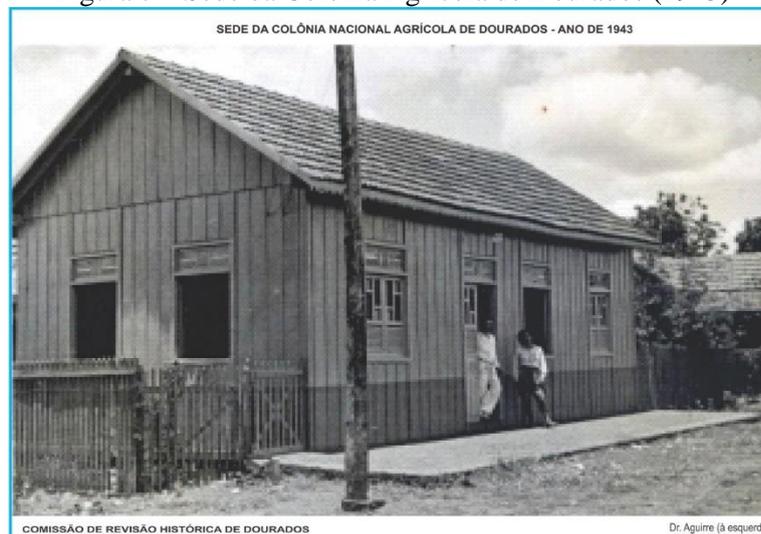
O projeto colonizador varguista, desencadeado pela Marcha para Oeste, determinava, entre as suas políticas, a fundação das colônias. No caso do sul de Mato Grosso, na região do Município de Dourados, foi criada a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), em 28 de outubro de 1943, pelo Decreto nº 5.941/1943, porém, a sua implantação ocorreu só em 20 de julho de 1948, por meio do Decreto nº 87, atingindo uma área não inferior a 300.000 hectares. Essa delimitação ocorreu em duas etapas: na primeira, foram distribuídos 2.232 lotes de 30 hectares, e, na segunda etapa, 6.500 lotes rurais e 6.832 lotes urbanos (PONCIANO, 2006).

A implantação da CAND promoveu a vinda de famílias de várias partes do Brasil, Europa, América Latina, Ásia e Japão, que vieram para a região do Município de Dourados, em busca de terras. Segundo Silva, M. C. (2013, p. 16), “A instalação da Colônia propiciou aberturas de frentes de trabalho na cultura do café e do algodão, com agricultores vindos do Paraná, São Paulo, Minas Gerais e de Estados do Nordeste brasileiro”.

É certo que a CAND contribuiu para a expansão econômica na região do Município de Dourados, assim como para o seu desenvolvimento populacional, tornando a região conhecida

como uma terra promissora e um celeiro de grandes oportunidades. A Figura 7 apresenta uma casa de madeira, construída logo no início de criação da CAND, no Município de Dourados.

Figura 7 – Sede da Colônia Agrícola de Dourados (1943)



Fonte: Comissão de Revisão Histórica de Dourados

Esta fotografia datada de 1943, apresenta a sede da CAND. Por meio dela é possível observar uma casa de madeira, muito comum na época, pois as casas eram construídas com madeiras extraídas das árvores desmatadas na própria localidade. O telhado da casa era todo de telhas de cerâmica. A construção aparentava ser bem ventilada, uma vez que possuía várias janelas grandes, tanto na parte principal de entrada da casa, próximo à porta, quanto no seu entorno. A casa era protegida, ao lado, por uma cerca construída com madeira. Na sede da CAND, a casa ficava em frente a uma rua de terra batida e havia, à frente, uma pequena calçada, na qual se pode observar dois homens conversando. Provavelmente, o morador da casa seria o homem vestido de cor branca, com calça e camisa de manga comprida. Ao fundo, constata-se a presença de algumas plantas e a construção de outra casa, aparentemente pelo telhado de cerâmica. Essa fotografia torna-se um importante documento para compreendermos a história do Município de Dourados, no que se refere à CAND. De acordo com Mauad (1996, p. 8), a fotografia como imagem/documento oferece uma “[...]marca de uma materialidade passada, na qual objetos, pessoas, lugares nos informam sobre determinados aspectos desse passado - condições de vida, moda, infraestrutura urbana ou rural, condições de trabalho [...]”.

Importa frisar que o processo de ocupação e o povoamento proporcionados pela implantação da CAND alterou o cenário rural e urbano de Dourados e região à medida que impulsionou a migração de um grande número de trabalhadores e de famílias extremamente

pobres, que acabaram por promover um significativo aumento populacional, conforme explicitam os dados da Tabela 1, elaborada a partir de dados extraídos do IBGE.

Tabela 1 – População censitária do Município de Dourados (1940-1950)

Censo/Ano	Total	Urbana	Rural
1940	14.985	1.821	13.164
1950	22.834	4.730	18.104

Fonte: IBGE (2012)

De acordo com os dados da Tabela 1, observamos que, devido à implantação da CAND nos anos de 1940, ocorreu um crescimento populacional no Município de Dourados. Em 1940, a população era de 14.985 habitantes e em 1950 passou a ser de 22.834 habitantes, ou seja, houve aumento de 7.849 habitantes. Ainda, podemos perceber que a maior parte da população se concentrava nas áreas rurais, pois a CAND tinha seus objetivos voltados à produção agrícola, como o plantio de café, milho, feijão, arroz, algodão, entres outros cultivos na terra.

Ainda que a população se concentrasse, em sua maioria, nas áreas rurais douradenses, a implantação da CAND impulsionou o desenvolvimento da área urbana do Município, porquanto, a partir de 1950, houve a instalação de hospitais, cinema, linha telefônica, loteamentos imobiliários, bancos, clubes, a criação de mais escolas e a abertura das rodovias, favorecendo, assim, a emergência de Dourados como um importante centro agropecuário (MARQUES, 2014). Assim, entre as décadas de 1940 a 1970, o Município seguia em grande avanço, pois, ao mesmo tempo que ocorria o progresso nas áreas coloniais situadas no meio rural, a área urbana também crescia. A esse respeito, Marques (2014) aponta que,

[...] o progresso foi acentuado por causa da colonização e dos seguintes empreendimentos: um pequeno Aeroporto (1941); Associação Comercial de Dourados (1945); Hospital Evangélico (1946); jornal O Douradense (1948); feira livre (1948); Cine Santa Rita (1946); Usina Filinto Muller (1949) Sede Clube Social (1950); primeira agência Banco do Brasil (1950); Unidade Sanitária de Dourados (1950); Jornal O Progresso (1951); Banco Nacional do Comércio (1952); primeiro Centro Espírita de Dourados (1953); Pensão Santa Luzia (1953); Fecularia Wolf (1954); Máquina de Beneficiar arroz (1954); Inauguração do Lions Clube de Dourados (1956); Radio Clube de Dourados (1957); Cine Ouro Verde (1958); Primeiro Centro Telefônico (1958); Criação do Sindicato Rural de Dourados (1967); Figueira Palace Hotel (1970); Construção do prédio do Banco Minas Gerais (1970) dentre vários outros pontos comerciais que foram instaladas nessas décadas. Havia, também, Postos de Abastecimento Gerais onde se vendiam Secos e Molhados, denominados, na época, de “Casas”. (MARQUES, 2014, p. 59).

É fato que a chegada dos empreendimentos mencionados por Marques (2014), a Dourados, acabou por despertar o olhar das pessoas para a além da área rural, pois a área urbana também começou a ser vista como um local de grandes oportunidades. Os pequenos empreendimentos que chegaram ao Município ofertaram emprego à população em diversos seguimentos. Assim, pessoas de várias regiões do Brasil começaram a migrar cada vez mais para a área urbana douradense, em busca de oportunidades. Também muitas famílias moradoras do antigo núcleo colonial se mudaram para a cidade, ocasionando, a partir de 1980, um crescimento populacional maior na área urbana do que na área rural, conforme explicitam os dados apresentados na Tabela 2.

Tabela 2 – População censitária do Município de Dourados (1970-1996)

Censo/Ano	Total	Urbana	Rural
1970	79.186	31.599	47.587
1980	106.493	84.849	21.644
1991	135.984	122.856	13.128
1996	153.191	139.695	13.496

Fonte: IBGE (2012)

Na Tabela 2, observamos que, até 1970, a população da área rural era maior que a da área urbana. Porém, a partir de 1980, essa proporção se inverteu. A redução no número de habitantes da área rural foi se tornando cada vez mais acentuada na década de 1990, conforme dados referentes aos anos de 1991 e 1996.

Além da busca por novas oportunidades de emprego e melhor condição de vida, as áreas urbanas também ofereciam momentos de lazer para a população, como o cinema, os clubes, entre outras oportunidades. Assim, em meio ao dia a dia, ao trabalho na terra e aos afazeres domésticos, a população mantinha uma vida social intensa para aquela época, participava de passeios, piquenique, festas de aniversário, bailes de carnaval e atividades esportivas como jogos de futebol, além de eventos religiosos, os quais também eram motivos de festa, destacando-se os casamentos, missas e bodas de ouro das famílias (IRALA, 2014).

Uma retomada aos acontecimentos ocorridos no final da década de 1970 é necessária para compreendermos a criação do Estado de Mato Grosso do Sul. Com o desmembramento do Estado de Mato Grosso em duas partes, sul e norte, Dourados ficou geograficamente situado no novo Estado. Ora, Mato Grosso era considerado grande e de difícil governabilidade devido à sua extensão, por isso, a tendência era atender mais uma região do que a outra, tornando, assim, o Estado dual (norte e sul), mesmo antes de sua oficial divisão. Por questões históricas, econômicas, diferenças geográficas, culturais e administrativas, houve, então, o desmembramento do território mato-grossense (CAMPESTRINI; GUIMARÃES, 1991).

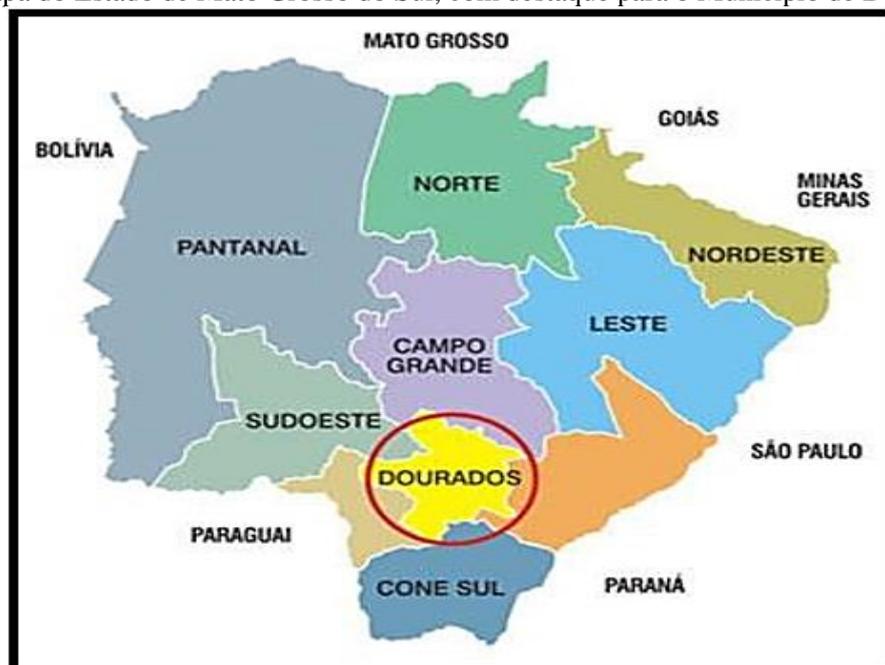
O interesse pelo desmembramento de Mato Grosso se deu pela dificuldade em atender às necessidades da região sul, assim, o seu desenvolvimento sempre era prejudicado se comparado ao desenvolvimento da região norte, a qual recebia maior atenção do poder público e, era assim, beneficiada, auferindo investimentos de grandes proprietários (SILVA, M. C., 2013). Essa diferença começou a gerar descontentamento nos habitantes da região sul do Estado, os quais iniciaram movimentos para que o desmembramento ocorresse.

Sobre o assunto, Campestrini e Guimarães (1991, p. 139) esclarecem que “A primeira tentativa de se criar um novo estado ocorreu, de forma esdrúxula, em 1892, por iniciativa de alguns revolucionários sobre as ordens do coronel Barbosa”. Podemos observar que os movimentos para o desmembramento de Mato Grosso iniciaram-se anos após a Proclamação da República no Brasil (1889). Conforme Silva, M. C. (2013), por inúmeras vezes, as tentativas de desmembramento ocorreram de forma precipitadas e desviavam-se de seu real objetivo, partindo para interesses políticos. O desenlace divisionista foi efetivado apenas 85 anos após a primeira tentativa, em 1977, devido à Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977 (BRASIL, 1977). Conforme Campestrini e Guimarães (1991), os motivos do desmembramento ficaram explicitados no discurso do Presidente Ernesto Geisel na assinatura da referida Lei.

Foi preocupação do meu governo abrir o caminho no sentido de uma melhor divisão territorial do país. Considero isso uma necessidade. Necessidade decorrente, em primeiro lugar, da disposição geográfica; decorrente também do desenvolvimento do país e sobretudo da ocupação, da utilização de novas áreas que até agora jazem apenas em estado potencial. Mas decorrente igualmente de uma necessidade de ordem política, tendo em vista um melhor equilíbrio da federação nos dias de amanhã. (CAMPESTRINI; GUIMARÃES, 1991, p. 140).

A Lei Complementar nº 31/1977 (BRASIL, 1977) dividiu o Estado de Mato Grosso em duas partes. Mesmo assim, Mato Grosso do Sul só foi instalado em 1º de janeiro de 1979. Com esse desmembramento, devido à posição geográfica do Município de Dourados, conforme mencionado, passou a pertencer a Mato Grosso do Sul, ficando localizado ao Sul desse Estado, como mostra o mapa representado na Figura 8.

Figura 8 – Mapa do Estado de Mato Grosso do Sul, com destaque para o Município de Dourados



Fonte: Cultura Mix.com

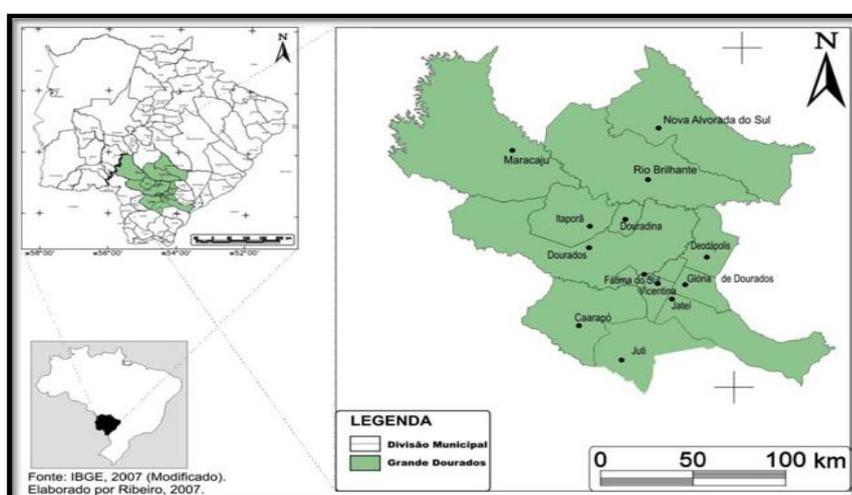
Conforme a Figura 8, Dourados ficou situado ao sul de Mato Grosso do Sul, ficando a 229 km de distância de Campo Grande, a capital do Estado. Foi também durante os anos de 1970 e 1980 que o território douradense “[...] se projetou como um celeiro agrícola, uma potência econômica do agronegócio no cenário nacional, com vastas extensões de terras” (MONTEIRO, 2021, p. 109). Como reflexo de tal projeção, a Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO), cujo objetivo era promover o desenvolvimento econômico da região Centro-Oeste, propôs a denominação da região como “Grande Dourados”. Assim, a região passou a compor, em Mato Grosso do Sul, a região destinada a ser mais um “Celeiro Agrícola”, conforme anunciavam os Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs) (ABREU, 2001).

A partir da iniciativa de criação da região como Grande Dourados, extensas áreas de campos limpos foram ocupadas com a pecuária extensiva e arrendadas pelos granjeiros gaúchos que, em virtude das facilidades promovidas pelo Estado, dirigiram-se para a região, onde introduziram a agricultura mecanizada, capitalizaram a produção, que por sua vez, fomentou novas formas de produção e novas relações de trabalho no campo e nas cidades (SANTANA JUNIOR, 2009). A agricultura mecanizada substituiu a agricultura tradicional, que passou, assim, a ser uma agricultura moderna, responsável pela “abertura de importantes canais para a expansão dos negócios das grandes corporações econômicas, tanto no fornecimento de máquinas e insumos modernos como na comercialização mundial e nas indústrias de transformação dos produtos agropecuários” (SANTANA JUNIOR, 2009, p. 98). Há de se

considerar que o desenvolvimento tecnológico da agricultura favoreceu a utilização dessas novas técnicas, pois o uso de tecnologias mais avançadas ofereceria maiores possibilidades de acumulação de capital.

A região da Grande Dourados constitui-se um dos principais polos econômicos de atração do Estado de Mato Grosso do Sul, sendo composta por 13 municípios: Dourados, Caarapó, Juti, Itaporã, Maracajú, Douradina, Rio Brilhante, Nova Alvorada do Sul, Fátima do Sul, Vicentina, Jateí, Glória de Dourados e Deodápolis, conforme ilustra a Figura 9.

Figura 9 – Localização da região da Grande Dourados



Fonte: Santana Junior (2009)

A região da Grande Dourados é composta por 13 municípios. Dourados e o seu entorno estão situados geograficamente, a partir dos anos de 1970 e 1980, ao sul do Estado de Mato Grosso do Sul, e, devido à projeção do Município, é visto como um celeiro agrícola (ABREU, 2001; MONTEIRO, 2021; SANTANA JUNIOR, 2009). Encontra-se na fronteira com Estado do Paraná e está a 120 quilômetros da fronteira com o Paraguai, de acordo com o mapa representado na Figura 10, em que são observáveis as fronteiras dessa região.

de Gramática Latina as únicas oferecidas com certa regularidade”. É importante esclarecer que as aulas régias não obedeciam a um currículo, pois cada aula dessa “[...] constituía uma unidade de ensino, com professor único, instalada para uma disciplina. Era autônoma e isolada, pois não se articulava com outras, nem pertencia a qualquer escola” (CHAGAS, 1984, p. 7).

Nesse período, em Mato Grosso, não havia nenhum esforço, por parte do Governo, no sentido de organizar a instrução (ALVES, 1997). Essa Província chegou até a Independência do Brasil, ainda de acordo com Alves (1997, P. 9), “com um precário número de escolas de “primeiras letras” (em Cuiabá, Diamantino, Poconé e Vila Bela), aulas de Gramática Latina (em Cuiabá e Vila Bela) e algumas escolas particulares”, pois somente no final dos anos de 1820 ocorreu “a criação de escolas primárias nas cidades de Cáceres, Poconé, Sanfana da Chapada, Rosário Oeste e Santo Antônio do Rio Abaixo (Santo Antônio do Leverger).

Com o Ato Adicional de 1834, o Governo Central conferiu às Assembleias Legislativas Provinciais a incumbência tanto de legislarem sobre o ensino quanto de criarem escolas de ensino primário, nos lugares onde se fizessem necessárias. Nesta época de expansão de escolas, foram instituídos o cargo de Inspetor de estudos e o primeiro regulamento para a instrução pública, bem como realizadas tentativas de organização do ensino em Mato Grosso, com “a criação de novas escolas primárias, introdução de concurso para admissão de professores, obrigatoriedade do ensino e até mesmo a criação de uma escola normal que não chegou a ser implantada (ALVES, 1997, p. 10).

Convém esclarecer que a Escola Normal de Mato Grosso surgiu em 1840 e funcionou por quatro anos, sendo extinta em 1844, devido aos poucos alunos que aderiram ao curso; nesta época, a Província era governada pelo Tenente-Coronel Ricardo José Gomes Jardim (MONTEIRO, 2018). Também se tentou a criação de um Liceu em Cuiabá, mas suas atividades somente se concretizaram em 1880. De fato, houve a criação do Seminário da Conceição pertencente à iniciativa particular, de modo que o ensino secundário foi administrado em Mato Grosso pela iniciativa privada e o ensino primário, pela iniciativa pública (ALVES, 1997).

Durante os anos de 1854 a 1863, contudo, houve uma expansão no ensino mato-grossense, fato marcado pela corrente religiosa que aos poucos assumiu a maior parte das instruções primárias e secundárias. E, também, pela corrente nativista, pois houve um aumento no número de professores mulatos ligados a tal perspectiva (ALVES, 1997).

Em Mato Grosso, o ensino continuava sendo ministrado em escolas primárias isoladas. No entanto, em 1872, foi aprovado um novo regulamento para a educação em tal Província, apresentando, como novidade, o ensino noturno, como preconizava o ensino livre. Em 1873,

outro regulamento emergiu, no qual solicitava-se a ampliação das matérias do ensino e maiores exigências sobre o ensino da gramática e conhecimentos sobre o Brasil (ALVES, 1997).

Essa realidade fez com que o Inspetor Geral dos Estudos, Ernesto Camilo Barreto, presidente de Mato Grosso, aprovasse a criação da primeira escola normal da Província, em 1875. A referida escola era uma necessidade. Assim, após três décadas sem uma instituição que preparasse professores para atuar no ensino primário, a Escola Normal de Mato Grosso voltou a funcionar em 1875, “[...] sob o controle pedagógico do método simultâneo de Lancaster: os alunos mais adiantados monitoravam os menos desenvolvidos, suprimindo a necessidade de instrutores das classes” (MONTEIRO, 2018, p. 66). Inaugurada em prédio próprio, em 1875, contou com 33 alunos no 1º ano. Com apenas 4 anos de funcionamento, a Escola Normal foi incorporada ao ensino secundário oferecido pelo Liceu Cuiabano, o tão sonhado “Lyceu de Línguas e Ciências”, criado em 13 de dezembro de 1879 (ALVES, 1997). Tal situação fez com que o curso normal perdesse muitas de suas características. Além disso, os salários dos professores não eram muito atrativos, abrindo a possibilidade de ingresso para mulheres e, conseqüentemente, para a sua atuação na área do magistério. Apesar disto, a presença feminina “[...] não suprimiu os problemas mais sérios, posto que a formação do professor acompanhava a mesma diretriz do curso de Línguas e Ciências [...]” (ALVES, 1997, p. 13).

No entanto, somente em 1889 Mato Grosso passou a ter um regulamento que priorizou a questão pedagógica do ensino, com ênfase na formação de professores. Segundo Alves (1997, p. 13), neste período, a educação em Mato Grosso “[...] apresentava uma estrutura mais coerente, voltada para questões pedagógicas e para a descentralização do ensino”. Com o novo regulamento, o período de instalação da República em Mato Grosso passou por conflitos entre os grupos republicanos e as oligarquias, que acabavam-se revezando no poder. Tal circunstância repercutiu no ensino, que passou por um período de instabilidade. Em 1910, foi organizada uma reforma no ensino, a qual propunha “[...] ajustamento do ensino ao processo de modernização do estado, através da formação dos ‘cidadãos’ mato-grossenses. [...]” (ALVES, 1997, p. 13).

É fato que, com essa reforma, houve a criação de um novo regulamento, que apresentava, segundo Alves (1997, p. 15), dois aspectos inovadores, a criação de grupos escolares e a Escola Normal, pois o presidente de Mato Grosso, Pedro Celestino, contratou professores paulistas especializados para traçar novas diretrizes para o ensino público (ALVES, 1997). Apesar disto, a educação voltada para a aquisição do conhecimento, das “ciências”, ficou restrita “[...] ao Lyceu Cuiabano, às elites de Mato Grosso enquanto que o ensino profissional era voltado para as classes menos abastadas - alguns alunos eram educados para “dirigir” e outros para “serem dirigidos” [...]” (ALVES, 1997, p. 15). O ensino profissional, de

um lado, visava preparar professor para atender à expansão do ensino, e, de outro, formar mão de obra “especializada” para suprir as demandas de Mato Grosso, no âmbito do processo de modernização em que o Estado se colocava diante do cenário nacional (ALVES, 1997).

Em 1927, ocorreu uma outra reforma no ensino de Mato Grosso, que tinha, segundo Alves (1997, p. 16), o objetivo de tornar “o ensino mais conducente ao ‘progresso’ de Mato Grosso”. Essa ação reformista tinha objetivos diferentes de outras realizadas em estados brasileiros, no mesmo período, por Francisco Campos, Fernando de Azevedo e outros educadores, que visavam introduzir os novos padrões pedagógicos emergentes na época. A reforma mato-grossense buscava reorganizar a administração do aparelho escolar do Estado, difundindo o ensino primário e a formação de professores (ALVES, 1997).

O regulamento proveniente dessa reforma de 1927, fez com que o ensino continuasse sendo leigo e obrigatório, mas também gratuito. Mesmo assim, a instrução permaneceu limitada a uma minoria da população mato-grossense. “As escolas foram divididas em isoladas, rurais, noturnas, reunidas e grupos escolares e, na tentativa de se uniformizar o ensino no estado, todas as escolas deveriam adotar os mesmos conteúdos, com variações apenas na duração dos cursos” (ALVES, 1997, p. 18). Além disso, a maioria dos alunos permaneceu estudando em escolas isoladas, marcadas pelas mesmas carências e dificuldades de antes.

Em 1930, o Estado de Mato Grosso contava “com 11 grupos escolares, 4 escolas reunidas e 175 escolas isoladas (32 urbanas, 130 rurais e 13 ambulantes) e o ensino ministrado nas escolas rurais era ineficiente e os gastos, inúteis” (ALVES, 1997, p. 19). Justamente nesse período foi instalada, em Campo Grande, em 21 de abril de 1930, a Escola Normal, anexa ao Grupo Escolar. Tratou-se de uma iniciativa do então presidente de Estado, Dr. Aníbal Toledo, e se tornou a primeira instituição sul-mato-grossense dessa natureza, como também a segunda do Estado. Porém, dez anos após a sua instalação, essa Instituição foi fechada, devido à reforma que o Governo Júlio Strübing Müller (1937-1945) tentou implantar, tendo assim permanecido por sete anos, e a Seção Normal, que era a antiga Escola Normal, bem como o Curso Especializado de professores, funcionaram nos três ginásios oficiais do Estado, situados nas cidades de Cuiabá, Corumbá e Campo Grande (RODRÍGUEZ; OLIVEIRA, 2017).

No Governo de José Marcelo Moreira (1946-1947), promoveu-se a elaboração do Regulamento das Escolas Normais em Mato Grosso, e o Ensino Normal conheceu um processo de reabilitação e propagação. A partir desse processo, segundo Marcílio (1963), foram implantadas ações políticas, de modo a conceder ao setor privado o Ensino Normal e delegar a formação de professores, principalmente, ao setor confessional, desencadeando, no sul de Mato Grosso, a instalação da Escola Normal anexa ao Ginásio Maria Auxiliadora, pertencente à

Congregação das Filhas de Maria Auxiliadora, em Campo Grande, outra Escola Normal privada, mantida pelas Irmãs Salesianas, em Corumbá. Em 1949, foi criada a Escola Normal de Aquidauana, por meio da Lei nº 342, de 13 de dezembro 1949 (MATO GROSSO, 1949).

Apesar do aumento no número de Escolas Normais desencadeado a partir do Governo de José Marcelo Moreira, a falta de professores diplomados para atuar nas escolas primárias de Mato Grosso, principalmente nas áreas rurais, levou o Governo Estadual, na década de 1950, a organizar e a oferecer Cursos de Férias, durante o mês de julho e as férias do final de ano, em diferentes municípios mato-grossenses. Na década de 1960, outra iniciativa que marcou a história da formação de professores em Mato Grosso foi a instalação do Centro de Treinamento do Magistério de Cuiabá, oriunda de uma parceria entre o Governo Estadual e o Governo Federal. Neste Centro foram oferecidos cursos de especialização em supervisão escolar para professoras normalistas e cursos de aperfeiçoamento para professoras qualificadas como “leigas” (FERREIRA, 2010).

Foi justamente nesse contexto, marcado por Cursos de Férias, inicialmente, e, posteriormente, por cursos de formação, aperfeiçoamento e especialização docente ofertados pelo Centro de Treinamento do Magistério de Cuiabá, que as Escolas Normais de Mato Grosso conviveram no cenário educacional, a partir da década de 1950, até a sua extinção, no início da década de 1970, devido à Reforma de Lei nº 5.692/71, que, em seu lugar, instituiu a Habilitação Específica do Magistério de 2º grau para o exercício do magistério de 1º grau (HEM).

2. 2. 2 A educação e a formação de professores no Município de Dourados

O sul de Mato Grosso, onde estava situado o Município de Dourados, nos anos de 1940, parecia ser promissor, pois “[...] além das riquezas extrativas e agropecuárias, recebeu maiores incentivos à produção agrícola em virtude da Campanha ‘Marcha para o Oeste’” (ALVES, 1997, p .22). Antes do processo de colonização desencadeado pela Marcha para o Oeste, questão esta tratada anteriormente, a educação escolar douradense crescia de forma lenta. Segundo Furtado e Marques (2013), o desenvolvimento da educação no Município era semelhante ao restante do sul de Mato Grosso por vários motivos, entre eles, a distância do Município da capital, Cuiabá, a extensão territorial e a precariedade dos meios de locomoção.

A educação escolar inicialmente estava sob a responsabilidade das famílias, sendo oferecida nas fazendas da região, nas casas dos professores ou dos alunos. Segundo Fernandes e Freitas (2003, p. 5), “as crianças eram alfabetizadas em casa pela própria família, quando muito por algum professor itinerante, que ia às fazendas e sítios para realizar essa tarefa”. Sobre

o professor itinerante, Silva, M. C. (2013) esclarece que a fase desse profissional se iniciou em 1905, em Dourados, com a chegada do Professor Manoel Santiago de Oliveira, o qual lecionava em uma escola situada na fazenda de Athayde Pereira Brum.

Por um longo período, as escolas se concentravam na área rural, onde se encontrava a maioria das crianças filhos de trabalhadores em idade escolar (SÁ ROSA, 1990). As primeiras escolas existentes na Vila que, posteriormente, deu origem ao perímetro urbano do Município de Dourados, surgiram na década de 1930, funcionando inicialmente na casa dos professores, com turmas mistas, e poucos recursos para a aquisição de materiais didáticos e manutenção (FERNANDES; FREITAS, 2003). Fernandes e Freitas (2003) pontuam que,

[...] além dos professores itinerantes na zona rural existiram na vila escolas particulares de vários professores. Depoimentos (Rosa, 1990) e registros fotográficos (Moreira, 1990) referem-se à Escola Reunida (do Prof. Ernani Rios e Antônia Cândido de Melo), à Escola Moderna (escola ativa), à de Laucídio Paes de Barro, de Gonçalo e a de Antônia da Silveira Capilé. (FERNANDES; FREITAS, 2003, p. 48).

A citação acima esclarece que as primeiras escolas eram todas particulares, inclusive pertenciam aos próprios professores cuja maioria era de homens. Apenas as professoras Antônia Cândido de Melo, da Escola Reunida, e Antônia da Silveira Capilé, da Escola Moderna, eram docentes do sexo feminino. Outro dado que chama atenção é o fato de a Escola Moderna intitular-se como uma “escola ativa”, tendência impulsionada pelo movimento da Escola Nova. A Escola Nova teve um predomínio entre as décadas de 1930 e 1960, no Brasil, ocasionando uma reordenação da escola e o redirecionamento das finalidades da instrução primária. O movimento chegou às instituições de ensino como forma de quebrar alguns paradigmas tradicionais de ensino já existentes, pois

[...] o ensino que antes era baseado no “ouvir” para “ver”, passou a associar o “ver” para “fazer”, ou seja, a escola por sua vez deveria possibilitar ao aluno situações por meio da visão (observação), e também da ação (experimentação), para que desta forma o aluno pudesse ter a oportunidade de construir seu próprio conhecimento. (VIDAL, 2000, p. 498).

Assim, o ensino nos modelos da Escola Nova seria baseado nas experiências por meio de atividades práticas experimentais, colocando o aluno no centro do processo de ensino-aprendizagem.

Voltando ao contexto histórico local, é interessante destacar que, após a elevação de Dourados à categoria de Município, em 1935, foi criada a Escola Erasmo Braga, em 1939,

instalada para atender turmas de 1^a a 4^a séries do ensino primário. Era uma instituição particular e ligada à Igreja Presbiteriana do Brasil, cujo nome tratou-se de uma homenagem a Erasmo de Carvalho Braga (1877- 1932), cidadão que teve papel significativo no Município de Dourados.

Conforme tratado anteriormente, o processo de colonização recente desencadeado com a implantação da CAND, na década de 1940, resultou em grande fluxo demográfico para Dourados, com isso, houve uma demanda da população por criação de escolas. Nesse cenário, a imprensa se tornou aliada da população, porquanto

[...] desempenhou um importante papel ao incluir em seu repertório inúmeras reivindicações da sociedade, críticas e denúncias sobre os problemas educacionais, as dificuldades de acesso à escolarização institucionalizada, as consequências negativas da expansão demográfica desenfreada e a falta de políticas públicas que acompanhassem esse crescimento. (MONTEIRO, 2021, p. 150).

Ainda, segundo Monteiro (2021), várias edições da imprensa solicitavam a abertura de instituições escolares e a construção de prédios adequados para que os alunos pudessem vivenciar a educação de maneira adequada. E justamente, a partir da década de 1940, mais escolas passaram a ser instaladas no Município de Dourados e a sua rede escolar começou a crescer e se desenvolver, conforme apresentamos no Quadro 5.

Quadro 5 – Escola existentes em Dourados entre as décadas de 1940 a 1950

Ano	Instituição	Origem
1940	Escola Paroquial Imaculada Conceição	Particular
1947	Grupo Escolar Joaquim Murtinho	Público
1949	Escola Paroquial Patronato de Menores	Particular
1954	Colégio Oswaldo Cruz	Particular
1956	Escola Imaculada Conceição	Particular
1956	Escola Agrícola Dom Bosco	Particular
1958	Ginásio Estadual Presidente Vargas	Público

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (PIZATTO, 2022)

De acordo com o Quadro 5, nos anos de 1940, três instituições foram instaladas. A primeira, de ordem católica, foi nomeada como Escola Paroquial Imaculada Conceição, pelas irmãs Bernardinas, permanecendo em funcionamento por pouco tempo, pois teve suas atividades encerradas em 1946. A segunda instituição instalada nessa mesma década pertencia ao setor público, fundada em 1947, por meio do Decreto nº 386, de 22 de novembro de 1947, o qual estabeleceu a criação do Grupo Escolar Joaquim Murinho. Esse constituiu-se no primeiro dessa modalidade de escola primária estabelecida em Dourados, uma vez que até esse período o ensino era apenas ofertado na Escola Erasmo Braga, na Escola Paroquial Imaculada Conceição, nas escolas isoladas rurais e nas escolas reunidas. (MARQUES, 2014). A escola Paroquial Patronato de Menores, a terceira dessas instituições, teve sua criação em 1949, mas seu funcionamento só se deu oficialmente em 1950. A criação do Patronato tinha como objetivo colocar os franciscanos no mercado educativo no Município de Dourados em oposição à Escola Presbiteriana Erasmo Braga, considerada como forte concorrente, pois muitas famílias católicas eram atendidas pela Instituição, consolidada no município desde 1939 (MONTEIRO, 2021).

Em 1954, foi instalado o Colégio Oswaldo Cruz, pertencente à iniciativa particular, como extensão do Colégio Oswaldo Cruz, existente em Campo Grande. Inicialmente funcionou no mesmo espaço físico do Grupo Escolar Joaquim Murinho, durante três anos. Em 1957, alocou-se em prédio próprio. Com a fixação do Colégio Oswaldo Cruz, Dourados passou a oferecer o ensino ginásial. Além disso, o Colégio oferecia o curso primário. A Instituição funcionava no período diurno e noturno. Segundo Silva, M. C. (2013), a sua implantação no Município se deu por intermédio do professor Celso Müller do Amaral, que percebeu a necessidade de ampliação do ensino, porquanto Dourados estava em pleno desenvolvimento.

A chegada da Instituição contribuiu para o desenvolvimento da educação escolar de Dourados, pois “[...] não só representou a efetivação prática e objetiva das aspirações, como também dos valores mais elevados da época, no que diz respeito ao ensino” (FURTADO; MOREIRA, 2015, p. 51).

No ano de 1956, ocorreu a inauguração da Escola Imaculada Conceição, instalada pelas Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã, com a missão educar e difundir a fé católica. A educação escolar era voltada também aos valores da doutrina cristã (o amor, a caridade e o perdão) e, para que os objetivos fossem alcançados, a proposta pedagógica era composta por músicas, teatro, canto e voltada ao desenvolvimento dos dons artísticos. Também incluía a preparação dos/das alunos/as em sacramentos de iniciação cristã (BRAZIL; MANCINI, 2012).

Com a expansão da Escola Imaculada Conceição e o aumento do número de alunos, houve a necessidade da contratação de novos professores. Porém, faltava mão de obra

habilitada, e, para solucionar o problema, em 1959, as Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã iniciaram o Curso Normal, tendo como fundadora a Irmã Clara Thomas. A Escola se tornou a primeira instituição a ofertar um curso de formação de professores no Município de Dourados. De acordo com Amaro (2018, p.122), “A finalidade do Curso Normal Colegial era formar integralmente o estudante nas instâncias sociais, cívicas, morais, cristãs e intelectuais, de maneira a habilitar os alunos para o exercício do magistério com eficiência”.

Podemos inferir que a instalação e a expansão da Escola Imaculada Conceição, no Município de Dourados, foi consequência do projeto ultramontano do século XIX, decorrente das diferentes ações organizadas por esse projeto da Igreja Católica, que promoveu o surgimento de inúmeras instituições educativas confessionais católicas. Conforme esclarece Manoel (2008, p. 16-17), a expansão da rede escolar católica ocorrida no país entre 1859 e 1959 foi, portanto, reflexo da aliança entre a porção conservadora da Igreja e a oligarquia brasileira, “[...] com a complacência do Estado [...]”.

O movimento ultramontanista surgiu como uma reação da Igreja Católica ao mundo moderno, uma vez que “[...] o projeto político ultramontano estruturou-se em torno da rejeição à ciência, à filosofia e às artes modernas, condenando o capitalismo, a ordem burguesa, os princípios liberais e democráticos e todos os movimentos esquerdistas, como o socialismo e o comunismo” (MANOEL, 2008, p. 941).

A política ultramontana não se restringiu à instituição eclesial, mas, ao contrário, perpassou por todos os setores da sociedade. Desse modo, as instituições inseridas na estratégia ultramontana contribuíram para a reestruturação da sociedade civil, a qual vinha sendo considerada corrompida pelas “novas ideias/modernização”. No caso das elites, o movimento ultramontanismo era útil, pois

[...] traria uma educação básica para as moças, indispensável para o exercício da vida conjugal. [...] porque manteria as mulheres afastadas do contágio das ideias feministas, como o trabalho fora de casa [...] porque com o sistema de internato ou de semi-internato, objetivava impedir os “perigos da carne”, que poderiam culminar em relacionamentos indesejáveis com rapazes considerados inadequados para a manutenção das relações clientelísticas. (TAVARES, 2018, p. 8).

Segundo Tavares (2018), ao cristianizar a sociedade, evitar-se-ia a os perigos das ideias modernas do racionalismo, socialismo e feminismo. Neste sentido, o discurso religioso ultramontano tinha como intuito moldar a realidade social, para assim preservar os dogmas católicos (COELHO, 2011).

À família, por exemplo, o ultramontanismo lançou um olhar especial, invadindo os lares católicos por meio da prática religiosa ocorrida nas igrejas, nos colégios, nos orfanatos, nas creches – lugares esses considerados preferenciais de sua ação (GAETA, 1992). Como Gaeta (1992, p. 245) adverte, “o cotidiano doméstico foi devassado: noivados, casamentos, obrigações dos chefes, nascimento, número de filhos, educação dos jovens eram aconselhados e normatizados pelos chefes da Igreja [...]”. Em meio a tantas mudanças na sociedade, a Igreja buscava conquistar as mentes e os corações dos alunos, para, assim, formar o cidadão exemplar.

Já o Ginásio Estadual Presidente Vargas, pertencente à iniciativa pública, iniciou seu atendimento em 15 de fevereiro de 1958 e foi a primeira instituição pública a oferecer o ensino ginásial. A instituição oferecia curso ginásial de primeiro ciclo com quatro anos de duração, conforme orientava a Lei Orgânica nº 4.244, de 9 de abril de 1942 (BRASIL, 1942). Em 1963, a Instituição passou a oferecer o segundo ciclo do ensino secundário e foi denominada como Colégio Estadual Presidente Vargas (MARQUES, 2014).

Diante do exposto, podemos compreender que a instalação das escolas públicas, privadas, de ensino primário, ensino secundário e ensino normal, no Município de Dourados, no final da década de 1940 e na década de 1950, esteve relacionada ao processo de colonização e foi motivada pelo crescimento demográfico e desenvolvimento local.

Além das escolas situadas nas áreas urbanas, Dourados passou a contar com um grande número de escolas localizadas no meio rural. No que diz respeito, às escolas rurais, observamos os reflexos da colonização nas escolas rurais a partir da década de 1950, pois a Mensagem de 1955 permite entrever que esse Município recebeu a instalação de mais escolas rurais do que outros municípios de Mato Grosso, sendo superado apenas por Cuiabá, que recebeu 108 escolas, e Rosário do Oeste, que recebeu 73 escolas. O Município de Dourados foi contemplado com 65 escolas rurais, no período em questão (MATO GROSSO/Mensagem de Governador, 1955).

É interessante registrar que, enquanto as Irmãs Franciscanas atuavam na educação escolar urbana do território douradense, os Salesianos deixavam as suas marcas no processo de escolarização do meio rural, pois, no ano de 1956, instalaram a Escola Agrícola Dom Bosco, no Distrito de Serraria, atual distrito de Indápolis (SANTINI, 2012). Essa Escola tinha como objetivo capacitar os filhos dos agricultores para trabalhos com a terra e funcionava em regime de internato. Apesar disso, possuía um currículo com a mesma estrutura do Curso Primário adotado por outras instituições escolares (SILVA, M. C., 2013). Assim, essa Instituição capacitava os alunos para as atividades da agricultura e para a formação no ensino primário.

Na década de 1960, nas áreas rurais, o número de escolas primárias era maior que o número de escolas primárias urbanas, pois em 1969 havia 59 escolas nas áreas rurais, enquanto na área urbana o número de escolas era apenas 6, porém, mesmo que

[...] o número de escolas com ensino primário em Dourados fosse superior na zona rural, as instituições existentes em maior número, nesses locais, eram as escolas rurais mistas, que, na maioria das vezes, funcionavam apenas com uma sala de aula. Conquanto na área urbana de Dourados o número de escolas fosse menor, estas eram instituições que tinham maior representatividade que as escolas rurais mistas, pois eram instituições com melhor estrutura física e podiam atender a um maior número de alunos, [...]. (IRALA, 2014, p. 79).

Apesar de o número de escolas ser maior no meio rural, na década de 1960, conforme assinala Irala (2014), essas instituições tinham menor representatividade que as escolas urbanas, pois possuíam estrutura física rudimentar contando, muitas vezes, com apenas uma sala de aula, com pouco ou quase nada de material didático e pedagógico e com um professor, na maioria das vezes, não habilitado para o exercício do magistério primário, morador da própria localidade rural, um pouco mais escolarizado que o restante da população local.

Uma retomada sobre as escolas da área urbana de Dourados faz-se necessária para compreendermos, sobretudo, a história das instituições de formação de professores no Município em foco. A segunda instituição a oferecer um curso de formação de professores em Dourados foi o Colégio Osvaldo Cruz, a partir de 1954, conforme mencionado. Inicialmente, a instituição oferecia o ensino Ginásial diurno e noturno, além do ensino primário. Somente na década de 1960 foi criado o Curso Normal no Colégio Osvaldo Cruz. O Município de Dourados passou a contar, então, com duas instituições que ofereciam um curso voltado à formação de professores primários, porém, ambas instituições eram de origens privadas. Desse modo, apenas quem tinha poder aquisitivo poderia frequentá-los, pois exigiam mensalidade.

Somente 11 anos após a criação do primeiro Curso Normal no Município de Dourados surgiu o primeiro Curso Normal para professores de 1ª a 4ª séries de origem pública, tendo sido instalado em anexo ao Centro Educacional Menodora Fialho de Figueiredo, na década de 1970. Segundo Silva, M. C. (2013, p. 27), “O Centro Educacional de Dourados surge no município em uma época de desenvolvimento tanto na questão econômica e social quanto educacional”. Tal desenvolvimento esteve associado ao crescimento econômico e demográfico desencadeado no Município, proveniente da Marcha para o Oeste e da criação da CAND, nos anos de 1940, e que refletia na área da educação. Acrescenta-se, também, três fatores que foram fundamentais para o processo de implantação da Escola Normal de Dourados, no Centro Educacional

Menodora Fialho de Figueiredo: a localização privilegiada, pois estava situada na área urbana; a facilidade de transporte na região; e, principalmente, a necessidade de Dourados possuir uma escola de formação de professores de origem pública para atender classes menos favorecidas.

Assim se formou o cenário das escolas de formação de professores no Município de Dourados até a década de 1970, com a implantação de uma escola de origem particular de cunho religioso (Imaculada Conceição), de uma escola de origem particular laica (Osvaldo Cruz) e de uma escola de origem pública (Centro Educacional Menodora). Todas contribuíram de forma significativa para a constituição do quadro de docentes do Município e da região.

3 A ESCOLA FRANCISCANA IMACULADA CONCEIÇÃO E O CURSO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES: EM FOCO, O CURSO DE MAGISTÉRIO

Nesta seção, abordamos o percurso histórico da Escola Franciscana Imaculada Conceição e analisamos o processo de criação e funcionamento do Curso de Magistério na instituição, bem como focalizamos os sujeitos que estiveram envolvidos no Curso, como aluna(os) e professoras(es).

3.1 A Escola Franciscana Imaculada Conceição

A Escola Franciscana Imaculada Conceição, criada no Município de Dourados, na década de 1950, foi instalada pelas Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã, uma das Congregações religiosas femininas pertencente à Ordem Franciscana, a qual, segundo Amaro (2018), foi criada como uma ordem de Irmãos comprometidos em assumir a missão de viver e pregar o Evangelho. A referida Ordem é dividida em três categorias, sendo elas a Ordem dos Frades Menores (OFM), a composta pelos Capuchinhos (OFM Capuchinhos) e as Conventuais (OFM Conventuais).

A entrada dos Franciscanos no Brasil ocorreu em 1500, quando, juntamente com Pedro Álvares Cabral, vieram oito Franciscanos para a celebração da primeira missa em terras brasileiras. Além disso, observamos, na historiografia brasileira, que os frades franciscanos foram os primeiros a iniciar os trabalhos com a catequese no Brasil, os quais tinham como objetivo alfabetizar e catequisar os povos nativos que por aqui viviam.

Diante das oportunidades de cristianização das sociedades é que a pedagogia franciscana se desenvolveu, por meio de suas práticas missionárias e seus contextos socioeducativos. Destacamos a obra educacional de Catarina Daemen, fundadora da Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã. Nascida em 19 de novembro de 1787, em Ohé-en-Laak, na Holanda, Catarina Daemen, aos 29 anos, conheceu a confraria da Ordem Terceira de São Francisco para seculares, por meio de um trabalho em Maaseik. Com isto, ingressou nesta Ordem em 12 de outubro de 1817, momento em que recebeu o nome de Madre Madalena. Em 1824, Catarina Daemen foi enviada a Heythuysen, na Holanda, a pedido de Pedro Van der Zandt. Em Heythuysen, a sua função foi o ensino de religião às crianças e moças e a criação de uma escola de costura e trabalhos de agulha. Contudo, três anos após a sua chegada a Heythuysen, mais precisamente em 1827, juntou-se a Ana Maria Verkroulen, Gertrudis Kirkels e Maria Catarina Deckers, com o intuito de auxiliá-las nos trabalhos locais (BRITO, 2021).

Mesmo junto a essas três mulheres, Catarina Daemen seguiu sua trajetória pessoal, atuando no ensino e no tratamento de doentes, mas buscando a implementação de uma Congregação, a qual se efetivou em 1835. Assim, o início da Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã começou a ser pensado no ano de 1827, quando Ana Maria Verkroulen, Gertrudis Kirkels e Maria Catarina Deckers uniram-se a Catarina Daemen, pois todas elas almejavam constituir uma comunidade religiosa (ACKERMANS; OSTERMANN; SERBACKI, 2000).

Em 10 de maio de 1835, a Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã foi fundada, após idas e vindas de Catarina Daemen ao bispado para autorização da abertura da congregação, reflexo de um cenário dominado pelo poder masculino, uma vez que tal abertura dependia do apoio de padres e bispos para sua afirmação. Após a oficialização desta Congregação, o atendimento às crianças com trabalhos manuais foi aperfeiçoado. No mesmo ano da fundação da Congregação, em Heythuysen iniciou-se o trabalho do internato, o que a configurou como uma organização escolar. Catarina Daemen atuou junto à Congregação durante 23 anos, pois em 1858, aos 71 anos de idade, veio a falecer (BRITO, 2021).

Para compreender a vinda da Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã ao Município de Dourados, nos anos de 1950, que instalou a Escola Franciscana Imaculada Conceição, faz-se necessário abranger, inicialmente, a chegada dos franciscanos ao Estado de Mato Grosso. O expansionismo da Igreja Católica em terras mato-grossenses se fortaleceu a partir de 1937, quando esse Estado foi escolhido como o território da nova missão da Província Franciscana da Turíngia, fato decorrido das perseguições nazistas à Igreja e, particularmente, aos religiosos.

Como território da nova missão da Província Franciscana da Turíngia, foi escolhida o Estado de Mato Grosso. Está localizado na região Centro Oeste do Brasil, limitando com a Bolívia e Paraguai e sendo vizinho dos Estados do Amazonas, Pará, Goiás, Minas Gerais, São Paulo e Paraná. Em 1937, abrange ainda os dois atuais Estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul com uma superfície de 1.231.549 km, calculando-se 500.000 habitantes. A Capital era Cuiabá com cerca de 50.000 habitantes. O seu clima é tropical, em geral quente, sendo mais seco no Norte, úmido no pantanal e mais ameno ao sul. Com muito sol, mas no tempo mais quente do verão, isto é, de dezembro a fevereiro, é o tempo de chuva. (KNOB, 1988, p. 42).

Até 1937, no Estado de Mato Grosso, havia muitas paróquias vagas, sem padres, onde apenas em algumas datas comemorativas um sacerdote celebrava as missas e administrava os sacramentos. “Os primeiros missionários que foram enviados da Alemanha para o Mato Grosso foram Frei Eucário Schmitt, Wolfram Passman, Antonino Schwender e Francisco Brugger

[...]”, os quais tinham como principal campo de trabalho as Dioceses de Cuiabá e Corumbá (BORBA, 2019, p. 88). Assim, Mato Grosso se tornou um lugar de refúgio para o Franciscanos, e, desde que chegaram ao Estado, eles se aproximaram da sociedade, buscando observar, compreender para depois intervir. Deste modo, analisavam atentamente “O homem, a natureza, o cenário religioso e a cultura mato-grossense [...]” (MARIN, 2012, p. 109).

Segundo Marin (2012, p. 118), nas maiores paróquias, a maior parte da população morava em assentamentos, fazendas e sítios, fato este que ocasionou a criação de algumas estratégias para alcançar de forma eficaz essa população, pois o objetivo dos Franciscanos “[...] era intensificar a vida religiosa por meio de uma pastoral catequética regular, pela criação de associações religiosas e pelo incremento da participação nas práticas sacramentais”. Nestas circunstâncias, os Franciscanos se sentiam como agentes civilizadores, pois eram europeus, católicos, difundiam os ideais da Igreja e as realizações da sociedade ocidental, se consideravam provenientes de uma cultura “desenvolvida”, fatores dos quais a sociedade mato-grossense não havia conhecimento (RODELINI; FURTADO, 2021).

Após seis anos da chegada dos Franciscanos a Mato Grosso, o número desses religiosos crescia no Estado, acompanhando o crescimento populacional da região, pois muitos migrantes alocavam-se no território em busca de terras e trabalho.

De 1943 a 1945, foi construída uma nova matriz que, com o rápido crescimento da cidade, tornou-se pequena demais. Por isso foi edificada, de 1958 a 1960, uma nova e grande igreja conventual e paroquial, que devia servir também de Pró Catedral, com a criação da Diocese de Dourados em 1957. Durante 15 anos os frades habitavam numa modesta casa de madeira. Entre 1954 e 1956 construíram uma ampla residência. Depois acrescentaram-se o salão paroquial e duas salas menores para reuniões das associações religiosas. De 1952 a 1954, construía-se a primeira escola paroquial e, de 1957 a 1959, uma segunda, ao lado da igreja matriz. (KNOB, 1988, p. 102).

Importa considerar que a população mato-grossense possuía interesses nos Franciscanos para além do campo religioso, pois pretendiam também a instalação de bons colégios para seus filhos, visto que eles interessavam por uma boa educação para um futuro frutuoso. Com isso, os Franciscanos tiveram a possibilidade de “[...] fundarem escolas paroquiais em todas as paróquias onde trabalhavam. Para dirigi-las, procuravam congregações religiosas femininas, que significaram uma grande ajuda a eles” (BORBA, 2019, p. 93). Frente à oportunidade de ensinar nas escolas, as Irmãs instruíam as crianças para uma vida segundo os preceitos da Igreja Católica, buscando despertar também novas vocações.

Diante do exposto anteriormente, compreendemos que a presença da ordem religiosa Franciscana contribuiu para o desenvolvimento do Estado de Mato Grosso/Mato Grosso do Sul, pois os religiosos a ela pertencentes atuaram em diversos segmentos da sociedade. Segundo Martins (2011, p. 11), “A presença da Congregação Franciscana em Mato Grosso foi relevante para o crescimento do estado e surgimento de novas cidades e populações. Os Frades Franciscanos trouxeram para cá escolas, igrejas, associações com a política [...]”.

Com o crescimento populacional da região sul de Mato Grosso, surgiu a necessidade de mais atendimento às crianças em idade escolar, assim, a missão Franciscana percebeu uma oportunidade para aumentar o seu prestígio, no caso da sociedade douradense, propondo, por exemplo, a implantação de instituições educativas. Além disso, “[...] as Irmãs ainda ajudariam no auxílio aos doentes e poderiam desenvolver formação doméstica (AMARO, 2018, p. 80).

Desta forma, em 1955, a convite de Dom Orlando Chaves (Bispo da diocese de Corumbá), as Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã (Santa Maria-RS) deslocaram-se para o Município de Dourados com o objetivo de trabalhar na catequese e na escola primária, conforme o relato encontrado nas Crônicas⁵ da Escola Franciscana Imaculada Conceição, datado de 9 de fevereiro de 1955, extraído do trabalho de Amaro (2018).

Fevereiro de 1955 – Dia 9, bem cedinho o Revdo. Pe Edu celebrou a santa missa pedindo a Deus a benção para uma boa viagem e para os trabalhos missionários. Acabada, as Irmãs dirigiram-se ao refeitório, onde depois de uma breve refeição fizeram sua última despedida e já os automóveis pararam em frente do Colégio Sant’Ana para conduzir as 6 felizes pioneiras, Madre Liuba Heck, Irmã M. Rosita Meyer, Irmã Alfredina Sturp, Irmã M. Iracema Grings, Irmã Miraci Admans e Irmã Leonarda Lunkes, acompanhada pela Madre Antoninha, Irmã Lourdes, Madre Norbertina e as Madres das diversas casas de Santa Maria, ao aeroporto. Madre Antoninha não pôde acompanhar-nos até Mato Grosso por causa de sua saúde debilitada, mandou por isso em seu lugar, Madre Loudes e Madre Norbertina. Ainda em pouco tempo e o avião da FAB cedido gentil e gratuitamente pela Cia FAB, aterrizou (sic) no aeroporto. Malas e bagagens foram acomodadas. [...] Às 14 horas, conforme o relógio do Rio Grande do Sul e as 13, segundo o horário de Dourados que tem uma hora de diferença aportamos. A surpresa foi geral. Ninguém calculava que estivéssemos no destino. Nem tão pouco os douradenses, que estavam, sem se preocupar com as suas vestimentas. Frei Teodardo nos deu as boas vindas. Em seguida convidaram-nos para tomar uma merenda na casa da diretora do grupo Elementar, Sr. Celso Amaral e D^a Neuza Amaral. (CRÔNICAS ESCOLA IMACULADA, 1955 apud AMARO, 2018, p. 82).

⁵ Nesta pesquisa, as Crônicas não são usadas como fonte, pois não tivemos acesso a essa documentação. O que apresentamos neste trabalho é apenas uma citação extraída da dissertação de Amaro (2018).

O trecho destacado detalha o momento da partida das Irmãs Franciscanas de Santa Maria-RS com o destino a Dourados. Nele, podemos perceber que as irmãs em um avião da Força Aérea Brasileira (FAB) cedido gratuitamente para a sua vinda, entusiasmadas para realizar os trabalhos missionários no Município. Porém, a chegada foi uma surpresa para os douradenses, que desconheciam o evento. Mesmo a sua chegada sendo uma surpresa para a população, elas foram recebidas por Frei Teodardo, autoridade religiosa católica local, juntamente com a diretora do Grupo Elementar, a senhora Neuza do Amaral, e o seu esposo, o senhor Celso do Amaral, que, na época, era professor e autoridade política, pois era Deputado Estadual de Mato Grosso. As Irmãs Franciscanas foram recepcionadas por autoridades religiosa e política e por pessoas da localidade que tinham representatividade na área da educacional.

A fotografia representada pela Figura 11 registra o momento de chegada das Irmãs Franciscanas a Dourados, na década de 1950.

Figura 11 – Chegada das Freiras Franciscanas em Dourados.



Fonte: Acervo da Biblioteca da Escola Franciscana Imaculada Conceição

Por essa fotografia, que foi posada ao lado do avião da Força Aérea Brasileira (FAB), de porte médio, no aeroporto, no momento de chegada a Dourados, percebemos todas as Irmãs Franciscanas vestidas com o seu hábito (vestes) de religiosas de tamanho longo, aparentemente de cor escura, com apenas dois detalhes em cor branca, um no vestido e outro na túnica presente em suas cabeças. No registro, ainda é possível notar a presença de um funcionário do aeroporto que, provavelmente, estava realizando o abastecimento da aeronave.

Ao observarmos o registro iconográfico da chegada das Irmãs Franciscanas no aeroporto de Dourados, podemos reafirmar os apontamentos de Bourdieu e Bordieu (2006), de que

[...] as fotografias são vistas e apreciadas não em si mesmas e por si mesmas, isto é, em termos das suas qualidades técnicas ou estéticas, mas como sociogramas leigos que possibilitam um registro visual das relações e papéis sociais existentes. (BOURDIEU; BOURDIEU, 2006, p. 31).

A fotografia se tornou um ritual que marca a importância social de um grupo em determinado tempo e lugar. Assim, por meio de registros fotográficos, apreendemos a importância e a relevância social da chegada das Irmãs Franciscanas em Dourados, pois as religiosas foram recebidas por autoridades religiosa, política e civil, conforme retratado anteriormente pelos trechos expostos das Crônicas da Escola Imaculada Conceição e aqui reafirmado a partir da fotografia representada na Figura 12.

Figura 12 – Irmãs Franciscanas sendo recepcionadas no aeroporto de Dourados



Fonte: Comissão de Revisão Histórica de Dourados apud Monteiro (2021, p. 226)

A Figura 12 contempla outra fotografia que registra a chegada das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã. Segundo Amaro (2018, p.86), elas alocaram-se no Município “Imbuídas no lema da fundadora ‘Deus Cuida’ e trazendo na bagagem a experiência educativa da congregação [...]”. A imagem foi registrada, como adverte Burke (2017), como um texto que revela importante de evidência histórica, pois o posicionamento das pessoas denota o desejo de eternizar um acontecimento tão importante, que contou com a presença de autoridades, como do Frei Teodoro Leitz, do deputado estadual Celso Müller do Amaral e de sua esposa, da professora Neuza Carvalho do Amaral, além de outras pessoas não identificadas.

A imprensa, as lideranças políticas e eclesiásticas, a comunidade douradense e os leigos católicos, comemoraram a chegada das Irmãs Franciscanas, pois traziam a esperança de uma melhoria na escolarização, graças à sua experiência nas instituições escolares, a começar pelo Patronato de Menores de Dourados, a primeira a ser assumida pelas irmãs no Município (MONTEIRO, 2021). Ao chegarem na cidade, as irmãs iniciaram seus trabalhos no Patronato de Menores, que passou a contar com Jardim de Infância, Curso Primário, Curso de Admissão, Curso de Bordado, Corte e Costura. Com ampla divulgação nos meios de comunicação, o Patronato de Menores atendeu, de imediato, mais de 400 alunos.

O primeiro ano das Irmãs frente ao Patronato de Menores foi marcado por inúmeros avanços e conquistas, pois, no decorrer do ano letivo, a Instituição ganhou prestígio entre a população douradense, passando a ter um corpo docente e administrativo estruturados e com espaços físicos mais adequados, sem caráter de improvisado.

Devido ao grande sucesso, o Patronato de Menores, no ano seguinte de sua abertura, teve maior procura de alunos interessados a nele estudar. Mas, como havia dificuldade de acesso à Instituição por parte de alguns alunos, as irmãs instalaram uma Filial do Patronato, em 1956, na região central, a qual teve um incremento em sua denominação, sendo-lhe agregado o nome de um santo franciscano, a saber, Santo Antônio, passando a ser chamada, então, de Filial Patronato de Menores Santo Antônio. Posteriormente, recebeu o nome de Educandário Santo Antônio (MONTEIRO, 2021). Gradativamente, as Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã evidenciaram suas funções na área da educação, demonstrando suas possibilidades, dificuldades internas e externas à sociedade douradense. Segundo Amaro (2018),

[...] as Irmãs se utilizaram de estratégia expansionista em seus trabalhos, os quais podem ser comprovados a partir das seguintes situações: ao assumir o Patronato, elas criaram o Instituto Educacional e, assim, com a criação do Instituto, surgiu a oportunidade de uma filial, o Patronato de Menores Santo Antônio, que mais a frente se tornou o Educandário Santo Antônio. (AMARO, 2018, p. 90).

Dessa maneira, frente à educação douradense, em dia 1º de março de 1955, as Irmãs se reuniram em assembleia geral e fundaram o Instituto Educacional de Dourados, que atuava “[...] como uma fundação das Irmãs para tratar dos assuntos relativos à educação e a instrução em Dourados, como uma estrutura organizacional. Posteriormente, o Instituto recebeu o status de instituição escolar [...]” (MONTEIRO, 2021, p. 231).

Ainda na assembleia, formou-se a primeira diretoria do Instituto: Madre Maria Liuba Heck (primeira Diretora), Irmã Maria Miraci Adams (Secretária) e Irmã Maria Rosita Meyer

(Tesoureira), com a missão de formar alunos “para a vida”, desenvolvendo atividades focadas na disseminação do ensino confessional e em ideias de fraternidade (AMARO, 2018).

Em seus anos iniciais, o Instituto Educacional de Dourados apresentava estrutura administrativa próxima às exigidas aos Institutos de Educação e respeitava suas respectivas legislações, no período de 1932 a 1946. De acordo com Saviani (2006), a organização dos Institutos de Educação no Brasil se caracterizou como uma nova fase na educação brasileira, pois o foco estava no domínio dos conhecimentos a serem transmitidos, pautados, assim, pela perspectiva da Escola Nova. Segundo o autor,

[...] o advento dos Institutos de Educação, concebidos como espaços de cultivo da educação encarada não apenas como objeto do ensino, mas também da pesquisa. Nesse âmbito as duas principais iniciativas foram o Instituto de Educação do Distrito Federal concebido, estruturado e implantado por Anísio Teixeira, em 1932, e dirigido por Lourenço Filho; e o Instituto de Educação de São Paulo implantado, em 1933, por Fernando de Azevedo. Ambos, sob inspiração do ideário da Escola Nova. (SAVIANI, 2006, p. 5).

Com o aumento no atendimento de crianças em idade escolar, a falta de professores se tornou um problema para as Irmãs. Buscando solucioná-lo, em 1959, implantaram os Cursos do Normal Regional e Normal Colegial para o ensino feminino e para a formação de professoras. Assim, o Instituto Educacional se tornou a primeira instituição a oferecer um curso de formação de professoras (Curso Normal) em Dourados. Desse modo, a atuação das religiosas visava atingir a juventude feminina da região e do próprio Instituto.

Também no ano de 1959 foi iniciada a construção do novo prédio da Escola, na Vila Progresso, quando um grupo de Irmãs Franciscanas e internas passaram a morar nesse bairro. O Instituto Educacional de Dourados funcionou entre os anos de 1955 e 1961, pois, com a aprovação da Lei nº 4.024/1961 (BRASIL, 1961), houve mudanças nas instituições educativas. Desse modo, em 1962, após a promulgação da referida legislação, o Instituto Educacional de Dourados passou a se chamar Colégio Imaculada Conceição.

Em 1964, com a instalação em novo prédio, ainda em fase de construção, iniciaram as aulas para as alunas do Curso Normal. Em 1969, as instalações foram concluídas e ocorreu a inauguração da Escola Imaculada Conceição. A Figura 13 permite observar o novo prédio construído.

Figura 13 – Fachada Central do Instituto Educacional de Dourados, na década de 1970



Fonte: Amaro (2018, p. 228)

Com a Reforma Educacional inscrita na Lei nº 5.692/1971 (BRASIL, 1971), a Instituição teve a sua organização escolar reestruturada, passando a ofertar o ensino Pré-Escolar para crianças de 3 a 6 anos e o 1º e 2º graus. Foi nesse período, com a implantação daquela Lei, que o Curso Normal em funcionamento na Instituição desde o final da década de 1950, foi extinto, cedendo lugar ao Curso de Magistério, conforme tratamos na próxima subseção.

3.2 O Curso de Magistério

Podemos afirmar que a história da formação de professores no Brasil passou por três períodos importantes. No primeiro, ocorreu a reforma da Escola Normal do Estado de São Paulo, em 1890, inspirada pelo modelo republicano, e que se propagou por todo o Brasil. O segundo período se deu com as reformas do ensino com inspiração escolanovista, realizadas no Distrito Federal, em 1932, sob direção de Anísio Teixeira. No Estado de São Paulo, em 1933, tinha-se Fernando de Azevedo à frente dessas ações. O terceiro período foi consequência da Reforma Educacional, inscrita na Lei nº 5.692/1971 (SAVIANI, 2005).

Em relação à instalação do Curso Normal, na Escola Franciscana Imaculada Conceição de Dourados, que, posteriormente, deu origem ao Curso de Magistério, é oportuno explicar que, de acordo com os três períodos da história da formação de professores no Brasil, o Curso Normal surgiu no segundo período, iniciado em 1932, e, em um terceiro momento de expansão do ensino normal em Mato Grosso, como será tratado nesta subseção (SAVIANI, 2005).

Frente a isto, torna-se importante compreender a trajetória do ensino normal em Mato Grosso. A primeira instituição para a formação de professores foi criada em 1910, tendo sido denominada de Escola Normal de Cuiabá, a qual atendia a população da capital e da região norte do Estado de Mato Grosso. A Escola Normal de Cuiabá foi criada por meio da Lei nº 533, de 4 de julho de 1910, e instalada no dia 1º de fevereiro de 1911, tendo sido dirigida pelo professor Leowigildo Martins de Mello. À essa instituição foram incorporadas a Escola Normal e a Escola Modelo, essa última criada para a prática das futuras normalistas.

A segunda instituição voltada para a formação de professores de Mato Grosso foi instalada em 21 de abril de 1930, no município de Campo Grande, pelo presidente do Estado, Aníbal Toledo. A denominada Escola Normal de Campo Grande foi a primeira instituição a trabalhar com a formação de professores na região sul-mato-grossense. A sua emergência se deu devido ao crescimento da região sul de Mato Grosso e a sua transformação em um grande centro de transações comerciais, fatos ocorridos, principalmente, após a chegada dos trilhos da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, que permitiu o estabelecimento de relações comerciais mais estreitas com São Paulo. Tais transformações incentivaram, nos anos 1920 e 1930, a expansão da rede escolar (grupos escolares, escolas reunidas, escolas isoladas distritais e isoladas rurais e Escolas Normais nas principais cidades do sul do estado) (OLIVEIRA; RODRÍGUEZ, s.d.)

Entre os anos de 1940 e 1950, novas escolas normais foram instaladas na região sul do Estado de Mato Grosso. Em 1949, mediante a Lei nº 342/1949, foi criada a Escola Normal de Aquidauana, nomeada como Jango de Castro. Nesse período, segundo Carvalho (2014), Aquidauana constituía-se como uma das principais cidades do Estado devido à sua posição geográfica e localização estratégica na Bacia do Prata. Mais dois municípios receberam a instalação da Escola Normal durante aquelas décadas: Três Lagoas (Escola Normal Dom Aquino Corrêa, em 1952) e Ponta Porã (Escola Normal de Ponta Porã, em 1954).

Assim como nacionalmente houve três períodos importantes na história da formação docente, no Estado de Mato Grosso, três momentos históricos relacionados à escola normal foram determinantes. Segundo Brito, Rodrigues e Bezerra (2017),

[...] o primeiro, que vai de 1910 a 1929, quando da instalação da primeira escola normal, a de Cuiabá; o segundo, de 1930 a 1947, marcando a instalação da primeira escola normal no sul do estado, em Campo Grande. No terceiro momento, de 1948 aos anos 1970, os marcos históricos foram o processo de expansão da escola normal e o seu ocaso, motivado pelas transformações advindas da instalação de um novo projeto social, político e educacional para o Brasil, como parte das reformas implementadas pelo regime militar, a partir da segunda metade dos anos 1960. (BRITO; RODRIGUES; BEZERRA, 2017, p. 187).

Conforme assinalado por Brito, Rodrigues e Bezerra (2017), a instalação ocorrida do Curso Normal, em 1959, na Escola Franciscana Imaculada Conceição, insere-se no terceiro momento de expansão da Escola Normal em Mato Grosso. De acordo com os autores, esse período, que se estende de 1948 a 1970, antecedeu a instalação da ditadura civil-militar.

Assim, no período de instalação do Curso Normal em Dourados, havia uma grande preocupação com a formação feminina e sobre seu papel a ser desempenhado na sociedade, principalmente, por parte da elite douradense. A instituição escolar católica exercia um papel importante, pois oferecia um currículo que garantia às “moças de família” uma educação que ampliasse conhecimentos culturais, valorizasse a arte da culinária e da etiqueta social, entre outros aspectos que contribuíssem para sua formação intelectual, social, moral e religiosa (AMARO, 2018). Além disso, defendia-se a ampliação da educação para as moças, pois “[...] mulheres educadas adiam a primeira gravidez, espaçam os partos, cuidam melhor dos filhos, impedem a reprodução do círculo vicioso da pobreza [...]” (ROSEMBERG, 2012, p. 339).

Na história das escolas normais públicas, a inserção da mulher nessa etapa educacional se deu com a condição de uma segregação sexual, pois havia o cuidado para que homens e mulheres não tivessem contato dentro das instituições, assim, alternavam os dias de aula, os períodos, os horários e locais de entrada e saída e os prédios em que as aulas seriam ministradas, além de haver constante inspeção (ROSEMBERG, 2012).

Em relação ao Curso de Magistério na Escola Franciscana Imaculada Conceição, Giana (2022, p. 3, informação verbal) relata: “[...] naquela época, éramos totalmente separadas do pessoal [...] a começar pela distância imposta aos meninos, já que nosso curso era para mulheres. [...] Tudo ocorria separado, pois nossas salas eram no piso superior”.

Historicamente, a mulher conseguiu transitar entre o campo público e doméstico por meio do papel de educadora, pois assim, como mãe e como educadora, à mulher caberia o papel de ensinar e formar cidadãos (VIDAL, 2000). Conforme Louro (2008), a mulher precisaria ser uma mãe virtuosa, posto que seu principal destino era ser o de ser mãe e esposa. A ela caberia o papel de ser a educadora das gerações do futuro e, para isso, era necessária uma sólida formação cristã, considerada a parte mais importante para um projeto educativo de sucesso.

Deste modo, o Curso Normal do Instituto Educacional de Dourados possuía um regimento próprio, tendo como finalidade

[...] formar a personalidade integral do adolescente, desenvolvendo progressiva e simultânea, os aspectos de educação física, estética, intelectual, social, cívica, moral e religiosa;

incentivar no educando a consciência do valor da pessoa humana e da responsabilidade no desenvolvimento e construção do mundo, dentro dos princípios cristãos;
habilitar os alunos para o magistério eficiente, de acordo com as normas vigentes do país. (REGIMENTO, 1959 apud AMARO, 2018, p. 121).

O Curso Normal almejava, portanto, formar as alunas integralmente, considerando os aspectos sociais, morais, religiosos e cívicos. Dessa forma, habilitava-as para exercerem o magistério primário.

Os dez primeiros anos de funcionamento do Curso Normal no Instituto Educacional de Dourados foi marcado por um aumento no número de matrículas na Instituição, pois, no seu primeiro ano (1959), teve apenas oito alunas, enquanto em 1969 contou com 249 normalistas formadas, cuja função seria instruir e educar as futuras gerações. Era necessário um cuidado especial com o modo de ser, de elas se “[...] vestirem e se comunicarem” (BRAZIL, MANCINI, 2012, p. 132).

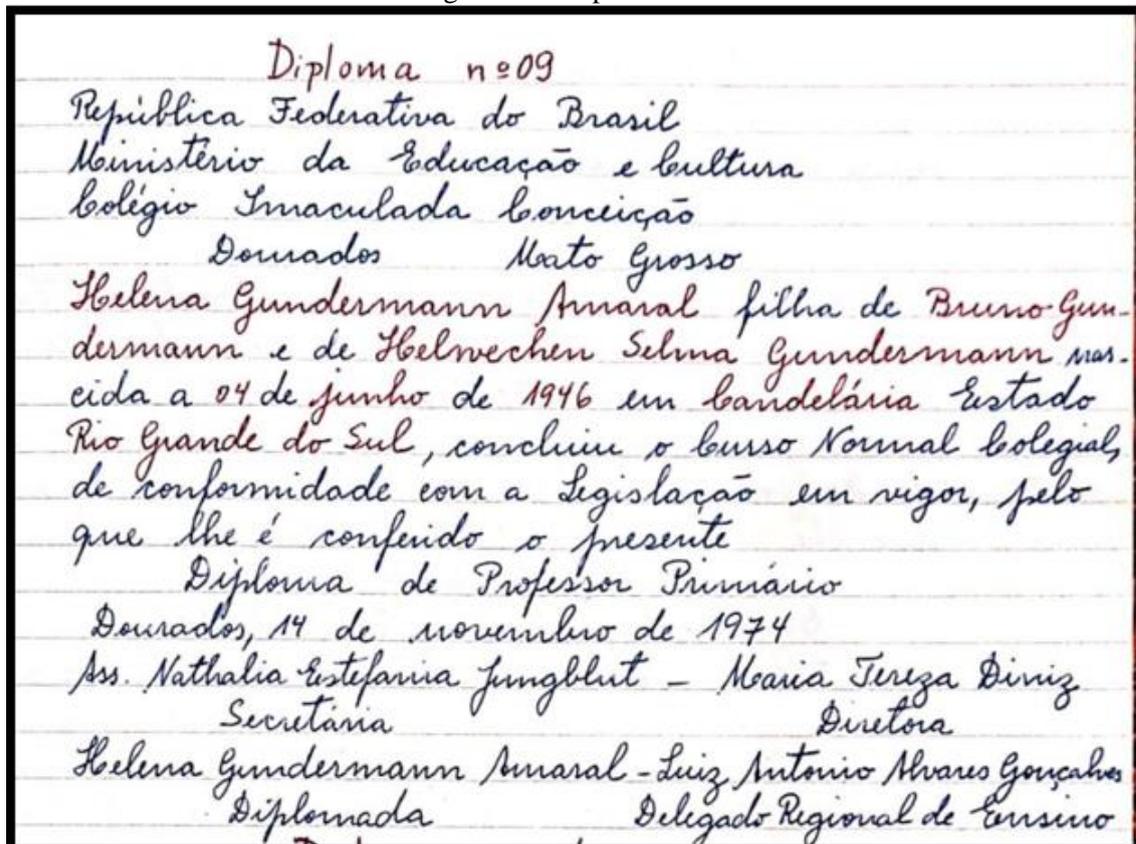
Com a Reforma Educacional, outorgada pela Lei nº 5.692/1971 (BRASIL, 1971), a Escola Normal perdeu o seu *status*, pois o Curso Normal foi transformado em uma Habilitação Específica para o Magistério, alterando a sua oferta na Escola Franciscana Imaculada Conceição. Essa adequação integra o terceiro período da história da formação de professores no Brasil, pois foi a partir da reforma que se criou a habilitação para o magistério e se desmontou a tradicional formação normalista (SAVIANI, 2005). Ora, a referida legislação fixou as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus no país, tornando-se o dispositivo norteador da reforma no início da década de 1970. De acordo com Tanuri (2000), quanto à formação de professores primários, a legislação modificou a habilitação para este nível de ensino.

Assim, a já tradicional escola normal perdia o *status* de escola e, mesmo, de curso, diluindo-se numa das muitas habilitações profissionais do ensino de segundo grau, a chamada Habilitação Específica para o Magistério (HEM). Desapareciam os Institutos de Educação e a formação de especialistas e professores para o curso normal passou a ser feita exclusivamente nos cursos de Pedagogia. (TANURI, 2000, p. 78).

Ainda a referida Lei determinava a realização da “formação mínima para o exercício do magistério no ensino de 1º grau, da 1ª à 4ª séries, habilitação específica de 2º grau, realizada no mínimo em três séries” (TANURI, 2000, p. 81). Assim, a partir de 1974, entrou em vigor, nas instituições de ensino, a Lei nº 5.692/1971. Desse modo, as alunas da Escola Franciscana Imaculada Conceição passaram a ser matriculas no Curso de Magistério e não mais no Curso

Normal, porém, aquelas que receberam seus diplomas no final de 1974 tiveram sua titulação oriunda do “Curso Normal Colegial”, conforme registra-se na Figura 14.

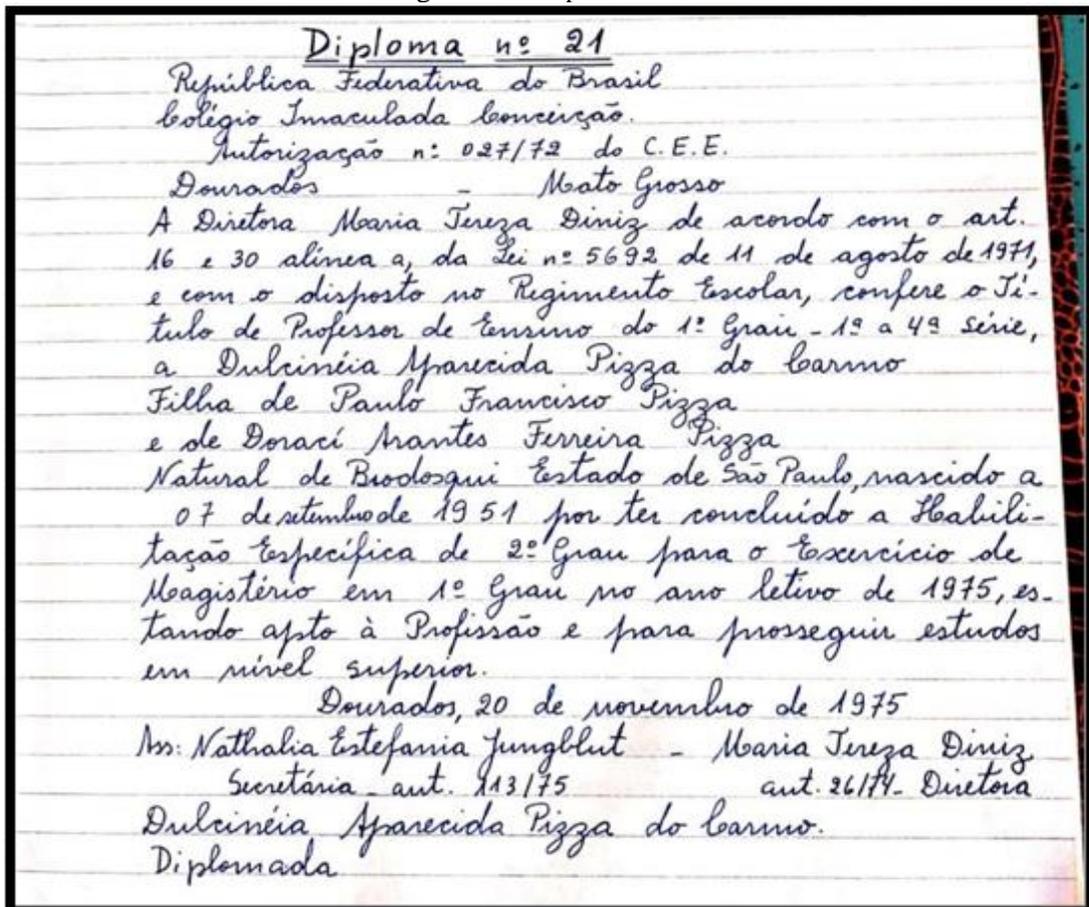
Figura 14 – Diploma nº 09



Fonte: Livro nº 1

Em acordo com o registro de diploma apresentado acima, verificamos que a normalista Helena Gundermann Amaral, que recebeu o título de Professor Primário, manteve a sua formação ligada ao Curso Normal Colegial, seguindo a Lei nº 4.024/1961 (BRASIL, 1961). Somente as alunas formadas a partir de 1975 receberam a titulação para lecionarem no Ensino Primário e 1ª a 4ª série, conforme o diploma apresentado na Figura 15.

Figura 15 – Diploma nº 21



Fonte: Livro nº 01

Vemos, no diploma acima, que a Magisteriana Dulcinéia Aparecida Pizza do Carmo foi habilitada para lecionar como professora primária e como professora de 1ª e 4ª série, obedecendo à Lei nº 5.692/1971 (BRASIL, 1971). Destacamos que o diploma cita a nova Lei como fonte para conceder a referida titulação. O Curso de Magistério da Escola Franciscana Imaculada Conceição seguiu atuando em Dourados e anualmente habilitava professoras para ingressarem ao mercado de trabalho. Os eventos ligados ao Curso de Magistério eram noticiados pela imprensa local, como o caso da formatura da turma de 1984, o qual contou com a presença das autoridades locais, conforme explicita a Figura 16.

Figura 16 – Formatura do Magistério em 1984



Fonte: Livro Registro de Ocorrências da Escola Particular de 1º e 2º Graus Imaculada Conceição

Na matéria publicada no Jornal O Progresso, intitulada “Carneiro destaca o papel do professor em formatura do Magistério”, observamos a presença do Prefeito do Município, Luiz Antonio Gonçalves, e do presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Walter Carneiro, que, na ocasião, foi paraninfo da turma. Os registros comprovam que o deputado enaltece a profissão docente ao discursar que “[...] o papel do professor de alicerce onde se apoiarão as futuras gerações” (O PROGRESSO, 11/11/1984 apud Livro Registro de Ocorrências).

3.3 O quadro discente

Para narrar a história do Curso de Magistério da Escola Franciscana Imaculada Conceição faz-se necessário apresentar os sujeitos que fizeram parte deste Curso, como as(os) alunas(os) e as(os) professores(es). No Quadro 6, apresentamos o quantitativo de matrículas da 1ª série colegial e da 2ª e 3ª série do Curso de Magistério, entre os anos de 1974 a 1991.

Quadro 6 – Quantitativo de Matrículas (1974-1991)

Anos	1ª Série (COLEGIAL)	2ª Série (MAGISTÉRIO)	3ª Série (MAGISTÉRIO)
1974	56 (10 Homens e 46 Mulheres)	58 (58 Mulheres)	30 (30 Mulheres)
1975	28 (28 Mulheres)	31 (31 Mulheres)	21 (21 Mulheres)
1976	109 (46 Homens e 63 Mulheres)	19 (19 Mulheres)	31 (30 Mulheres e 1 Homem ³)
1977	88 (30 Homens e 58 Mulheres)	15 (15 Mulheres)	12 (11 Mulheres e 1 Homem ⁴)
1978	93 (36 Homens e 57 Mulheres)	16 (16 Mulheres)	13 (13 Mulheres)
1979	50 (12 Homens e 38 Mulheres)	10 (10 Mulheres)	11 (11 Mulheres)
1980	57 (12 Homens e 45 Mulheres)	21 (21 Mulheres)	9 (9 Mulheres)
1981	57 (18 Homens e 39 Mulheres)	26 (26 Mulheres)	17 (17 Mulheres)
1982	55 (15 Homens e 40 Mulheres)	21 (21 Mulheres)	27 (27 Mulheres)
1983	45 (18 Homens e 27 Mulheres)	29 (29 Mulheres)	14 (14 Mulheres)
1984	86 (16 Homens e 70 Mulheres)	14 (15 Mulheres)	28 (28 Mulheres)
1985	88 (34 Homens e 54 Mulheres)	31 (31 Mulheres)	10 (10 Mulheres)
1986	90 (38 Homens e 52 Mulheres)	27 (27 Mulheres)	27 (27 Mulheres)
1987	89 (34 Homens e 55 Mulheres)	20 (15 Mulheres)	34 (34 Mulheres)
1988	93 (32 Homens e 61 Mulheres)	28 (28 Mulheres)	15 (15 Mulheres)
1989	67 (25 Homens e 42 Mulheres)	13 (13 Mulheres)	20 (20 Mulheres)

1990	--	14 (14 Mulheres)	12 (12 Mulheres)
1991	--	--	12 (12 Mulheres)

Fonte: Elaborado pela autora de acordo com as atas de matrículas da instituição (PIZATTO, 2022)

Os dados apresentados no Quadro 6 nos permite averiguar o grande número de matrículas para a 1ª série do colegial, já que o primeiro ano do 2º grau era formado por turmas mistas. O ingresso ao curso de Magistério ou a continuidade do curso Colegial ocorria após a finalização desse período, quando as/os alunas/os optavam qual carreira desejavam adotar. No caso da Escola Franciscana Imaculada Conceição, eram oferecidas as opções do Curso de Laboratório de Química e o Curso de Magistério. Assim, após essa escolha, as matrículas efetuadas no Magistério foram de mulheres, com registros de apenas dois homens, os quais permaneceram por pouco tempo matriculados na Instituição.

Destacamos que a presença dos homens no campo educacional, ocupando a função de docente, foi marcada especificamente pelos religiosos (missionários, padres). Segundo Louro (2014, p. 96-97), “o mestre que inaugura a instituição escolar moderna é um homem; na verdade um religioso. Sejam eles pastores, padres ou irmãos, esses religiosos acabam por constituir uma das primeiras e fundamentais representações do magistério”.

Na história da educação brasileira, as primeiras instituições voltadas para a formação de professores eram destinadas para o sexo masculino, a exemplo disso, citamos as escolas normais de Niterói, Bahia, São Paulo e Pernambuco (TANURI, 2000).

Em meados do final do século XIX, mais especificamente nos anos finais do Império, as escolas normais abriram suas portas para a entrada das mulheres no Magistério, assim, a frequência feminina passou a ser um marco nas instituições de formação de professores, porquanto essa prática seria uma solução para a falta de mão de obra da escola primária, sendo esta afetada pela baixa procura do sexo masculino, já que era profissão com baixo prestígio social e baixa remuneração (TANURI, 2000). Segundo Matos e Borelli (2012),

[...] o magistério era uma das poucas possibilidades profissionais atraentes para as mulheres das elites e dos setores médios da sociedade. Seduzia as jovens por proporcionar um ganho financeiro, mas também por conta do aprimoramento intelectual, acenando com as possibilidades de um maior status social e de aceitação em funções públicas e ambientes intelectualizados. (MATOS; BORELLI, 2012, p. 137).

Assim, a mulher foi inserida cada vez na profissão docente, pois esta seria sua oportunidade de iniciar uma vida pública.

Ainda no Quadro 6, observamos que o número de matrículas para o Curso de Magistério foi reduzido por volta do ano de 1989 e que a formatura da última turma ocorreu em 1991. Podemos considerar que a falta de procura para matrículas foi motivada por inúmeros fatores, alguns de nível nacional pois, desde a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), tramitava no Congresso Nacional a discussão da Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que propunha mudanças sociais e educacionais em diversos sentidos. Além disso, ocorria um avanço na oferta dos cursos de Pedagogia nas instituições de Ensino Superior e a oferta gratuita do Curso de Magistério em instituições públicas do Município de Dourados, como na Escola Menodora Fialho de Figueiredo, até o ano de 2001.

Entre os anos de 1974 e 1991, o Curso de Magistério da Escola Franciscana Imaculada Conceição formou 17 turmas. Na Tabela 3, apresentamos o quantitativo de formandas(os), segundo o seu sexo.

Tabela 3 – Dados referentes ao número de formandas(os) (1974-1991)

Anos	Sexo Feminino	Sexo Masculino
1974 a 1979	77	0
1980 a 1984	92	0
1985 a 1989	103	0
1990 a 1991	23	0

Fonte: Elaborado pela autora de acordo com as da Ata de Resultados Finais da Escola Franciscana Imaculada Conceição (PIZATTO, 2022)

Os dados acima apresentados nos permitem compreender que o Curso de Magistério da Escola Franciscana Imaculada Conceição formava apenas mulheres como professoras. Rosineide (2022, p.2, informação verbal), que concluiu seu curso em 1984, recorda que “[...] a sala era só de meninas, não sei porque os meninos não faziam magistério naquela época. Magistério era um curso pra professora, né? Acho que por isso só tinha meninas”. A esse respeito, autoras da área nos ajudam a refletir que a mulher conseguiu se profissionalizar por meio do magistério porque havia o entendimento da sociedade de que a educação escolar era uma extensão da educação recebida pelas crianças em suas casas. Assim, “[...] a função de mãe na família era estendida à escola pela pessoa da professora. [...] As mulheres, mães e educadoras por natureza, passavam agora a estender sua função para as escolas na profissão de professoras” (SCHAFFRATH, 2000, p. 10-11).

Outro fator evidenciado na Tabela 3 é o quantitativo de alunas formadas pela Instituição nos 17 anos durante os quais o Curso de Magistério esteve em funcionamento. Segundo os dados encontrados, 295 alunas obtiveram a habilitação de Professora de 1ª a 4ª série do 1º Grau. Os dados nos permitem entrever, ainda, que o maior número de formandas ocorreu entre os anos de 1985 a 1989, totalizando 103 delas.

3.4 O corpo docente

Ao buscarmos compreender quem eram as(os) professoras(es) que atuaram no Curso de Magistério, no decorrer do período pesquisado, elaboramos, no Quadro 7, uma amostra do perfil dos docentes que atuaram no ano de 1975, com o nome das(os) professoras(es), as respectivas disciplinas ministradas, a formação e série de atuação.

Quadro 7 – Relação dos Professores, sua formação e as respectivas disciplinas (1975)

Professores (as)	Formação	Disciplina Ministrada	Série
Anna Maria Quatrin	Cursando Letras	Português Inglês Didática da Comunicação e Expressão	1º 1º 2º e 3º
Cor Maria de Anunciação	Aut.48/74 e 47/74	Educação Artística	1º
Filomena Busse Frantz	Aut. 25/74	Português	2º e 3º
Maria Aparecida Betoni	Aut.22/74-23/74-24/74	Ciências	1º
Maria Tereza Diniz	Pedagogia- Administração-Reg- encam.	Prática de Ensino Didática e Estudos Sociais	2º 2º
Nair Maria Schaedler	Cursando Estudos Sociais-aut.encaminhada	Geografia Moral e Cívica	1º 1º
Nathalia Estefania Jungblut	Educação Musical- aut. 405/74-registro encaminhado	Educação Artística	3º
Ordice Maria Teixeira da Rocha	Aut. 58/74-59/74/- 60/74	História	1º
Saléte Cleci Gal	Aut. 62/74	Educação Física	1º, 2º e 3º
Shio Yoshikava	Reg. F-31.686	Prática de Ensino Métodos e Técnicas de Ensino Estr.F. 1º grau	3º 1º e 2º 3º
Vanda Cintra	Pedagogia-registro encaminhado	Aspectos Biopsicológicos da Educação	2º
Vera Lúcia Luciano Faria	Licen. Matemática- registro encaminhado	Estatística Educacional Didática da Matemática e Ciências	2º 2º e 3º

Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir da Ata de Resultados Finais da Escola Franciscana Imaculada Conceição (1975) (PIZATTO, 2022)

As informações apresentadas no Quadro 7 nos fazem observar que, no período, o corpo docente era formado apenas por mulheres, especificamente 12 professoras. Quanto à formação, três professoras possuíam curso superior, sendo uma em Matemática, uma em Pedagogia e a Irmã Maria Tereza Diniz, em Pedagogia e Administração. Essa última também exerceu a função de diretora da Instituição entre os anos de 1974 a 1979. Entre as docentes atuantes no Curso, duas estavam realizando um Curso Superior: uma graduando-se em Letras e outra, em Estudos Sociais. Além disso, seis docentes atuantes no Curso de Magistério possuíam apenas uma autorização especial para lecionarem, entre elas, as Irmãs Nathalia Estefania Jungblut, secretária da Instituição, e Maria Aparecida Betoni, diretora da Instituição entre os anos de 1987 a 1989. Essas professoras lecionavam disciplinas ligadas à sua formação ou aprovadas no registro de autorização. Além disso, observamos que apenas três delas ofertavam disciplinas nas três séries do Curso, enquanto as demais lecionavam em apenas uma ou duas.

Em relação ao corpo docente atuante no curso de Magistério nas décadas de 1980 e 1990, encontramos, no acervo da Instituição, convites de formatura que nos permitiram identificar os profissionais vigentes no período, conforme nomes apresentados no Quadro 8.

Quadro 8 – Corpo docente da década de 1980

NOME	ANO
Alícia Braum	1980
Irmã Mariana da Ross	1980
Nedina Santos Bonfin	1980
Irmã Miraci Adams	1980
José Felice	1980
Antonia Amélia de Farias	1980
Fausi Faker	1980
Vara Lucia Mazanatti Luti	1980
Irmã Valesca Wolfort	1980
Vera Fatima Carsino	1980
Irmã Elizabeth	1980
Irmã Nathalia Estefania	1980
Irmã Antuninha Werlang	1980
Irmã Maria Aparecida Betoni	1980
Nilva Pires	1985
Ana Lucia	1985

Raimundo José da Silva	1985
Pedro Rauber	1985

Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir de convites de formaturas do Curso de Magistério (PIZATTO, 2022)

O Quadro 8 nos permite perceber que, na década de 1980, havia, no corpo docente do Curso de Magistério, três professores do sexo masculino, porém, a maior parte era constituída por professoras do sexo feminino. Nesse Quadro também encontramos as Irmãs Franciscanas atuando como professoras do Curso. A presença de professores homens no Curso de Magistério marcou a memória das egressas, pois a sala era composta apenas por mulheres e os únicos homens com quem estabeleciam contato eram os professores. Eliane (2022, p. 1, informação verbal) relembra: “Eu tive um professor que a gente o chamava de Teacher Ray. Ele se chamava Raimundo, era negro, ele tinha um jeito muito peculiar de tratar as normalistas porque nós éramos todas as mulheres, mas era um jeito muito carinhoso [...]”.

Ainda em relação à memória das egressas, as seis entrevistadas nesta pesquisa lembraram da Irmã Mariana com afeto, pois “[...] essa foi, assim, incrível, ela marcava a gente em todas as instâncias, na exigência, na ternura, na firmeza. Ela era uma pessoa muito firme, mas, ao mesmo tempo, muito terna [...] (ELIANE, 2022, p.1, informação verbal). Além disso, ela “[...] ministrava a maioria das disciplinas ligadas aos fundamentos da educação, como História da Educação, Didática, Sociologia. Se não me engano, ela ministrava sete disciplinas [...]” (GIANA, 2022, p. 1, informação verbal).

Além de ser docente no Curso de Magistério, Irmã Mariana também ocupava o cargo de coordenadora do Curso. Era a “responsável” pelas broncas necessárias, pelas correções e pelas palavras de afeto e incentivo, por isso, ainda hoje ela é carinhosamente chamada como “[...] a mãe das magisterianas [...]” (ROSINEIDE, 2022, p. 1, informação verbal). As memórias das egressas em relação à professora e coordenadora do Curso de Magistério, Irmã Mariana, reafirmam o entendimento de Halbwachs (2004), de que a memória é formada por meio de lembranças coletivas e são os fragmentos da história passada que se encontram com o presente, assim, se reconstróem de acordo com o tempo presente. Destarte, muitas vezes, a memória se torna como um patrimônio que nos pertence.

4 A ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO CURSO DE MAGISTÉRIO DA ESCOLA FRANCISCANA IMACULAÇÃO CONCEIÇÃO

Nesta seção, analisamos aspectos da organização curricular do Curso de Magistério da Escola Franciscana Imaculada Conceição, situada no Município de Dourados, durante o período de 1974 a 1991. Organizamos o texto em duas subseções: na primeira, abordamos as estruturas curriculares vigentes no Curso; na segunda, discutimos os conteúdos de algumas disciplinas da estrutura curricular. Para isso, recorreremos a documentos do acervo Escola Franciscana Imaculada Conceição, arquivos pessoais e entrevistas com ex-alunas do Curso.

4.1 A organização curricular do Curso de Magistério: as estruturas curriculares

Para compreendermos a história do Curso de Magistério da Escola Franciscana Imaculada Conceição, é necessário tomar o currículo como uma categoria de análise. Para Goodson (1997, p. 20), “[...] o currículo escrito proporciona-nos um testemunho, uma fonte documental, um mapa variável do terreno: é também um dos melhores roteiros oficiais para a estrutura institucionalizada da educação”. Assim, esse artefato possibilita-nos identificar os processos de homogeneização da educação institucionalizada, como a realidade interna dos processos desta escolarização.

Em cada momento histórico e social, o currículo traduz conteúdos que expressam os princípios orientadores do sistema educacional de um país ou estado por meio de um conjunto de diretrizes e normas, as quais orientam o que deve ser lecionado. A escola, por seu turno, reflete estas orientações (GOODSON, 1997; 2001).

A partir da implantação da Lei nº 5.692/1971 (BRASIL, 1971), o currículo do Curso Normal passou por mudanças para se adequar ao seu novo *status* de Curso de Magistério, conforme apresentado no Quadro 9.

Quadro 9 – Plano de Estudos da Habilitação Específica para o Magistério de acordo com a Lei nº 5.692/1971

<p>Núcleo Comum e Formação Geral: formada por disciplinas da área de Comunicação e Expressão, Estudos Sociais e Ciências.</p>
<p>Formação Especial: era constituída de Fundamentos da Educação (aspectos biológicos, psicológicos, sociológicos, históricos e filosóficos da educação), Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º Grau, bem como Didática, incluindo Prática de Ensino.</p>

Fonte: Adaptado de Tanuri (2000)

Com base nesse Plano de Estudos, constatamos que a organização curricular da Habilitação Específica para o Magistério, de acordo com a Lei nº 5.692/1971 (BRASIL, 1971), passou a ser organizada por dois núcleos: um núcleo comum e de formação geral, constituído por disciplinas de cultura geral, e outro núcleo de formação especial, constituído por disciplinas de Fundamentos da Educação, Pedagógicas e de carácter prático.

4.1.1 As estruturas curriculares

O Curso de Magistério da Escola Franciscana Imaculada Conceição seguiu as prescrições da Lei nº 5.692/1971. Desse modo, durante os anos de 1975 a 1979, teve a sua estrutura curricular configurada com disciplinas constituídas em dois núcleos: um nomeado de Educação Geral e outro nomeado de Formação Especial. No Quadro 10, apresentamos a estrutura curricular desse Curso, com suas disciplinas e respectivas cargas horárias.

Quadro 10 – Estrutura curricular de 1975 a 1979

	DISCIPLINAS	1975	1976	1977	1978	1979
EDUCAÇÃO GERAL	LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA BRASILEIRA	150h	180h	180h	180h	180h
	O.S.P.B	60h	60h	60h	60h	120h
	MATEMÁTICA	--	--	--	--	30h
	EDUCAÇÃO ARTÍSTICA	60h	60h	20h	30h	--
	ENSINO RELIGIOSO	120h	90h	90h	120h	90h
	EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA	--	--	--	--	60h
	EDUCAÇÃO FÍSICA	180h	90h	90h	90h	90h
	FORMAÇÃO ESPECIAL	ASP. BIOPSIOLÓGICOS DA EDUCAÇÃO	180h	180h	180h	180h
ASP. HIST. SOC. E FILOSÓFICOS DA EDUCAÇÃO		120h	120h	120h	120h	--
ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO ENSINO DE 1º GRAU		120h	120h	120h	120h	240h
ESTATÍSTICA APLICADA À EDUCAÇÃO		60h	60h	60h	60h	60h
COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO		125h	60h	120h	120h	--
INICIAÇÃO ÀS CIÊNCIAS		120h	60h	120h	120h	--
INTEGRAÇÃO SOCIAL		60h	60h	120h	120h	--
PRÁTICA DE ENSINO		240h	90h	90h	90h	--
MÉTODOS E TÉCNICAS DE ENSINO (DIDÁTICOS)		60h	--	--	--	60h
ESTUDOS REGIONAIS		--	30h	30h	30h	60h
METODOLOGIA DIDÁTICA E PRÁTICA DE ENSINO		--	--	--	--	450h
LITERATURA INFANTIL		30h	60h	60h	60h	120h
RECREAÇÃO E JOGOS		60h	90h	90h	90h	90h
ESTÁGIO SUPERVISIONADO		180h	180h	180h	180h	180h
HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	60h	--	--	--	--	

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir das atas de resultados finais do Curso de Magistério da Escola Franciscana Imaculada Conceição de 1975 a 1979 (PIZATTO, 2023)

A estrutura curricular exposta no Quadro 10 nos permite observar a presença de sete disciplinas na parte referente à Educação Geral e de 15 disciplinas na Formação Especial. De acordo com a Lei nº 5.692/1971, a parte da Educação Geral era obrigatória em âmbito nacional e a parte da Formação Especial atrelava-se às exigências feitas ao profissional em formação.

Na parte referente à Educação Geral, concentravam-se as disciplinas de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, Organização Social Política Brasileira (O.S.P.B.), Educação Moral e Cívica, Matemática, Educação Artística, Ensino Religioso e Educação Física. A disciplina Língua Portuguesa e Literatura Brasileira possuía a maior carga horária da Educação Geral, iniciando em 1975 com 150h e nos anos seguintes com 180h. Educação Física também possuía uma carga de 180h, no ano de 1975, que depois foi reduzida para 90 h, entre os anos de 1976 a 1979. Enquanto isto, as disciplinas O.S.P.B. e Educação Artística tiveram suas cargas iniciadas em 1975, com 60h cada uma. A disciplina O.S.P.B., de 1976 a 1978, manteve a carga horária de 60h, alterando-a apenas em 1979, para 120h. Já Educação Artística, em 1976, manteve a carga horária de 60h, reduzindo no ano de 1977, para 20h, ampliando-se em 1978, para 30h, e desaparecendo em 1979. As disciplinas Educação Moral e Cívica e Matemática foram incluídas em 1979: a primeira com uma carga horária de 60h e a segunda, com 30h. Ensino Religioso também fez parte do conjunto de disciplinas dessa parte, variando com uma carga horária entre 90h a 120h, no período de 1975 a 1979.

Notamos a ênfase dada à disciplina Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, sendo esta a única da Educação Geral com uma carga horária inicialmente de 150h, e, posteriormente, de 180h. Assim, inferimos ter sido esse o motivo pelo qual das seis entrevistadas, cinco se lembraram dessa disciplina e de seu respectivo professor. Rosineide (2022, p. 1, informação verbal) pontua que se lembra “[...] muito do professor que trabalhava Língua Portuguesa, [...] era o professor Raimundo que ministrava essas aulas pra gente, eram aulas muito interessantes [...]”. Já Rosimeire (2022, p. 2, informação verbal) aponta que “[...] geralmente, era um professor para dar duas disciplinas, o professor Raimundo mesmo era Português e Literatura”.

Também não se pode deixar de mencionar que, com relação à parte de Educação Geral, a disciplina Ensino Religioso ocupava uma carga horária alta, pois, nos anos de 1975 e 1978, possuía uma carga de 120h e nos anos de 1976, 1977 e 1979, uma carga horária de 90h, sendo esta a segunda disciplina com maior carga horária daquela parte.

Vale relembrar que o Curso de Magistério integrava uma escola de cunho religioso, assim, as questões referentes à doutrina católica também estavam presentes na organização curricular do Curso de formação de professoras, pois existia um perfil determinado e idealizado

para formar as jovens em professoras, seguindo os costumes e tradições católicas. Neste sentido, cabe concordar com Moreira e Silva (2013):

O currículo não é um elemento inocente e neutro de transmissão desinteressada do conhecimento social. O currículo está implicado em relações de poder, o currículo transmite visões sociais particulares e interessadas, o currículo produz identidades individuais e sociais particulares. [...] ele tem uma história, vinculada a formas específicas e contingentes de organização da sociedade e da educação. (MOREIRA; SILVA, 2013, p. 14).

Sendo assim, podemos compreender que o currículo não é neutro e que ele é capaz de transmitir um tipo de conhecimento proveniente de um determinado grupo social, transmitido para as demais gerações por meio de disciplinas e práticas ligadas ao currículo. Busca, assim, produzir identidades individuais e sociais particulares, como foi o caso da disciplina Ensino Religioso, ministrada no Curso de Magistério da Escola Franciscana Imaculada Conceição.

Ainda em relação à estrutura curricular apresentada no Quadro 10, observamos que Matemática só apareceu no ano de 1979, com uma carga horária bem reduzida, de apenas 30h. Ao que tudo indica sobre a questão dessa disciplina não se configurar na estrutura curricular do Curso de Magistério da Escola Franciscana Imaculada Conceição, entre os anos de 1975 a 1978, e estar presente em 1979 com uma carga horária reduzida, possa estar associada ao fato de as magisterianas terem cursado essa disciplina com uma carga horária de 120 horas na 1ª série (colegial), pois, conforme tratado, o primeiro ano do Colegial era cursado por todos nessa Escola, e a partir do segundo ano havia a escolha em permanecer no Colegial, cursar o Magistério ou ingressar no Curso Laboratório de Química.

No que diz respeito à parte referente à Formação Especial no ano de 1975, encontramos as disciplinas Aspectos Biopsicológicos da Educação (180h), Aspectos Históricos, Sociais e Filosóficos da Educação (120h), Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º grau (120h), Estatística Aplicada a Educação (60h), Comunicação e Expressão (60h), Iniciação às Ciências (120h), Integração Social (60h), Prática de Ensino (240h), Métodos e Técnicas de Ensino (Didáticos) (60h), Literatura Infantil (30h), Recreação e Jogos (60h), História da Educação (60h) e Estágio Supervisionado (180h).

Convém registrar, em relação às disciplinas Aspectos Biopsicológicos da Educação (180h), Aspectos Históricos, Sociais e Filosóficos da Educação (120h), que ambas mantiveram essas cargas horárias até 1978, pois, em 1979, foram suprimidas da estrutura curricular. Já Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º grau permaneceu até 1978 com a carga horária de 120h, pois, em 1979, a sua carga horária passou a ser de 240h. Estatística Aplicada à Educação

permaneceu até 1979, com a mesma carga horária de 60h. As disciplinas Comunicação e Expressão, Iniciação a Ciências e Integração Social, tiveram as suas cargas horárias variadas no decorrer de 1975 a 1978 e suprimidas no ano de 1979. Prática de Ensino também teve a sua carga horária variando, inicialmente, 240h (1975), nos anos de 1976, 1977 e 1978, 90h, e em 1979 foi suprimida. A disciplina Métodos e Técnicas de Ensino somente apareceu nos anos de 1975 e 1979, com a mesma carga horária de 60h. Literatura Infantil teve sua carga horária ampliada no decorrer de 1975 a 1979. Em 1975, possuía uma carga horária de 30h, que nos anos de 1976, 1977 e 1978 passou para 60h e chegou a 120h em 1979. Recreação e Jogos também teve a sua carga horária ampliada entre os anos de 1975 a 1979. Em 1975, possuía uma carga horária de 60h e nos anos de 1976 a 1979 teve 90h. Estágio Supervisionado manteve a mesma carga horária no decorrer de 1975 a 1979, de 180h. História da Educação esteve presente apenas no ano de 1975, com uma carga horária de 60h. A disciplina Estudos Regionais foi introduzida na estrutura curricular no ano de 1976, permanecendo até 1978 com uma carga horária de 30h, a qual foi ampliada apenas em 1979, para 60h. Metodologia Didática e Prática de Ensino foi incluída no currículo no ano de 1979, com uma carga horária de 450h.

Entre os anos de 1975 a 1979, na parte referente à Formação Especial, algumas disciplinas foram introduzidas e outras suprimidas da estrutura curricular do Curso de Magistério da Escola Franciscana Imaculada Conceição. Certamente, tal exclusão de algumas disciplinas ocorreu devido à introdução de outras, como se pode observar no caso de Prática de Ensino, por exemplo, retirada do currículo em 1979, tendo sido inserida em seu lugar a disciplina Metodologia Didática e Prática de Ensino. Percebemos, assim, que Prática de Ensino foi acoplada à Metodologia Didática. Além disso, ocorreram alterações em cargas horárias de disciplinas: algumas tiveram suas cargas reduzidas e outras, ampliadas, como, por exemplo, as disciplinas Literatura Infantil e Recreação e Jogos, cujas cargas foram ampliadas no decorrer do período. Esse foi o caso também da Prática de Ensino, que antes de ser suprimida teve a sua carga horária reduzida de 240h para 90h. Também denotamos que o Estágio Supervisionado ocupou a maior carga horária, enquanto a disciplina Literatura Infantil, no ano de 1975, teve a menor carga horária da estrutura curricular do Curso.

No Curso de Magistério da Escola Franciscana Imaculada Conceição, a disciplina Educação Artística deixou de compor o currículo no ano de 1979, assim como as disciplinas Aspectos Biopsicológicos da Educação, Aspectos Históricos, Sociais e Filosóficos da Educação, Comunicação e Expressão, Iniciação às Ciências, Integração Social e Prática de Ensino.

Entre 1980 a 1986, a organização curricular do Curso de Magistério da Escola Franciscana Imaculada Conceição permaneceu organizada de acordo com as prescrições da Lei nº 5.692/1971 (BRASIL, 1971), mas, mesmo assim, a estrutura curricular passou por alterações, com a inclusão de novas disciplinas e a supressão de outras. A seguir, apresentamos a estrutura curricular desse Curso nessa Escola.

Quadro 11 – Estrutura curricular de 1980 a 1986

	DISCIPLINAS	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
	EDUCAÇÃO GERAL	LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA BRASILEIRA	180h	90h	90h	90h	90h	90h
LÍNGUA ESTRANGEIRA (INGLÊS)		60h	60h	60h	60h	60h	60h	60h
O.S.P.B		30h	30h	30h	30h	30h	30h	30h
MATEMÁTICA		60h	60h	60h	60h	60h	60h	60h
ENSINO RELIGIOSO		60h	--	--	--	--	--	--
FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO		180h	330h	330h	330h	330h	330h	330h
FORMAÇÃO ESPECIAL	REDAÇÃO E EXPRESSÃO	--	90h	90h	90h	90h	90h	90h
	EDUCAÇÃO FÍSICA/ RECREAÇÃO E JOGOS	150h	120h	120h	120h	120h	120h	120h
	ASP. BIOPSIOLÓGICOS DA EDUCAÇÃO	180h	--	--	--	--	--	--
	ASP. HIST. SOC. E FILOSÓFICOS DA EDUCAÇÃO	120h	--	--	--	--	--	--
	ESTR. E FUNC. DO ENSINO DE 1º GRAU	--	90h	90h	90h	90h	90h	90h
	ESTATÍSTICA APLICADA A EDUCAÇÃO	60h	--	--	--	--	--	--
	PRÁTICA DE ENSINO	--	630h	630h	630h	630h	630h	630h
	ESTUDOS REGIONAIS	--	30h	30h	30h	30h	30h	30h
	METODOLOGIA DIDÁTICA E PRÁTICA DE ENSINO	570h	--	--	--	--	--	--
	ESTÁGIO SUPERVISIONADO	180h	180h	180h	150h	150h	150h	150h

Fonte: Elaborado pela autora a partir das atas de resultados finais de 1980 a 1986 (PIZATTO, 2023)

Os dados expostos no Quadro 11 nos permitem observar que a estrutura curricular permanecia com a mesma configuração, dividida em dois núcleos, um de Educação Geral e outro de Formação Especial. No entanto, ocorreu uma redução tanto no número de disciplinas

da Educação Geral quanto da Formação Especial, pois o primeiro núcleo ficou composto de cinco disciplinas e o segundo, de 11 disciplinas.

No que se refere à Educação Geral, houve a inclusão da disciplina Língua Estrangeira - Inglês na estrutura curricular. A disciplina Língua Portuguesa e Literatura Infantil ocupava a maior carga horária dessa estrutura, com 180h, em 1980, e de 1981 a 1986, uma carga de 90h. As disciplinas Língua Estrangeira (Inglês) e Matemática tiveram a mesma carga horária no período de 1980 a 1986, cada uma com 60h. Cumpre esclarecer que, por meio dessa estrutura curricular, Matemática foi configurada com uma carga horária de 60h e presente em todos os anos de 1980 a 1986, o que não ocorreu na versão anterior quando essa disciplina possuía apenas uma carga horária de 30h e esteve presente apenas no ano de 1979. Já a disciplina O.S.P. B. era a que ocupava a menor carga horária no período nesta parte, tendo 30h.

Quanto à Formação Especial, houve a inserção das disciplinas de Fundamentos da Educação (1980), Redação e Expressão (1981) e a junção da disciplina Educação Física à disciplina Recreação e Jogos (1980). Ocorreu a exclusão das disciplinas Educação Artística, Educação Moral e Cívica, Comunicação e Expressão, Integração Social, Iniciação às Ciências, Métodos e Técnicas de Ensino (Didáticos), Literatura Infantil e História da Educação. Além disso, as disciplinas Asp. Biopsicológicos da Educação, Asp. Hist. Soc. e Filosóficos da Educação, Estatística Aplicada à Educação, Metodologia Didática e Prática de Ensino, só se mantiveram na estrutura curricular no ano de 1980, deixando de aparecer como disciplinas nos demais anos.

A partir de 1981, a disciplina Prática de Ensino voltou a ser incluída na estrutura curricular do Curso de Magistério, desta vez com uma carga horária de 630h. Devido à expressiva carga horária dessa disciplina, inferimos que, mais uma vez, o currículo era voltado ao ensino de técnicas. Neste sentido, Macedo (2009, p. 78) afirma que “A formação da professora primária preocupou-se com a dimensão técnica [...]”, pois acreditava-se que por meio do ensino conteudista, tecnicista, no qual o aluno realizava exercícios de repetição e fixação, todos aprenderiam no mesmo tempo e da mesma forma, assim, o professor cumpriria seu papel de alfabetizar as crianças com êxito.

Outro fator que merece destaque é o de que, a partir de 1983, a disciplina Estágio Supervisionado teve uma redução em sua carga horária, passando de 180h para 150h.

Ainda em relação ao Quadro 11, verificamos que houve a inserção da disciplina Fundamentos da Educação na estrutura curricular, ocupando uma carga horária de 330h a partir de 1981, mesmo ano em que as disciplinas Asp. Biopsicológicos da Educação e Asp. Hist. Soc. e Filosóficos da Educação foram suprimidas. Isto pode ser compreendido pelo fato de a

disciplina Fundamentos da Educação, como aponta Macedo (2009), comprimir várias matérias como os estudos sociológicos, históricos, filosóficos, psicológicos e biológicos da educação.

É oportuno destacar que nos documentos levantados não encontramos registros da matéria Ensino Religioso entre os anos de 1981 a 1985, porém, as entrevistadas que se formaram neste período afirmaram que “Tinha ensino religioso, tinha aquela semana de São Francisco, tinha todo esse aspecto dentro da escola, tinha missa às vezes e todas aquelas comemorações de datas importantes” (ROSIMEIRE, 2022, p. 6, informação verbal). Segundo Eliane (2022, p. 3, informação verbal), “O ensino religioso era bem desenvolvido com a gente. Nessa aula de Ensino Religioso, a gente sentia os dois lados, como dar uma aula de ensino religioso, mas tinha momentos de introspecção para nós magisterianas, momentos formativos”.

Com o Quadro 11, ponderamos que a disciplina Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º grau não esteve presente na organização curricular no ano de 1980, mas voltou a pertencer ao currículo a partir de 1981, com uma carga horária reduzida em relação à década de 1970. Segundo Tanuri (2000), a referida disciplina discutia o conhecimento das questões pertinentes ao ensino de 1º grau no contexto da realidade educacional brasileira. Nesse sentido, o Parecer do CFE nº 349/1972 apresentava duas recomendações, sendo elas:

A Estrutura e o Funcionamento do Ensino de 1º grau será estudada a partir dos fundamentos legais, técnicos e administrativos do nível escolar em que o futuro professor irá atuar. Deve o futuro professor saber utilizar os conhecimentos adquiridos no estudo do diagnóstico do sistema educacional do Brasil, tomando conhecimento dos problemas, suas causas e conseqüências, a fim de que, ciente de sua parcela de responsabilidade, procure solucionar ou atenuar os problemas, diminuindo seus efeitos. Indispensável, por exemplo, é desenvolver a habilidade no manuseio de dados gráficos e medidas estatísticas utilizadas em educação, proporcionando condições favoráveis à formação de uma atitude crítica e objetiva em face de fatos, problemas, soluções e decisões (Parecer CFE, nº 349/72). (PARECER CFE, nº 349/1972).

Conforme as recomendações presentes no Parecer CFE nº349/1972, observamos que os aspectos técnicos da educação e a responsabilidade do educador em solucionar os problemas educacionais são ressaltados, assim como a preocupação de que esse professor soubesse manusear gráficos e dados estatísticos, a fim de visualizar os números dos resultados que fossem alcançados mediante suas práticas.

Outro período de destaque na estrutura curricular do Curso de Magistério foi iniciado no ano de 1987, também marcado com a inserção de novas disciplinas e a exclusão de outras, conforme apresentamos no Quadro 12.

Quadro 12 – Estrutura curricular de 1987 a 1991

EDUCAÇÃO GERAL	DISCIPLINAS	1987	1988	1989	1990	1991
	LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA BRASILEIRA	108h	108h	108h	108h	--
	O.S.P.B	36h	36h	36h	36h	--
	ENSINO RELIGIOSO	72h	144h	144h	144h	SCH*
	EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA	36h	36h	36h	36h	--
FORMAÇÃO ESPECIAL	REDAÇÃO E EXPRESSÃO	90h	108h	108h	108h	SCH* ⁶
	FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO	150h	--	--	--	--
	EDUCAÇÃO FÍSICA/ RECREAÇÃO E JOGOS	132h	144h	144h	144h	SCH*
	BIOLOGIA EDUCACIONAL	72h	72h	72h	72h	--
	PSICOLOGIA EDUCACIONAL	72h	144h	144h	144h	SCH*
	SOCIOLOGIA EDUCACIONAL	36h	36h	36h	36h	--
	ESTATÍSTICA APLICADA A EDUCAÇÃO	36h	36h	36h	36h	--
	METODOLOGIA DO ENSINO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO	72h	144h	144h	144h	SCH*
	METODOLOGIA DO ENSINO DE CIÊNCIAS	72h	144h	144h	144h	SCH*
	METODOLOGIA DO ENSINO DE ESTUDO SOCIAL	72h	144h	144h	144h	SCH*
	DIDÁTICA	72h	72h	72h	72h	--
	ESTR. E FUNC. DO ENSINO DE 1º GRAU	90h	72h	72h	72h	SCG*
	ESTUDOS REGIONAIS	30h	--	--	--	--
	DIDÁTICA E PRÁTICA DE ENSINO	330h	--	--	--	--
	PRÁTICA DE ENSINO	--	108h	108h	108h	SCH*
	ESTÁGIO SUPERVISIONADO	150h	150h	150h	150h	SCH*
	HISTÓRIA E FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO	--	72h	72h	72h	SCH*

Fonte: Elaborado pela autora a partir das atas de resultados finais de 1987 a 1991 (PIZATTO, 2023)

Assim como as estruturas curriculares anteriores, a estrutura exposta no Quadro 12 também foi organizada de acordo com as orientações da Lei nº 5.692/1971 (BRASIL, 1971),

⁶ Sem carga horária registrada.

com disciplinas dispostas em um núcleo Educação Geral e outro de Formação Especial. Com quatro disciplinas na Educação Geral e 17 disciplinas na parte referente à Formação Especial.

Por meio dos dados dispostos, percebemos a supressão das disciplinas Língua Estrangeira (Inglês) e Matemática, do núcleo de Educação Geral, bem como a exclusão das disciplinas Fundamentos da Educação, Didática e Prática de Ensino e Estudos Regionais, da parte referente à Formação Especial, após 1987.

Certamente, a exclusão da disciplina Didática e Prática de Ensino da estrutura curricular da parte referente à Formação Especial, após 1987, pode ser explicada pela inserção das disciplinas de Metodologias, como Metodologia do Ensino de Comunicação e Expressão, Metodologia do Ensino de Ciências e Metodologia do Ensino de Estudo Social, as quais tiveram suas cargas horárias aumentadas a partir de 1988. No que tange às disciplinas desse campo, a ausência da disciplina Metodologia do Ensino de Matemática nos levou a inferir o que ocorreu por esta disciplina estar ausente dessa estrutura, pois ela esteve presente entre as disciplinas do Curso de Magistério de outras instituições escolares que o ofertavam durante a mesma época, até mesmo em Dourados. Assim, poderia ser um erro na documentação por nós consultada e pesquisada essa ausência ou esta disciplina realmente estava ausente na estrutura dessa Escola.

Ao que tudo indica, a exclusão da disciplina Fundamentos da Educação pode ser compreendida pela inserção das disciplinas Biologia Educacional, Psicologia Educacional, Sociologia Educacional e História e Filosofia da Educação na estrutura curricular, afinal, conforme apontou Macedo (2009), a disciplina Fundamentos da Educação comprimia várias disciplinas nela, como os estudos sociológicos, históricos, filosóficos, psicológicos, biológicos da educação. Porém, em relação a essas disciplinas, Psicologia Educacional era a que ocupava a maior carga horária, pois iniciou em 1987 com 72h e, no próximo ano, passou para 144h, permanecendo assim até o final do Curso de Magistério. Convém lembrar que a mencionada disciplina marcou as memórias das entrevistadas, porquanto uma delas relatou que havia “[...] a preocupação [de] que estivéssemos sempre muito bem equiparadas, o estudo da psicologia me marcou, a gente tinha um livro de psicologia que a gente aprendeu toda aquela teoria do Skinner, do estímulo e resposta dos ratinhos” (ELIANE, 2022, p. 8, informação verbal).

A partir do Quadro 12 explicitamos um aumento na carga horária da disciplina Redação e Expressão, passando para 108h a partir de 1988, assim como Educação Física e Recreação e Jogos, que foram ampliadas de 132h para 144h. Outra disciplina que teve aumento significativo em sua carga horária a partir de 1988 foi Ensino Religioso, passando de 72h para 144h.

As disciplinas Língua Portuguesa (108h), O.S.P.B (36h), Educação Moral e Cívica (36h), Estatística Aplicada a Educação (36h), Didática (72h), Prática de Ensino (108h) e Estágio

Supervisionado (150h), não sofreram alteração em sua carga horária durante o período apresentado no Quadro 12, porém, as cinco primeiras disciplinas citadas deixaram de aparecer na estrutura curricular no ano de 1991. Inferimos a ocorrência desse fato devido ao fechamento do Curso de Magistério da Instituição, pois, nesse ano, apenas as disciplinas da 3ª série do Curso estiveram presentes no currículo, pois não se tem novas matrículas no período.

Destacamos que apenas as disciplinas Ensino Religioso, Redação e Expressão, Educação Física e Recreação e Jogos, Psicologia Educacional, Metodologia do Ensino de Comunicação e Expressão, Metodologia do Ensino de Ciências, Metodologia do Ensino de Estudo Social, Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º grau, Prática de Ensino, Estágio Supervisionado e História e Filosofia da Educação apareceram na estrutura curricular do ano de 1991 e a sua carga horária não constou nos registros da Instituição.

Em relação a todo o período estudado, observamos que, no núcleo de Educação Geral, ocorreu uma redução no número de disciplinas ao longo dos anos, pois de 1975 a 1979, o núcleo foi composto por sete disciplinas, passando para cinco de 1980 a 1986 e de 1987 a 1991 contou com quatro. As disciplinas Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, O.S.P.B e Ensino Religioso aparecem na estrutura curricular de todos os anos. Educação Moral e Cívica apareceu no currículo em 1979 e depois reapareceu no período de 1987 até 1990. Matemática começou a fazer parte do currículo em 1979 e se estendeu até 1986. Já Educação Artística compôs o currículo entre os anos de 1975 a 1978. Língua Estrangeira (Inglês) integrou a estrutura curricular entre os anos de 1980 a 1986. Educação Física deixou de fazer parte do núcleo de Educação Geral a partir de 1980, tornando-se uma disciplina do núcleo de Formação Especial.

Diferente do núcleo de Educação Geral, o núcleo de Formação Especial oscilou em relação ao número de disciplinas ao longo dos anos, pois entre 1975 a 1979 foi composto por 15 disciplinas, passando para 11 entre 1980 a 1986 e chegando a 17 entre 1987 a 1991. Com isso, observamos a preocupação em preparar a magisteriana para o trabalho, pois o Núcleo em foco era composto por disciplinas que as aparelhavam para o exercício da docência.

Dentre as disciplinas do núcleo de Formação Especial, a disciplina Estágio Supervisionado apareceu em todas as estruturas curriculares, mudando apenas a sua carga horária em alguns anos, seguida da disciplina Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º grau, que deixou de aparecer no currículo apenas em 1980. As demais sofreram alteração em relação a sua nomenclatura, ou em alguns momentos ocorreu a junção de duas disciplinas em uma só, como é o caso de Educação Física, que foi acoplada à Recreação e Jogos a partir de 1980.

4.2 As disciplinas do Curso de Magistério e os seus conteúdos curriculares: algumas abordagens

Conforme Chervel (1990, p. 185) propõe, no estudo histórico das disciplinas escolares, deve-se levar em consideração que “[...] o conteúdo central da história de qualquer disciplina é a história dos conteúdos a serem ensinados ao passo que o objetivo desse estudo deve ser o de realizar a relação entre as finalidades que originam cada disciplina e os resultados concretos a que elas chegam”. Sendo assim, para uma melhor compreensão dos conteúdos ensinados, pelo fato de a organização curricular apresentar um número significativo de disciplinas, optamos por apresentar, nesta subseção, uma amostra de conteúdos integrantes de algumas disciplinas curriculares do Curso de Magistério da Escola Franciscana Imaculada Conceição, durante o período de 1975 a 1991, como Prática de Ensino, Ensino Religioso e Estágio Obrigatório.

4.2.1 A disciplina Prática de Ensino: as técnicas de ensino

Na disciplina Prática de Ensino, seus conteúdos eram voltados ao ensino das técnicas. Segundo o Parecer do CFE nº 349/1972 (BRASIL, 1972), a prática de ensino tinha como um dos objetivos proporcionar aos estudantes momentos de aprendizagem de “[...] técnicas exploratórias que lhe permitam identificar e dimensionar os recursos comunitários, bem como estagiar em instituições que desenvolvam atividades relacionadas com sua futura habilitação”. Nas falas das egressas entrevistadas, isto ficou fortemente evidenciado. Sobre este assunto, Rosimeire (2022, p. 5, informação verbal) narrou:

A Irmã Mariana dava uns trabalhos muito difíceis, [...] por exemplo, o alfabeto, digamos que... como se fosse fazer uma cartilha no caderno, plano de aula, vários planos de aula, como se fosse alfabetização, letra A, como é que eu faço pra ensinar a letra A, o designer da letra A, a pontinha viradinha pra tal lado. É como se fosse a Cartilha Caminho Suave no caderno. Era como se fosse um caderno que era uma cartilha, mas era elaborada, desenhada, com lápis de cor, figurinhas, sabe aquelas figurinhas [...] era todo enfeitado, tinha que ter todo um cuidado, tinha toda uma elaboração de muita canetinha, muita cor, muita vida, não poderia ser tudo apagado e relaxado de jeito nenhum, tinha que ser algo com muito cuidado na elaboração desse material. (ROSIMEIRE, 2022, p. 5, informação verbal).

A fala de Rosimeire deixa explícita a preocupação que o Curso de Magistério tinha em ensinar as suas alunas a aprender a fazer, pois delas era exigido o cuidado com a letra, e, como ensinariam seus alunos a terem esse cuidado com a letra, a traçarem as letras, lhes era ordenado

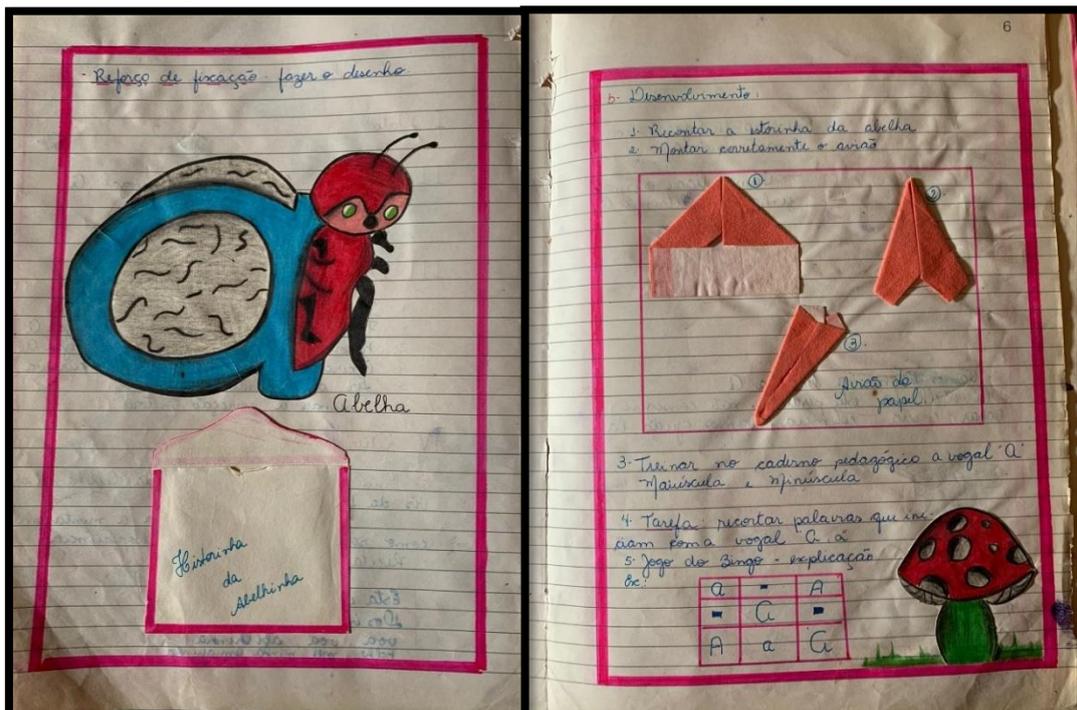
um plano de aula que exemplificasse seus ensinamentos, conforme apresentam os registros das Figuras 17, 18, 19 e 20.

Figura 17 – Abertura e Plano de aula Letra “A”



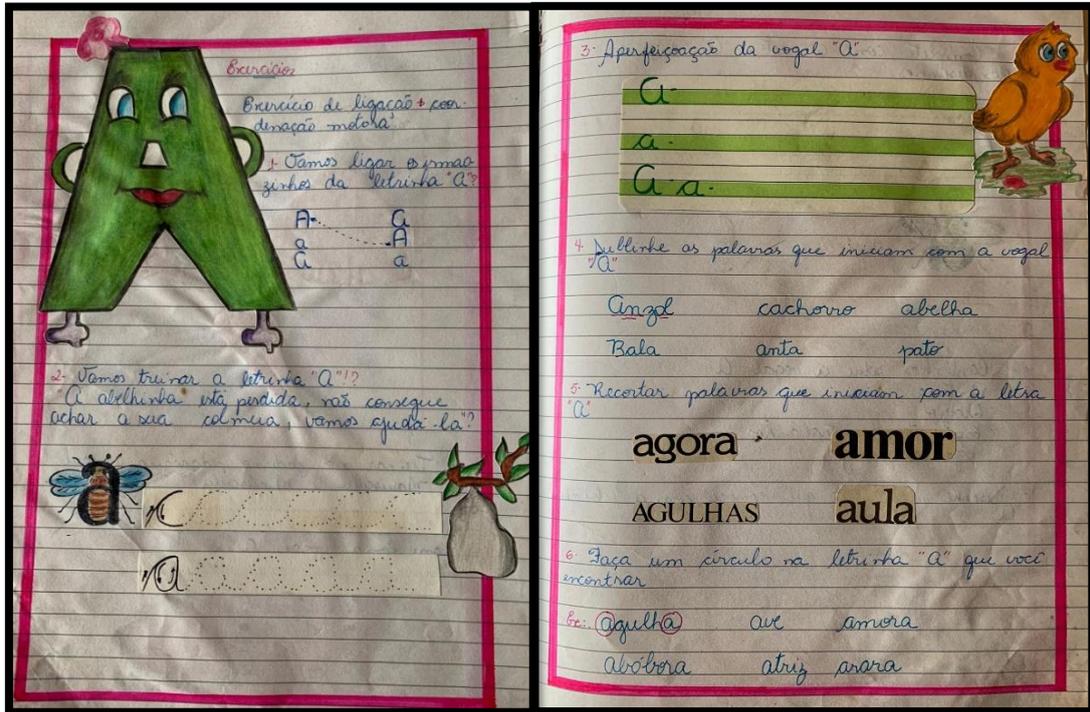
Fonte: Arquivo pessoal de Adélia

Figura 18 – Continuação e Desenvolvimento do Plano de aula Letra “A”



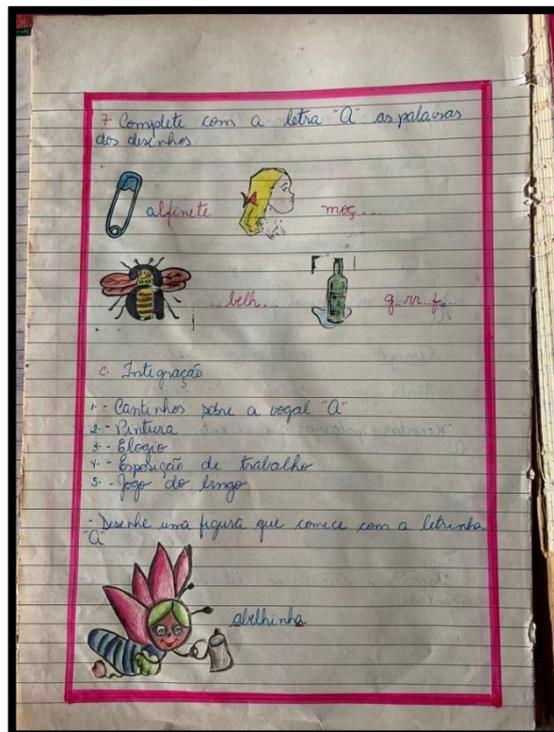
Fonte: Arquivo pessoal de Adélia

Figura 19 – Exercícios do Plano de Aula de Aula Letra "A"



Fonte: Arquivo pessoal de Adélia

Figura 20 – Continuação de Exercícios do Plano de aula Letra "A"



Fonte: Arquivo pessoal de Adélia

O caderno escolar acima apresentado refere-se à disciplina Prática de Ensino. Faz parte do arquivo pessoal de Adélia, egressa formada em 1984 pelo Curso de Magistério da Escola Franciscana Imaculada Conceição. Vale a pena esclarecer que “[...] Os arquivos pessoais mantêm para a pesquisa historiográfica, seu valor de fonte, pois abrem múltiplas possibilidades de consulta para a construção de narrativas [...]”, conforme assinalam Cunha e Almeida (2021, p. 3). Desse modo, o caderno localizado no arquivo pessoal da referida egressa constituiu-se em uma fonte pesquisa importante para a construção de uma narrativa acerca dos conteúdos da disciplina Prática de Ensino, no Curso de Magistério da Escola Franciscana, uma vez que ele é considerado um “[...] instrumento fundamental para nos aproximar dos tempos (ritmos, sequências, momentos) reais das atividades escolares” (VIÑAO FRAGO, 2008, p. 22).

Conforme dados expostos no plano de aula constante no caderno escolar da egressa, havia todo um planejamento voltado para o ensino da primeira letra do alfabeto, cujos objetivos se baseavam no ensino da letra, no seu reconhecimento em meio às palavras, no exercício da letra cursiva, no aprendizado do traçado correto para escrita da letra e na diferenciação entre minúscula e maiúscula. Assim, o plano era dividido em conteúdo, objetivos e atividades.

No que diz respeito às atividades, identificamos atividades tradicionais, a qual gerava a memorização por ser uma ação tecnicista, de treino e repetição. Gonçalves e Pimenta (1990) pontuam que as propostas de alfabetização presentes nas disciplinas dos cursos de Magistérios eram as de ensinar técnicas para alfabetizar, ensinar métodos e instrumentos para alcançar a prontidão para a alfabetização. Assim, podemos observar a prioridade dada ao ensino da ortografia. A esse respeito, Eliane (2022) lembrou:

Aprendíamos muitas técnicas [...], por exemplo, detalhes mínimos como traçar uma letra, a gente aprendia como ensinar criança o traçado mais fácil da letra A, da letra B, da letra C, nós aprendíamos técnicas do dia a dia como escrever no quadro, [...] nós aprendíamos como ensinar a criança a sentar na cadeirinha, sentar corretamente, como usar o caderno, como que a criança vai usar o caderno, como vai ser disposto o caderno na mesa, o dedinho para marcar o parágrafo, a margem, porque que tem que ter a margem. (ELIANE, 2022, p. 7-8, informação verbal).

É oportuno destacar, conforme relato da egressa Eliane (2022), que os conteúdos ensinados nessa disciplina iam para além de conhecimentos centrados nas disciplinas que compunham o ensino de 1^a a 4^a séries do antigo 1^o grau, como Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História e Geografia, entre outras, pois as alunas também aprendiam técnicas utilizadas no cotidiano da sala de aula, como escrever na lousa, ensinar as crianças a sentarem em sala e a escreverem no caderno. Isto acaba por reforçar a presença da tendência tecnicista

neste curso de formação de professoras, a qual, segundo Macedo (2009), proporcionava ao professor a aquisição de habilidades básicas necessárias ao ato de ensinar, o “saber fazer”.

Saviani (2001, p. 12) afirma que essa tendência “[...] advoga a reordenação do processo educativo de maneira a torná-lo objetivo e operacional”. Ora, o trabalho em âmbito educacional se assemelha ao trabalho fabril, pois ocorre uma objetivação do trabalho desenvolvido dentro das instituições escolares. Ainda segundo Saviani (2001), na pedagogia tecnicista, o fator principal é a organização racional dos meios, com a preocupação de apenas formar os profissionais de forma racional, eficaz e produtiva. De acordo com Eliane (2022):

A terceira série, o último ano, era mais focada para o jeito educacional, por exemplo, se eu ia estudar biologia, a gente estudava todo o processo da infância, estudava também processo de concepção, essa parte biológica, mas sempre puxava um pouquinho para como *você* daria uma aula de ciências, então a prática de ensino como que se elabora uma aula, quais são os objetivos, quais são os recursos. (ELIANE, 2022, p. 2, informação verbal).

Evidenciamos, pela fala de Eliane, a preocupação da Instituição em formar uma professora que soubesse preparar suas aulas com bons objetivos, bons recursos, e que transmitisse todo o conhecimento adquirido aos seus alunos. Ela ainda relembra que “[...] lá no magistério *você* via assim: *você* tem que dar uma boa aula, não se preocupe com o mundo, o mundo pode estar pegando fogo, mas *você* tem que dar uma boa aula, *você* tem que ensinar o aluno a ler e escrever bem, letra bonita [...]” (ELIANE, 2022, p. 8, informação verbal). Nesse sentido, Macedo (2009) reflete que a formação oferecida no curso de magistério era marcada pelo ensino das técnicas sem a formação política, assim, reforçava as concepções de que era necessário “saber fazer”; independente do que estivesse acontecendo, era preciso alfabetizar.

De modo geral, percebemos que os conteúdos abordados na disciplina Prática de Ensino estavam, conforme assinala Chervel (1990, p. 188), “[...] a serviço de uma finalidade educativa [...]”, porquanto foi possível notar que essa disciplina, com os seus respectivos conteúdos, tinha todo um caráter tecnicista, ou seja, tratava de questões acerca do “saber fazer” em sala de aula com a aluna do Curso de Magistério, que futuramente se tornaria professora.

4.2.2 A disciplina Ensino Religioso e os ensinamentos da Doutrina Católica

A disciplina Ensino Religioso do Curso de Magistério era tratada com as magisterianas dentro da sala de aula. Suas aulas marcaram a memória das egressas, pois “[...] era muito falado

sobre a parte de religião, então eles colocavam muito o catolicismo, [...] falavam da vida de Francisco de Assis e tudo mais” (ADÉLIA, 2022, p. 3-4, informação verbal).

É oportuno lembrar que essa disciplina, além de ensinar conteúdos do catolicismo, também procurava preparar as alunas para “aplicar” tais ensinamentos para as crianças com as quais atuariam futuramente como professoras. Para isso, elas aprendiam canções religiosas, bem como planejavam e preparavam planos de aula de “Ensino Religioso”, e, em alguns momentos colocavam em práticas tais aprendizados. Nas Figuras 21, 22 e 23, apresentamos um plano de aula produzido para que se pudesse trabalhar o conteúdo “Ouço a voz de Deus”.

Figura 21 – Plano de Aula “Religião”

PLANO DE AULA - RELIGIÃO

I- DATA - 28 - 09 - 84

II- CONTEÚDO - “Ouço a voz de Deus”

III- OBJETIVOS -

- Identificar, refletir, comentar como ouvir / a voz de Deus, no dia-a-dia de nossa vida.
- Criar um clima de amizade, para compreender / bem o amor de Deus na nossa vida.
- Treinar habilidades de interesse e responsabilidade.

IV- ATIVIDADES -

A- INÍCIO:

- Mostrar os corações manchados e explicar para a criança // que sempre que fizermos alguma coisa errada, por exemplo: // desobedecer o pai e a mãe, brigar com os colegas, irmãos, // professores, nasce uma manchinha no nosso coração, mas se // nos arrependermos, as manchinhas vão sumindo e o coração // volta a ser limpo.
- Contar a estorinha

Joãozinho era um menino muito bonitinho, mas que gostava de fazer malcriações.

Cada vez que ele desobedecia o pai, a mãe e os professores, nascia uma manchinha em seu coração.

Antes seu coração era assim. Limpo e feliz...



LIMPO E FELIZ

Quando ele começou a fazer malcriações, desobediências, seu coração começou a ficar manchado.



COMEÇAVA A FICAR MANCHADO

De dias foram se passando e ele ficou cada vez mais malcriado.

Olha como ficou seu coração, muito manchado. Quanto mais ele brigava mais manchinhas ia aparecendo. Seu coração ficou sujo e feio.



SUJO E FEIO

Um dia ele foi se deitar e começou a pensar em tudo o que ele fazia de errado.

Começou a pedir desculpas a Deus e prometeu que nunca mais seu coração ficaria tão sujo.

Olhe como ficou o coração de Joãozinho depois que ele se arrependeu e pediu perdão a Deus.



LIMPO, FELIZ E BONDOSO

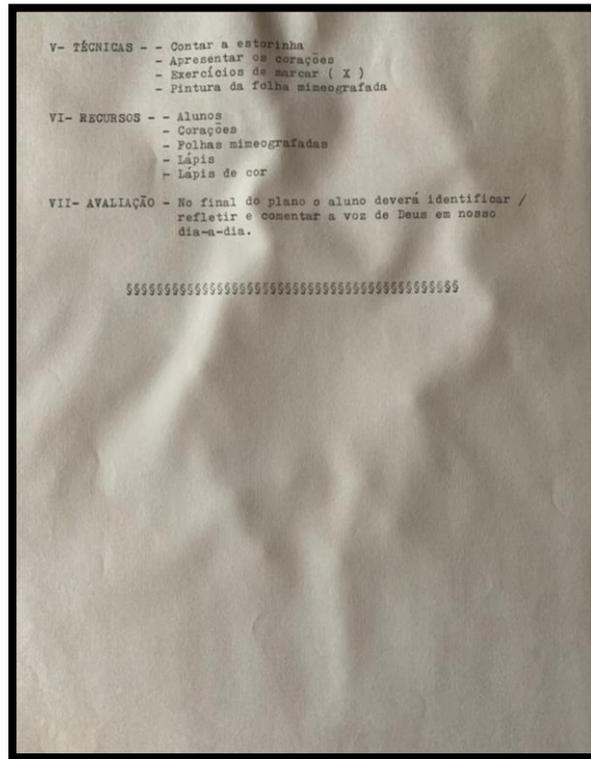
B- DESENVOLVIMENTO:

- Marque um (X) no que for certo:

- () Jesus está dentro do coração sujo.
- (X) Jesus ama a todos.
- () Se brigo com os colegas meu coração é limpo e bondoso.
- (X) Se desobedeço meus pais e professores Jesus fica triste.

Fonte: Arquivo Pessoal de Rosineide

Figura 22 – Final do Plano de Aula “Religião”



Fonte: Arquivo Pessoal de Rosineide

Figura 23 – Exercícios do Plano de Aula “Religião”



Fonte: Arquivo Pessoal de Rosineide

O plano de aula apresentado foi preparado por Rosineide, egressa do Curso de Magistério, durante seu período de estágio obrigatório em 1984. Foi pensado e organizado para uma turma de 3ª série. Podemos observar que o plano de aula é composto por conteúdo, objetivos, atividades, técnicas, recursos e avaliação. Os objetivos elencados pela magisteriana eram o de transmitir o amor de Deus para as crianças e, assim, criar um clima de amizade, amor, responsabilidade e fraternidade. A fim de atingir os objetivos, ela preparou uma contação de história. Para isso, desenhou corações, pintou e os enfeitou (destacamos que todo material era preparado à mão). As histórias contadas possuíam sempre uma moral, a literatura não era vista como uma forma de ampliar o repertório das crianças, mas, sim, com a intenção de ensinar algo, deixar uma mensagem por meio da história. O plano propunha que as crianças respondessem uma questão de alternativas conforme a história ouvida e pintassem desenhos mimeografados, os quais possuíam mensagens que ressaltam atitudes positivas e de amor a Deus e ao próximo.

Ao apoiar-nos em Chervel (1990), podemos refletir e compreender que tal disciplina, com os seus respectivos conteúdos de cunho religioso, era imposta às alunas do Curso de Magistério, pois, nesse período, Ensino Religioso tinha um caráter facultativo de acordo com a legislação vigente, porém, pelo fato de a Escola Franciscana Imaculada Conceição se tratar de uma escola católica, essa disciplina acabava sendo obrigatória. Destarte, os seus ensinamentos provocavam uma “[...] aculturação conveniente [...]”, como bem pontua Chervel (1990, p. 192), pois, conforme observamos, preparava tanto a aluna do Curso de Magistério no âmbito da doutrina católica, como também preparava a então estudante para ser uma futura professora para ministrar estes ensinamentos religiosos em sala de aula de 1ª a 4ª séries do então 1º grau.

4.2.3 O Estágio Obrigatório: entre observação, participação e regência

Ao objetivarmos conhecer como funcionava o Estágio Supervisionado de Magistério da Escola Franciscana Imaculada Conceição, buscamos informações com as egressas do Curso. Assim, foi possível localizarmos duas pastas de estágios guardadas no arquivo pessoal de algumas delas. As pastas encontradas são de formandas da turma de 1984. Embora sejam do mesmo ano, os locais de estágio e as turmas de atuação são diferentes. Além das pastas de estágio, detectamos também um caderno com planos de aula. De acordo com Rosineide (2022), elas tinham que construir planos de aula para cada letra do alfabeto, assim formavam

[...] tipo desse livro ata, da capa preta, capa dura, mas era um livro de 200 páginas, ele era bem grosso [...] e [...] a gente tinha que fazer o plano de aula

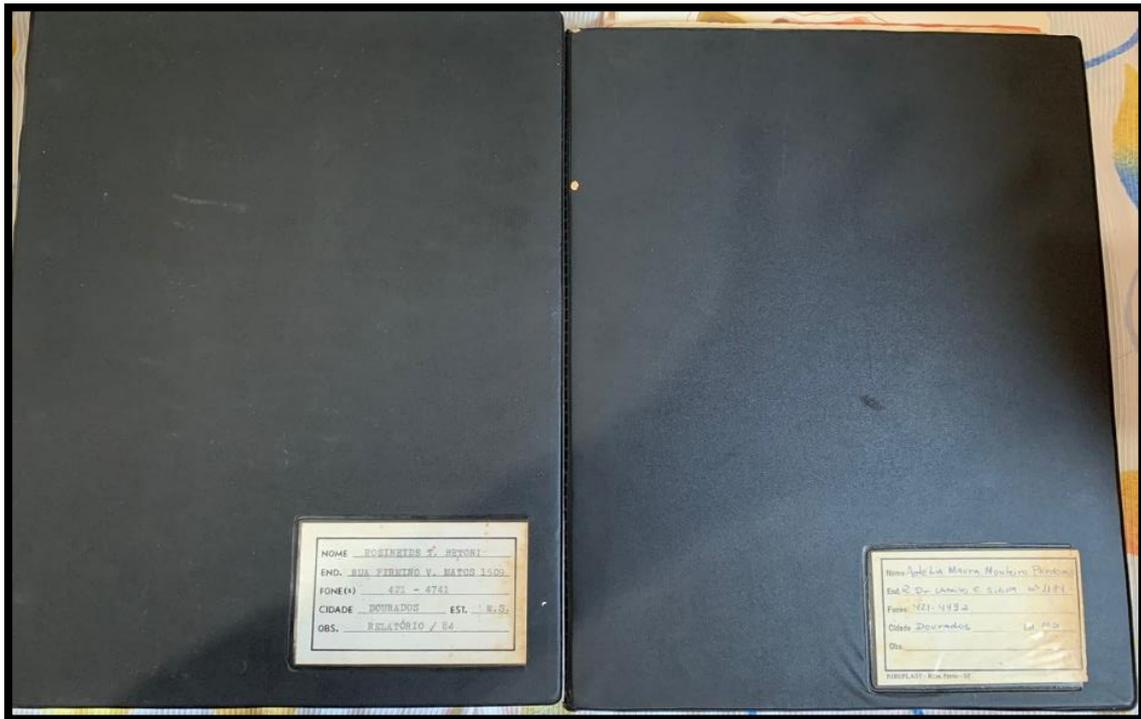
usando todas as letras do alfabeto, como que *você* ia trabalhar a letra A, a letra B, e assim por diante, com uma ilustração e o plano certinho, objetivo, os conteúdos, a avaliação, tudo nesse livro – [por]que acabava virando um livro, né? No final do curso, tinha que apresentar; era uma espécie de trabalho de conclusão de curso nos dias de hoje. (ROSINEIDE, 2022, p. 2, informação verbal).

De acordo com Hébrard (2001, p. 121), o caderno escolar é visto como um “[...] testemunho precioso do que pode ter sido e ainda é o trabalho escolar de escrita”. Assim, consideramos os cadernos escolares como parte importante e fundamental da cultura escolar. Nesse sentido, Viñao Frago (2008) pontua:

Um caderno escolar é um produto da cultura escolar, de uma forma determinada de organizar o trabalho de sala de aula, de ensinar e aprender, de introduzir os alunos no mundo dos saberes acadêmicos, e dos ritmos, regras e pautas escolares. Como produto escolar, o caderno reflete a cultura própria do nível, etapa ou ciclo de ensino em que se utiliza. (VIÑAO FRAGO, 2008, p. 22).

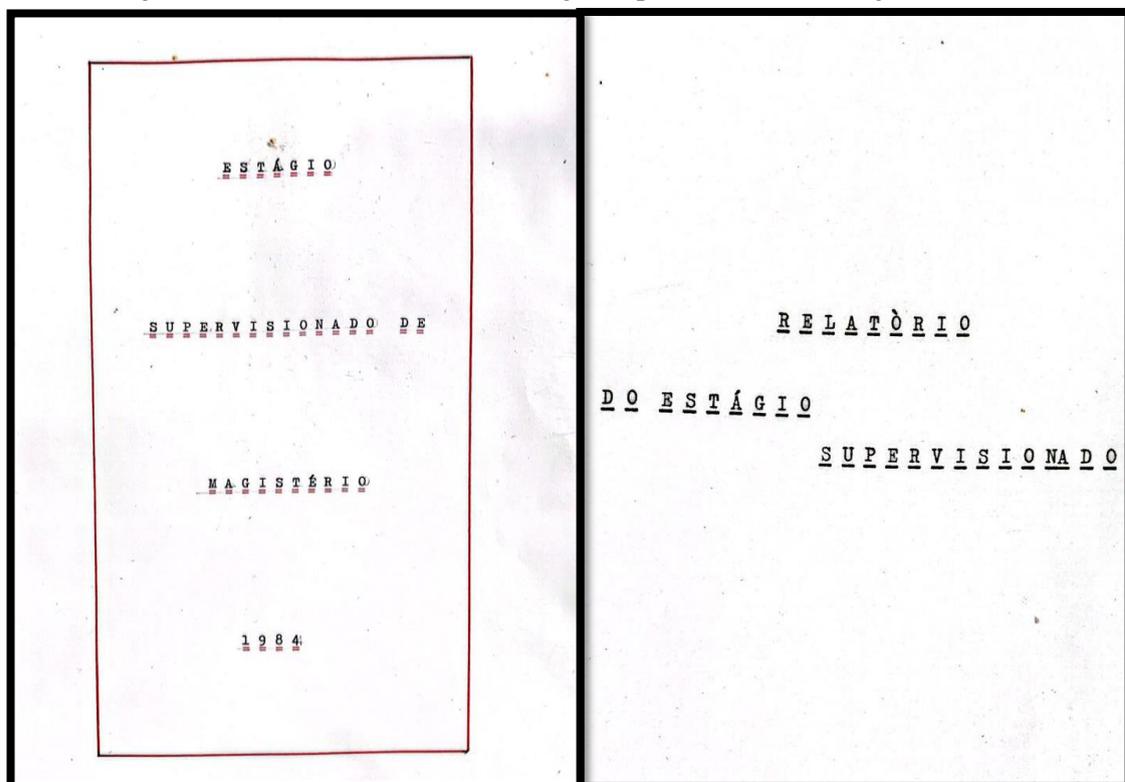
Podemos considerar que os cadernos escolares e as pastas do estágio supervisionado são fontes privilegiadas de pesquisa, pois apresentam pistas e indícios do que ocorria no Curso de formação. As pastas encontradas são pastas catálogos de capa preta; uma com 90 folhas e outra com 80. Mesmo estando cobertas com plástico, algumas folhas estão amareladas e com a escrita de caneta borradas pelo tempo, porém, é possível ler todo o seu conteúdo, conforme ilustram as Figuras 24 e 25. Já o caderno escolar é do tipo caderno de ata e apresenta uma capa dura de cor verde, com uma colagem de adesivo, contendo aproximadamente 200 folhas, de acordo com a Figura 26.

Figura 24 – Pasta de Estágio Supervisionado do Magistério (1984)



Fonte: Arquivo pessoal de egressa (1984)

Figura 25 – Abertura da Pasta de Estágio Supervisionado do Magistério (1984)



Fonte: Arquivo pessoal de egressa (1984)

Figura 26 – Caderno escolar do Magistério (1984)



Fonte: Arquivo pessoal de Adélia (1984)

Com as imagens anteriores, observamos o cuidado estético das magisterianas para com seus cadernos, pois era tudo bem elaborado, colorido, com margem, e feito com muito capricho. Para Viñao Frago (2008, p. 23), “[...] o ‘efeito estético’ tem também um sentido ético, regularizador e disciplinar”, princípios estes que eram exigidos das alunas do Curso de Magistério da Escola Franciscana Imaculada Conceição, a todo momento, pois “os cadernos do dia a dia tinham que ter margem, desenhinhos, recadinhos [...]” (ELIANE, 2022, p. 3, informação verbal). Além disso, “a magisteriana tinha que ser um exemplo. Uma magisteriana não podia ser doida, desligada, relapsa com os cadernos, os materiais, tudo *assim*, sabe, como se fosse um manual de conduta da magisteriana” (ROSIMEIRE, 2022, p. 5, informação verbal).

O Estágio Supervisionado do Curso de Magistério da Escola Franciscana Imaculada Conceição ocorria no contraturno do Curso. Algumas estagiárias o faziam na própria Instituição e outras iam para outras instituições da cidade. Dentre as seis entrevistadas, uma fez seu estágio na Escola mesmo, em uma turma de 3ª série (Iolanda); outra, na Escola Municipal Abigail Borralho, em uma turma de 2ª série (Adélia); três fizeram na Escola Estadual Ministro João Paulo Reis Veloso, sendo duas em uma turma de 2ª série (Eliane e Rosimeire) e a outra em uma turma de 3ª série (Rosineide); e uma na Escola Municipal Rotary Dr Nelson De Araújo⁷ (Giana).

⁷ A estagiária não possui memória acerca de qual foi a turma em que desenvolveu o Estágio Supervisionado.

De acordo com a estrutura curricular, a disciplina Estágio Supervisionado ocorria na 3ª série do Curso de Magistério e segundo Rosimeire (2022, p. 3, informação verbal), eram “[...] 15 dias de observação, 15 dias de auxiliar a professora e 15 de regência [...]”, fato este evidenciado na pasta de estágio, conforme apresenta a Figura 24.

O cronograma apresentado na Figura 27 faz parte da pasta de estágio supervisionado da egressa Adélia, a partir do qual podemos perceber que o período dessa prática era dividido em “estágio de observação”, “estágio de participação” e “estágio de regência de classe”. O ponto principal do estágio era o momento da regência. Para isso, as alunas do Curso de Magistério preparavam planos de aulas de acordo com a série em que atuavam, preparavam o material didático e as atividades que os alunos desenvolveriam. Rosimeire (2022, p. 3, informação verbal) relembra que em sua regência “[...] tinha que apresentar uma fábula, que era o jumento que carregava um peso enorme nas costas [...]”. Já Rosineide (2022, p. 2, informação verbal) comenta que preparou a sua aula voltada para Língua Portuguesa: “[...] escolhi uma fábula e trabalhei uma fábula com os alunos. Fábula tem sempre aquela “moral da história” no final, [...] aí eu levei um cartaz ilustrativo, era a fábula do grilo, não lembro o título dela, e aí eu mesma fiz o desenho no cartaz”.

Figura 27 – Cronograma de dias letivos

ESCOLA 1º e 2º GRAUS E PRÉ ESCOLAR "IMACULADA CONCEIÇÃO"
DOURADOS ESTÁGIO SUPERVISIONADO MS.
 NOME DA ESCOLA+ ESCOLA ESTADUAL DE 1º e 2º GRAU ABIGAIL BORRALHO
 NOME DA ESTAGIÁRIA: ADÉLIA MAURA MONTEIRO PERDOMO
 NOME DO PROFESSOR DE CLASSE: ANGELA SÉRIE: 2º
 Nº DE ALUNOS MASCULINOS: 08 FEMININOS: 27

CRONOGRAMA DOS DIAS LETIVOS.

ESTÁGIO DE OBSERVAÇÃO - (10 PLANOS DE AULA)																											
1-	1 08	2 08	3 08	4 08	5 08	6 08	7 08	8 08	9 08	10 08	11 08	12 08	13 08	14 08	15 08	16 08	17 08	18 08	19 08	20 08	21 08						
								Regência						Regência			Regência				Regência						
ESTÁGIO DE PARTICIPAÇÃO - (10 PLANOS DE AULA).																											
2-	22 09	23 09	24 09	25 09	26 09	27 09	28 09	29 09	30 09	31 09	1º 10	2º 10	3º 10	4º 10	5º 10	6º 10	7º 10	8º 10	9º 10	10º 10							
		Regência	Regência	Regência						Regência				Regência			Regência										
ESTÁGIO DE REGÊNCIA DE CLASSE - (15 PLANOS DE AULA).																											
3-	16 09	17 09	18 09	19 09	20 09	21 09	22 09	23 09	24 09	25 09	26 09	27 09	28 09	29 09	30 09	31 09	1º 10	2º 10	3º 10	4º 10	5º 10	6º 10	7º 10	8º 10	9º 10	10º 10	
	Regência													Regência	Regência												

LEGENDA- 1- PINTAR DE VERDE OS DIAS LETIVOS.
 2- PINTAR DE VERMELHO A PARTICIPAÇÃO DE REUNIÕES (caso for convidada a participar).
 VISTO DO PROFESSOR DE CLASSE: _____
 DATA: ____/____/____

Fonte: Arquivo pessoal de Adélia (1984)

Durante as regências, a professora responsável pela sala acompanhava as estagiárias para avaliá-las e as auxiliá-las quando necessário. Melo (2008) orienta que o Estágio Supervisionado deve permear os contextos das salas de aulas, toda a complexidade escolar, o sistema educacional, transformando a escola em espaço de formação colaborativa, pois isso

possibilita ao futuro professor refletir sobre toda a organização escolar, problematizando quando necessário, compreendendo e sistematizando momentos de intervenções. O estágio deve ser visto como “[...] oportunidade de produção de conhecimento, de questionamento da realidade e possibilidades de abertura para propor mudanças” (MELO, 2008, p. 103).

Eliane (2022) rememora a importância que a intervenção da professora regente da sala teve em sua formação neste espaço de formação colaborativa, pois, durante sua regência, teve dificuldades para repassar aos alunos o conteúdo desejado.

Eu fiz um relógio maravilhoso, com papel cartão, com os ponteiros rodando, os números todos e montei todo meu plano de aula. Quando eu fui dar aula, comecei assim: “Pessoal, como que monta três horas? O ponteiro maior no 12 e o ponteiro menor no 3. Agora vamos... três e cinco! Como que é três e cinco?” Então fui fazendo isso e os alunos não entendiam. Então, a professora Maria de Lourdes Facim marcou minha vida naquele dia, porque as crianças começaram a se tumultuar, porque elas não entendiam como é que já pulava pro cinco. Ela falou assim: “Só um pouquinho, posso te ajudar”. E ela foi pro quadro e falou: “Olha, vamos lá, é pro cinco, né? Mas vamos lá! Três e um, três e dois, três e três, três e quatro, três e cinco”. Ela me ensinou, ela não chamou a minha atenção, então eu vejo que isso me ajudou a olhar essa questão do ensino com afetividade. (ELIANE, 2022, p. 3, informação verbal)

Com o relato de Eliane (2022), observamos quão importante foi o momento de Estágio Obrigatório para sua formação, pois houve uma troca de experiência e, com isso, aprendizagens ocorreram. Melo (2008) aponta que o estágio deve envolver processos de observação e reflexão crítica sobre a realidade e momentos de intervenções, promovendo para o futuro professor o entendimento de que a reflexão é algo inseparável da profissão docente.

Durante as entrevistas, as egressas da pesquisa lembraram fatos marcantes de seus estágios, mas com as pastas localizadas nos arquivos pessoais, identificamos que elas produziam um plano de aula para cada disciplina (Português, Matemática, Educação Física, Educação Artística, Ensino Religioso, Ciências e Integração Social). Todos os planos eram feitos no mesmo formato, seguiam os mesmos critérios, mudando apenas o conteúdo de cada plano. As Figuras 28 e 29 apresentam um plano de aula de Matemática pensado e organizado para uma turma de 3ª série do antigo 1º grau.

Figura 28 – Início do Plano de aula de Matemática

Unidade	Décimos
0	1

Então temos que:
 $\frac{10}{10} = 1$ unidade ou 10 décimos

Usa-se uma vírgula (,) para separar a parte inteira da parte fracionária. Ela indica a posição da unidade.

0,1 = zero inteiro e 1 décimo.
 O décimo é dez vezes maior que a unidade.

Vimos que precisamos 10 décimos para formar o inteiro.

Vamos representar o décimo:
 $\frac{1}{10} = 0,1$ (1 décimo)

Os números racionais também podem ser representados / em fração decimal e numeral decimal.

Explicação no quadro-de-giz:

A- INÍCIO:

III- OBJETIVOS - - Identificar e reconhecer como podem ser representados os numerais racionais em numeral decimal.
 - Treinar habilidades de ordem, atenção e interesse.

II- CONTEÚDO - "Números Racionais -- Representação Decimal"

I- DATA - 27 - 09 - 84

PLANO DE AULA - MATEMÁTICA

Fonte: Arquivo pessoal Rosineide (1984)

Figura 29 – Final do Plano de aula de Matemática

2- Represente na forma decimal como no modelo:

a) 12 décimos - 1,2 b) 25 décimos -
 c) 76 décimos - d) 98 décimos -
 e) 31 décimos - f) 49 décimos -

C- INTEGRAÇÃO:

- Supervisionar e elogiar os trabalhos

V- TÉCNICAS - - Explicação no quadro
 - Exercícios
 - Correção dos exercícios
 - Supervisionar os trabalhos

VI- RECURSOS - - Alunos
 - Quadro-de-giz
 - Giz
 - Cadernos
 - Canetas
 - Lápis
 - Borracha

VII- AVALIAÇÃO - No final do plano o aluno deverá ser capaz de / identificar e reconhecer como podem ser representados os números racionais em numeral decimal.

EE

Fonte: Arquivo pessoal Rosineide (1984)

Observamos que todo plano de aula de Matemática com o conteúdo “Números Racionais - Representação Decimal” apresentava a data de “aplicação” do plano, os conteúdos, os objetivos, a forma como a aluna iria ensinar o conteúdo para as crianças e as atividades a serem desenvolvidas pelos alunos.

Ao analisarmos os planos de aulas, verificamos que eram bem detalhados, mostram o passo a passo de como aquela aula seria ministrada, com figuras para demonstrar o conteúdo, tornando-se, assim como apontam Santos (2008) e Viñao Frago (2008), um organizador do trabalho em sala de aula, um suporte para a execução das atividades a serem desenvolvidas.

Ainda com relação aos planos de aula, foi possível conhecermos as escolhas teóricas, metodológicas, os indícios das práticas que essa estagiária possuiria enquanto atuante como professora e de como ela aprendeu a desenvolver seus planos. Compreendemos, por meio do material, a sua formação, a qual era realizada passo a passo, no sentido do como fazer. Também denotamos que todos os planos seguiam a mesma rotina para as aulas a serem ministradas. Para Libâneo (1994, p. 221), “O planejamento é um meio para se programar as ações docentes, é também um momento de pesquisa e reflexão intimamente ligado à avaliação”.

Entre os conteúdos expostos na pasta de Estágio Obrigatório, localizamos as Atas de reuniões ocorridas entre a aluna do Curso de Magistério e a professora responsável pela disciplina, no caso, a Irmã Mariana da Ross. Essas reuniões tratavam do andamento do Estágio e dos planos de aula. A Ata n° 02, de 14/08/1984, apresenta orientações acerca do aperfeiçoamento didático dos planos de aula, conforme mostra a Figura 30.

Figura 30 – Ata nº 02

ESTÁGIO SUPERVISIONADO

ATA Nº 02

1 - Data: 14/08/84
2 - Assunto: Atendimento e orientação no aperfeiçoamento didático dos Planos de Aula.

O Plano de Aula, é o instrumento de trabalho que especifica os conteúdos, objetivos, procedimentos, técnicas, recursos e avaliação.

Para haver unidade no desempenho de cada passo do plano, o estagiário deverá ter cuidado no desenvolvimento das ATIVIDADES tendo em vista a sequência lógica no desempenho dos exercícios de cada momento que corresponde os passo do Plano. Todos os exercícios devem estar em função dos objetivos e do termo disponível para cada desempenho do professor e do aluno.

O material pedagógico e recursos devem ser manejados adequadamente.

O andamento do estágio continua normalmente bem e com muito esforço.

RECOMENDA-SE: Preparar os conteúdos com muita habilidade, para beneficiar a aprendizagem do aluno.

Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ATA que será assinada pelas participantes.

Supervisora Ir. Mariana

Rosineide J. Betoni

Nome da estagiária

Fonte: Arquivo pessoal Rosineide (1984)

Observamos que, durante a reunião, a aluna recebeu orientações acerca do preparo de seus planos de aula, dos materiais didáticos a serem usados e, por fim, a recomendação de tudo que deveria ser feito para benefício da aprendizagem dos alunos.

No Estágio Obrigatório, as alunas eram avaliadas pela professora da sala, pela professora responsável da disciplina e elas se autoavaliavam. A professora da turma respondia a um questionário, no qual pontuava se a estagiaria foi “ótima”, “boa” ou “regular” em suas atividades. Essa avaliação correspondia às ações de elementos profissionais (habilidade em desenvolver atividades, organização nos planos, boa execução dos planos, responsabilidade, dedicação, entre outros aspectos) e os elementos pessoais (boa postura, aparência física, tratamento com as crianças, relacionamento com diretor(a) e professor(a), pontualidade, linguagem acessiva e correta, letra pedagógica legível, entre outros aspectos).

A Irmã Mariana assistia a uma aula para assim avaliar. Iolanda (2022, p. 1, informação verbal), teve esse momento marcado em sua memória, pois, ela recordou “o dia que a Irmã

Mariana foi me supervisionar, era uma aula de Língua Portuguesa, uma interpretação de texto, [...] eu lembro que eu estava na sala [...] e ela foi entrando de mansinho e sentou lá no fundo”.

Era nestes momentos, como o relatado por Iolanda (2022), que a Irmã Mariana assistia a regência de suas alunas do Curso de Magistério e assim as avaliava. Sua avaliação iniciava-se com os planos de aula até a aplicação dos mesmos, para isso, preenchia uma ficha de observação da aula prática, que, posteriormente, era incluída na pasta de estágio das alunas. Um exemplar desse instrumento avaliativo pode ser conferido na Figura 31.

A avaliação final consistia nos objetivos, execução do plano, motivação, linguagem, letra pedagógica, variação e adequação dos procedimentos didáticos, participação dos alunos no decorrer da aula, manejo do quadro, manejo da classe, fixação da aprendizagem, requisitos pessoais, parecer dos alunos, parecer da professora da classe e a avaliação do supervisor.

Figura 31 – Ficha de Observação de aula prática

Escola de 1º e 2º Graus Pré-Escolar
IMACULADA CONCEIÇÃO
 Rua Firmino Vieira de Matos, 7009
 DOURADOS - MS.

ESCOLA 1º 2º GRAUS E PRÉ ESCOLAR "IMACULADA CONCEIÇÃO"
 ESTÁGIO SUPERVISIONADO FICHA DE OBSERVAÇÃO DE AULA PRÁTICA
 NOME DO ESTAGIÁRIO: Rosineide Teresinha Betoni
 ASSUNTO DA AULA PRÁTICA: Técnica: Interpretação de texto
 DATA DA AULA: 14/09/84 Nº de alunos: 35 SÉRIE: 3ª C-1º Grau

I - AVALIAÇÃO DOS OBJETIVOS: Claros, bem selecionados, adequados, ao texto. Formativos. As técnicas desenvolvidas estão relacionadas com os objetivos.
 II - EXECUÇÃO DO PLANO: Seguiu corretamente os passos exigidos do Plano. Excelente direção e orientação da aprendizagem.
 III - MOTIVAÇÃO: Excelente. Relacionou com precisão as funções de cada personagem. - Enriqueceu a mensagem com um final muito feliz
 IV - LINGUAGEM: Clara. - Ótima expressão vocabular. - Variação de mensagens. - Muito Boa a comunicação expressiva
 V - LETRA PEDAGÓGICA: Muito Boa. Expressiva. Legível
 VI - VARIÇÃO E ADEQUAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS DIDÁTICOS:
 - Interpretação clara do cartaz. - Vocabulário variado e bem interpretado. As funções dos personagens bem explorados e interpretados. - Exercícios vários: orais e escritos.
 VII - PARTICIPAÇÃO DOS ALUNOS NO DECORRER DA AULA:
 - Interpretação do texto com gestos. Recontagem da estória. Respostas adequadas às perguntas.
 - Atenção constante. Ótima leitura oral. Exercícios escritos
 VIII - MANEJO DO QUADRO: Muito bom.
 IX - MANEJO DE CLASSE: Excelente. Ambiente favorável ao trabalho.
 X - FIXAÇÃO DA APRENDIZAGEM: - Esforço em reproduzir as ideias do texto. - Execução correta dos exercícios.
 XI - REQUISITOS PESSOAIS: calma, voz clara expressiva. Interesse pelo bom rendimento da aprendizagem. Linguagem Comunicativa
 XII - PARECER DOS ALUNOS: 10(diz) PARECER DA PROFES: DA CLASSE: Ótimo
 XIII - AVALIAÇÃO DO SUPERVISOR: Apta ao Magistério Grau: 10 (dez)
de 1ª a 4ª Série e 1º Grau.
 ASS.: J. Mariana da Ross
 Ir. Mariana da Ross

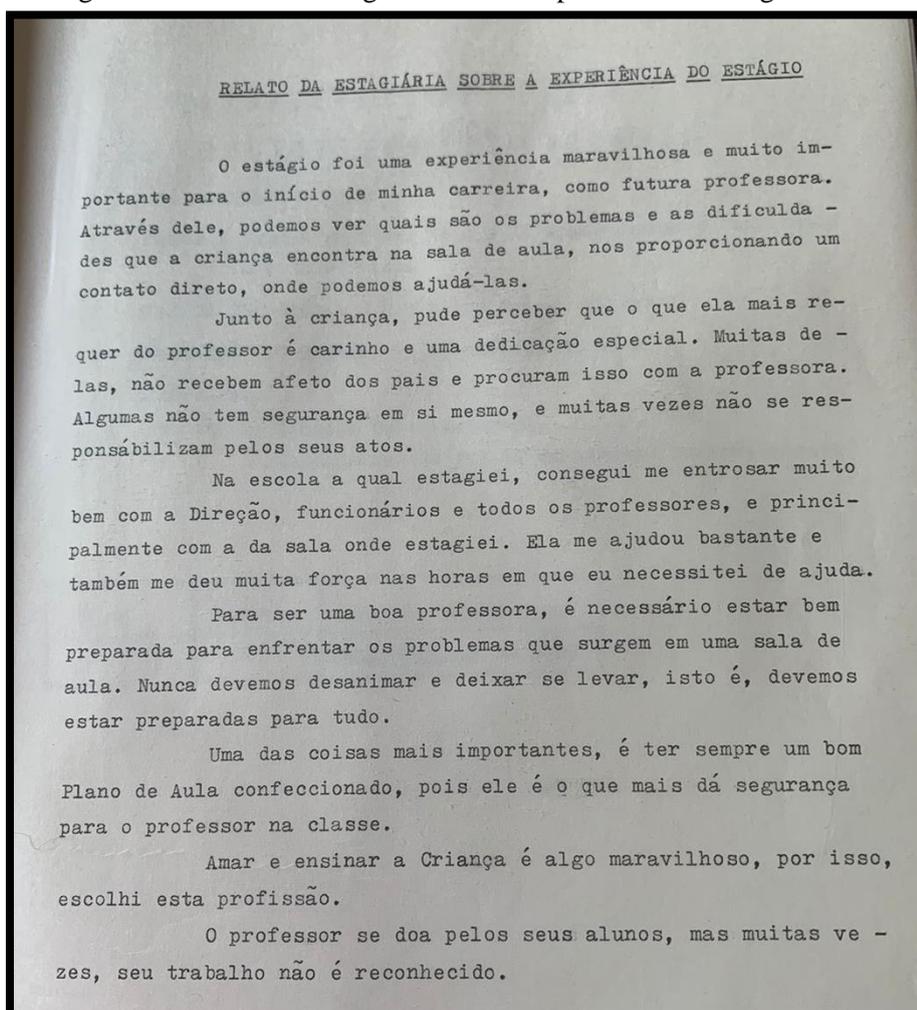
Já a autoavaliação era composta por perguntas com resposta de alternativas “sim ou não”, os questionamentos eram a respeito de como a estagiária se desenvolveu ao longo dos 45 dias de estágio.

Podemos afirmar que o Estágio Obrigatório era fundamental para o fazer docente, pois, por meio dele, as alunas do Curso de Magistério executavam as aprendizagens adquiridas com as disciplinas durante os anos de formação, proporcionando-lhes contato direto com o futuro ambiente de trabalho e as possibilitando conhecerem “[...] essa realidade, aprendendo o que está sendo realizado e como, e também o que não está e por quê” (PIMENTA, 1995 p. 71).

Ainda durante o momento do Estágio, as futuras professoras tinham a primeira oportunidade de refletir sobre as práticas vistas, partindo sua reflexão das disciplinas estudadas durante o Curso de Formação. Pensavam sobre como executar práticas pedagógicas consideradas desejáveis, se embasando no conhecimento adquirido durante a formação. Além disso, o Estágio Supervisionado proporcionava-lhes um dos primeiros momentos de reflexão sobre a docência, conforme sugere Pimenta (1995).

Desse modo, as o relato da egressa Rosineide (1984) sobre a sua experiência no Estágio, conforme apresentamos na Figura 32, que faz parte da sua pasta de Estágio Supervisionado de Magistério 1984, vai ao encontro das colocações feitas por Pimenta (1995), anteriormente.

Figura 32 – Relato da estagiária sobre a experiência do Estágio



Fonte: Arquivo pessoal Rosineide (1984)

A aluna afirma que o estágio foi uma experiência maravilhosa e muito importante para o início de sua profissão, pois, por meio desse momento, pode conhecer e se aproximar do seu futuro ambiente de trabalho, identificar os problemas e as dificuldades que as crianças enfrentam em seu processo de aprendizagem.

Ao finalizamos esta seção, é importante registrarmos que, embora tivéssemos a intenção de abordar também outras questões referentes à organização curricular do Curso de Magistério da Escola Franciscana Imaculada Conceição, do Município de Dourados, como a distribuição do quadro de horário das disciplinas desse Curso, conteúdos de outras disciplinas, para além das que foram aqui tratadas, de participação das alunas em eventos e solenidades, dentro e fora do espaço escolar, entre outros aspectos, a documentação coletada nos limitou a tratar alguns desses aspectos. Sendo assim, apresentamos, a partir da análise da documentação a que tivemos acesso, vestígios da organização curricular desse Curso, mas que certamente nos possibilita compreender aspectos importantes da sua organização curricular.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizarmos esta pesquisa, confirmamos o que está presente na maioria das investigações: o fato de que nenhum trabalho está pronto e acabado, pois, ao longo do caminho investigativo, percebemos que novas questões surgiram, as quais poderão ser focalizadas em outras pesquisas. O que apresentamos aqui não é um trabalho definido, mas, sim, uma das histórias do Curso de Magistério da Escola Franciscana Imaculada Conceição do município de Dourados-MT/MS, que desenrolou no período de 1974 a 1991. Assim, no decorrer desta seção, explicitamos algumas observações e interpretações sobre o objeto de estudo.

Quando chegamos a esta seção da dissertação, é necessário retornar ao problema de pesquisa levantado e aos objetivos. Desse modo, as considerações finais aqui apresentadas constroem uma narrativa, percorrendo o problema de pesquisa e os seus desdobramentos em objetivos geral e específicos.

Esta dissertação teve como objetivo geral analisar a história do curso de magistério da Escola Franciscana Imaculada Conceição, buscando compreender o processo de criação, instalação e funcionamento desse curso, no Município de Dourados, Mato Grosso/Mato Grosso do Sul, no período de 1974 a 1991. E, como problema de pesquisa, buscou responder a questão: como a instalação e o funcionamento do Curso de Magistério na *Escola Franciscana Imaculada Conceição* contribuiu para a formação docente do município de Dourados e região?

Para atingir os objetivos da pesquisa, delimitamos como recorte temporal que compreendeu o ano de 1974 a 1991, datas marcadas, respectivamente, pelo início do Curso de Magistério na instituição, como reflexo da Lei nº 5.692/71 (BRASIL, 1971), e o encerramento do Curso, motivado pela baixa procura por matrículas e a expansão das instituições de Ensino Superior no município de Dourados.

O recorte espacial focalizado diz respeito ao Município de Dourados, cuja história é marcada pela colonização desencadeada no Governo Vargas (1937-1945), sob a denominação de Marcha para o Oeste, a qual propiciou, nesse lugar, a criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), que recebeu imigrantes e migrantes e impulsionou, assim, o crescimento populacional da região. Todo esse processo de expansão regional ainda desencadeou o desenvolvimento da educação escolar na localidade, inicialmente, com a criação de escolas em áreas rurais, e, posteriormente, com a instalação de escolas em áreas urbanas.

No que diz respeito ao corpus documental da pesquisa, cabe mencionar que, durante as visitas à Escola Imaculada Conceição do município de Dourados, sempre fui bem recepcionada pela direção do Colégio e funcionários, mas, principalmente, fui acolhida por uma supervisora

que trabalha há muitos anos nessa instituição, a qual me permitiu acessar os documentos do Curso de Magistério guardados tanto no arquivo escolar quanto na biblioteca. Mesmo com a abertura para levantamento e coleta de documentos nesses espaços dessa Escola, alguns documentos não estavam acessíveis. Não podemos, contudo, atribuir a não localização de alguns documentos à instituição, porquanto percebemos esforço, por parte dos gestores e funcionários da Escola, para organizar e sistematizar a sua documentação. Afinal, a quantidade de documentos é grande e mantê-los organizados e catalogados não é tarefa fácil para a Escola, que, na maioria das vezes, não conta com um(a) profissional para realizar apenas esse trabalho, o qual, no caso Escola Imaculada Conceição, é realizado por suas secretárias e bibliotecária.

A busca pela documentação, porém, não se limitou ao arquivo e à biblioteca da Escola Franciscana Imaculada Conceição; ela se estendeu aos arquivos pessoais de egressas do Curso de Magistério e a entrevistas com essas pessoas. Nesse sentido, as análises realizadas limitaram-se aos documentos localizados, levantados e coletados nos diferentes espaços de pesquisa.

Apesar dos obstáculos encontrados no decorrer da pesquisa na busca pelo *corpus* documental, as análises foram tecidas a partir dos documentos do arquivo escolar e da biblioteca como: atas, atas de resultados finais, diplomas, fotografias, recortes de jornais, listas de alunos, listas de corpo docente e também dos arquivos pessoais, como pastas de relatório do estágio supervisionado, caderno e fotografias, bem como com as entrevistas com as egressas do Curso de Magistério da Escola. Essas análises foram desenvolvidas com base na perspectiva da Nova História Cultural, que nos possibilitou um olhar amplo em relação aos objetos e às fontes de estudo, nos proporcionando, assim, uma nova maneira de fazer e escrever a história.

A pesquisa nos permitiu conhecer aspectos importantes da gênese da formação de professores no Município de Dourados e no Estado de Mato Grosso/Mato Grosso do Sul, assim como um histórico do Curso de Magistério da instituição pesquisada, as diferentes estruturas curriculares do curso durante o seu período de funcionamento, o perfil dos discentes e docentes do curso e as contribuições que esse curso de formação propiciou às alunas e professoras.

No que tange ao objetivo geral, apreendemos que o processo de criação, instalação do Curso de Magistério, na Escola Franciscana Imaculada Conceição, ocorreu devido ao fechamento do Curso Normal na instituição decorrente da implantação da Lei nº 5.692/1971. Tratou-se da primeira instituição a ofertar um curso de formação de professores em Dourados, iniciando seus trabalhos com esse nível de formação no ano de 1959, com o Curso Normal.

É fato que a Escola Franciscana Imaculada Conceição conquistou prestígio perante a sociedade douradense, desde seu início, em 1955, com a chegada das Irmãs Franciscanas da Penitencia Cristã ao município de Dourados, ainda Estado de Mato Grosso, pois notícias sobre

ela eram publicadas no jornal local e, nas solenidades de formatura, as autoridades do Município se faziam presentes. Além disso, a instituição participava de ações sociais na comunidade.

No que diz respeito ao perfil do corpo docente, percebemos a presença marcante de mulheres neste Curso de formação de professores, pois, durante o período que compreende o nosso recorte temporal, conforme registros localizados, houve apenas dois homens matriculados, os quais aparecem como desistentes meses após o período de matrícula. Destarte, durante os 17 anos de funcionamento do Curso de Magistério da Escola Franciscana Imaculada Conceição, 295 mulheres receberam o diploma com a habilitação para lecionar como professoras de 1ª a 4ª série do antigo 1º grau, obedecendo à Lei nº 5.692/1971 (BRASIL, 1971) e contribuindo para a formação de professores no município de Dourados e região.

Ainda identificamos que instituição atendia alunas de diferentes perfis socioeconômicos, como mensalistas, bolsistas e internas. É importante sublinhar que as mensalistas eram alunas que pagavam a mensalidade do Curso de Magistério todos os meses; já as bolsistas eram alunas que estudavam em um período e, em outro, auxiliavam em algum trabalho dentro da escola (na secretaria, na tesouraria ou como assistente de sala) como forma de pagamento pelo curso; as internas, por sua vez, eram alunas que moravam dentro da instituição, faziam todas as refeições, lavavam suas roupas e também trabalhavam em alguma área da escola no período oposto ao Curso de Magistério, e tinham o direito de ir para casa aos finais de semana. No entanto, constatamos que, independente do perfil socioeconômico das alunas, todas tinham acesso a mesma formação docente dentro da instituição.

No que diz respeito ao perfil do quadro docente do Curso de Magistério dessa Escola, constatamos a presença de uma maioria de professoras mulheres, inclusive entre elas, as Irmãs Franciscanas que atuavam à frente das disciplinas Educação Artística, Português, Ciências, Prática de Ensino, Didática, Estudos Sociais, História, Canto e Estágio Supervisionado. Essas Irmãs, além de serem professoras do Curso, algumas delas atuavam na direção da escola ou na coordenação, como foram os casos das Irmãs Maria Aparecida Betoni e Maria Tereza Diniz. Havia a presença de uma minoria de professores do sexo masculino, os quais lecionaram em algumas disciplinas, entre elas, Literatura Brasileira e Língua Portuguesa.

Ao analisarmos a organização curricular do Curso de Magistério da Escola Franciscana Imaculada Conceição, constatamos que este esteve regulamentado de acordo com a Lei nº 5.692/1971 (BRASIL, 1971), e estruturado em duas partes: uma de Educação Geral e a outra de Formação Especial. O núcleo da Educação Geral era composto por disciplinas de base comum, como Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, Matemática, Língua Estrangeira (Língua Inglesa), Ensino Religioso, Educação Moral e Cívica, Educação Artística e Organização Social

e Política Brasileira (O.S.P.B.). O núcleo de Formação Especial, por seu turno, era formado por disciplinas que preparavam para o trabalho, no caso do magistério, as disciplinas eram voltadas aos fundamentos da educação e também ao caráter pedagógico e prático do Curso.

Contudo, as disciplinas que compunham a estrutura curricular do Curso de Magistério sofreram mudanças ao longo do período estudado, com a supressão e a inserção de disciplinas, mudanças em carga horária. Conforme os documentos levantados, o Curso teve três estruturas curriculares: a primeira vigorou no período de 1975 a 1979; a segunda se estendeu de 1980 a 1986; e a terceira conservou-se de 1987 a 1991. Desse modo, foi possível percebermos que a primeira estrutura curricular, vigente de 1975 a 1979, era composta por 22 disciplinas, entre o núcleo de Educação Geral e Formação Especial; já a segunda estrutura, vigente de 1980 a 1986, apresentou uma redução no número de disciplinas, sendo constituída por 16 disciplinas, entre o núcleo de Educação Geral e Formação Especial; e, por fim, a terceira estrutura, vigente de 1987 a 1991, embora tenha apresentado um crescimento no número de disciplinas em relação à estrutura anterior, sendo constituída por 21 disciplinas entre os dois núcleos, teve um número menor de disciplinas se contrastada com a primeira estrutura curricular do Curso de Magistério.

A redução e o aumento das disciplinas na estrutura curricular dos diferentes períodos devem ser compreendidos pelo fato de, em certos momentos, algumas disciplinas terem sido suprimidas, e, em outros, terem sido unidas a outras disciplinas. Nesse sentido, observamos, por exemplo, o caso da disciplina Educação Artística, que esteve no currículo até o ano de 1978 e depois não constou em nenhuma outra estrutura curricular no decorrer do período pesquisado. As disciplinas Educação Física e Recreação e Jogos, que se constituíam em duas disciplinas até 1979, foram fundidas a partir de 1980.

Ainda constatamos que as disciplinas Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, Estágio Supervisionado, Ensino Religioso e Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º grau estiveram presentes em todas as estruturas curriculares do Curso de Magistério da Escola Franciscana Imaculada Conceição do Município de Dourados, no período pesquisado. Já as disciplinas Metodologias foram integradas ao currículo a partir de 1987, permanecendo até o fechamento do Curso nessa Escola, em 1991.

Diante dos documentos analisados e das entrevistas coletadas, notamos que o Curso de Magistério na instituição apresentava disciplinas na estrutura curricular cujo principal objetivo era ensinar as futuras professoras a “saber fazer”, reforçando, assim, o caráter tecnicista desse curso de formação docente.

Ao retornarmos ao problema levantado para o desenvolvimento desta pesquisa, constatamos que o Curso de Magistério da Escola Franciscana Imaculada Conceição

proporcionou contribuições tanto para a vida profissional quanto para a vida pessoal das alunas/professoras que o cursaram. Neste sentido, denotamos, principalmente, pelos relatos das egressas, que o Curso proporcionou experiências do “chão da escola” para as então futuras professoras, pois as disciplinas cursadas e os estágios realizados lhes permitiram trabalhar logo após o término do curso, e os estágios as ajudaram até mesmo durante o curso de graduação no Ensino Superior, porquanto a maioria delas continuaram em cursos de formação de professores, principalmente, no curso de Pedagogia. Além disso, o Curso lhes deu resiliência para ajudar o próximo. Todas as egressas entrevistadas atuaram como professoras, tendo como base os ensinamentos e as aprendizagens adquiridas durante o Curso de Magistério, as quais foram para além da sala de aula. Desse modo, também contribuiu para a formação de professores do Município de Dourados e região. Mesmo para as egressas que não seguiram a profissão docente, esse Curso de Magistério lhes ofereceu base para as outras profissões que escolheram.

Encerramos esta pesquisa não com um ponto final, mas com o interesse de retornar aos documentos e percorrer a busca de outros deles, pois este trabalho se abre a diversas possibilidades investigativas, como para o estudo do ensino das disciplinas que compuseram a organização curricular desse Curso de Magistério na Escola Franciscana Imaculada Conceição; para o exame da história de determinadas disciplinas, como aquelas ligadas à Alfabetização; para a análise acerca das relações de gênero no âmbito desse Curso, entre outras tantas, as quais certamente contribuirão para o campo de investigação da História da Educação em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, e, mais especificamente, para a história da formação de professores.

REFERÊNCIAS

ABREU, Silvana de. **Planejamento governamental: a SUDECO no espaço matogrossense: contexto, propósitos e contradições**. 2001. 351 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-28022002-232232/pt-br.php>. Acesso em: 7 jun. 2023.

ACKERMANS, Gian; OSTERMANN, Ursula; SERBACKI, Marly. **Chamadas pela bondade de Deus. História das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã no século XX**. Trad. Benícia Flesch. Estados Unidos, Stella Niagara: Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã, 2000.

ALVES, Laci Maria Araújo. Breve ensaio sobre o processo de expansão escolar em Mato Grosso (1719-1946). **Coletâneas do Nosso Tempo**, Rondonópolis, v.1, n. 1 p. 7-25, 1997. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/coletaneas/article/view/130>. Acesso em: 7 jun. 2023.

AMARO, Eliane Maria. **Escola Franciscana Imaculada Conceição: História da Instituição educativa na região de Dourados, sul de Mato Grosso (1955-1975)**. 2018. 237 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/1021>. Acesso em: 7 jun. 2023.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos: estudos e reflexões**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017.

BORBA, Marcel dos Santos. **Entre leigos e franciscanos: da escola paroquial a escolas reunidas, Vila São Pedro, distrito de Dourados – MT/MS (1957-1979)**. 2019. 156 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/1636>. Acesso em: 7 jun. 2023.

BOURDIEU Pierre.; BOURDIEU, Marie-Claire. O camponês e a fotografia. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 26, p .31-39, 2006. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782006000100004>. Acesso em: 11/08/2017.

BOURDIEU, Pierre; BOURDIEU, Marie-Claire. **Revista Sociologia e Política**, Curitiba, 26, p. 31-39, jun. 2006. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/8103/5720>. Acesso em: 7 jun. 2023.

BRAZIL, Maria do Carmo; MANCINI, Ana Paula Gomes. História das instituições formadoras de professores na fronteira Brasil-Paraguai: o caso de Dourados, Mato Grosso (uno) -1940-1970. **Teoria e Prática da Educação**, Maringá, v. 15, n. 1, p. 123-136, jan./abr. 2012. DOI: <https://doi.org/10.4025/tpe.v15i1.18622>. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/TeorPratEduc/article/view/18622>. Acesso em: 7 jun. 2023.

BRITO, Luciana Souza. **Irmãs Franciscanas em Santa Maria–RS: uma Congregação de mulheres empreendedoras no ensino superior (1953-2018)**. 2021. 419 f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/23276>. Acesso em: 7 jun. 2023.

BRITO, Silvia Helena Andrade; RODRÍGUEZ, Margarita Victoria; BEZERRA, Artur D’Amico. Marcos legais para a institucionalização da formação docente em Mato Grosso (1910-1970). **Revista de Educação Pública**, Cuiabá, v. 26, n. 61, p. 177-197, jan./abr. 2017. DOI: 10.29286/rep.v26i61.2073. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/2073>. Acesso em: 7 jun. 2023.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular: o uso de imagens como evidência histórica**. Editora Unesp Digital: São Paulo, 2017.

CAMPESTRINI, Hildebrando.; GUIMARÃES, Acyr Vaz. **História de Mato Grosso do Sul**. 2. ed. Campo Grande: Gráfica e Papelaria Brasília, 1991.

CARVALHO, Luciana Belissimo de. Implantação e consolidação da Escola Normal no sul de Mato Grosso: Escola Normal Jango de Castro, Aquidauana (1949-1975). Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/2271>. Acesso em: 7 jun. 2023.

CHAGAS, Valnir. **O ensino de 1º e 2º graus: antes, agora e depois?** São Paulo, Ed. Saraiva, 1984.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia: a história entre certezas e inquietude**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**. Entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. Lisboa: Difel, 1990.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria e Educação**, Porto Alegre, n. 2, p. 177-229, 1990. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3986904/mod_folder/content/0/Chervel.pdf. Acesso em: 7 jun. 2023.

CIGALES, Marcelo Pinheiro. **A sociologia educacional no Brasil (1946-1971): análise sobre uma instituição de ensino católica**. 2014. 150 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014. Disponível em: <http://guaiaca.ufpel.edu.br:8080/handle/prefix/3229>. Acesso em: 7 jun. 2023.

COELHO, Tatiana Costa. A reforma católica em Mariana e o discurso ultramontano de Dom Viçosa (Minas Gerais 1844-1875). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2011, p. 1-9. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300924701_ARQUIVO_artigoanpuh.pdf. Acesso em: 7 jun. 2023.

COSTA, Marliane Azevedo Lira de Medeiros. **A constituição da identidade docente na escrita de memoriais em turmas de magistério**. 2016. 136 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016. Disponível em:

<https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/23379>. Acesso em: 7 jun. 2023.

CUNHA, Maria Teresa Santos; ALMEIDA, Doris Bittencourt. Arquivos Pessoais no radar do Tempo Presente. Dimensões e possibilidades nos estudos acadêmicos. *Cadernos de História da Educação*, v.20, p.1-20, e049, 2021. DOI: <https://doi.org/10.14393/che-v20-2021-49>. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/che/article/view/63328>. Acesso em: 7 jun. 2023.

FERNANDES, Maria Dilnéia Espíndola; FREITAS, Dirce Nei Teixeira de. Percursos e desafios da municipalização do ensino fundamental em Dourados, MS. *In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED*, 26., 2003, Poços de Caldas. **Anais [...]**. Poços de Caldas, 2003. Disponível em: http://26reuniao.anped.org.br/?_ga=2.92619102.256482221.1686537817-463091721.1686537817. Acesso em: 7 jun. 2023.

FERREIRA, Márcia Santos. O Centro de Treinamento do Magistério de Cuiabá e a Profissionalização Docente em Mato Grosso. **Revista de Educação Pública**, Cuiabá, v. 19, n. 39, p. 145-161, jan./abr. 2010. DOI: 10.29286/rep.v19i39.383. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/383>. Acesso em: 7 jun. 2023.

FURTADO, Alessandra Cristina. Arquivos, fontes e instituições: um itinerário de pesquisa sobre o arquivo do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora de Ribeirão Preto/SP (1918-1960). **Patrimônio e Memória**, Assis, v. 8, n. 2, p. 186-209, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/276>. Acesso em: 7 jun. 2023.

FURTADO, Alessandra Cristina; MOREIRA, Kênia Hilda. Professor José Pereira Lins: um intelectual no sul de Mato Grosso. **Educação e Fronteiras On Line**, Dourados, v. 5, n. 15, p. 46-60, set./dez. 2015. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/educacao/article/view/5531>. Acesso em: 7 jun. 2023.

FURTADO, Alessandra; MARQUES, Inês Velter. Fontes para pesquisa e escrita da história da educação em Dourados e região (1940-1990): mapeamento e inventário. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO*, 7., 2013, Cuiabá. **Anais [...]**. Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso, 2013. p. 1-12. Disponível em: <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/>. Acesso em: set. 2022.

GAETA, Maria Aparecida Junqueira Veiga. A Deus, à Igreja, e à Pátria: os estandartes da família católica no século XIX. **História**, São Paulo, n. 11, p. 243- 258, 1992.

GOODSON, Ivor. **A construção social do currículo**. Lisboa: Educa, 1997.

GOODSON, Ivor. **O currículo em mudança: estudos na construção social do currículo**. Porto: Editora, 2001.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

HÉBRARD, Jean. Por uma bibliografia material das escritas ordinárias: o espaço gráfico do caderno escolar (França – séculos XIX-XX). **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, n. 1, p. 115-141, jan./jun. 2001. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38753>. Acesso em: 7 jun. 2023.

IRALA, Clóvis. **Educação rural em Dourados: a Escola Geraldino Neves Correa (1942-1982)**. 2014. 120 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/659>. Acesso em: 7 jun. 2023.

IWAMOTO, Vivian. **Educação e civilidade nas memórias de infância de imigrantes japoneses**. 2016. 146 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2016. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFGD_59e11f3e5ef039d0ca9a9335bc7c460a. Acesso em: 7 jun. 2023.

KNOB, Frei Pedro. **A Missão Franciscana do Mato Grosso**. Campo Grande-MS: Editora Loyola, 1988.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Unicamp, 1990.

LIBÂNEO, José Carlos. O planejamento escolar. In: LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994. p. 221-247.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 16. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary (org.); BASSANEZI, Carla (coord. de textos). **História das mulheres no Brasil**. 9. ed., 1º reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Elisa Dalmoso Afonso de. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MACEDO, Tatiane Batista. **Histórias de formação de alfabetizadoras: a disciplina didática da linguagem no magistério – 1971 a 1985**. 2009. 167 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/13778>. Acesso em: 7 jun. 2023.

MAGALHÃES, Justino. **Tecendo Nexos**. História das Instituições Educativas. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.

MANOEL, Ivan A. **Igreja e educação feminina (1859-1919)**. Uma face do conservadorismo. 2. ed. Maringá: Editora da UEM, 2008.

MANZINI, Eduardo José. **Análise de entrevista**. Marília: ABPEE, 2020.

MARCÍLIO, Humberto. **História do ensino em Mato Grosso**. Cuiabá: Secretaria de Educação, Cultura e Saúde, 1963.

MARIN, Jerry Roberto. Diásporas, identidades e traduções culturais dos Franciscanos alemães em Mato Grosso. *In*: MARIN, Jerry Roberto (org.). **Religiões e identidades**. Dourados: UFGD, 2012. p. 103-130.

MARQUES, Inês Velter. **O ensino secundário no Sul do antigo Mato Grosso: o colégio Estadual Presidente Vargas de Dourados (1951–1974)**. 2014. 134 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2014. 134 f. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFGD_557faa41a00c5b3e3d0d5fbdfa6743f1. Acesso em: 7 jun. 2023.

MARTINS, Cecília Freitas. **Escolarização da infância: fragmentos e memória de internas no Educandário Santa Clara**. 2011. Monografia (Especialização) – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Paranaíba, 2011.

MATOS, Maria Izilda; BORELLI, Andrea. Trabalho – Espaço feminino no mercado produtivo. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. (org.). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 126-147.

MAUAD, Ana Maria. Através da imagem: fotografia e história interfaces. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 73-98, 1996. Disponível em: https://codecamp.com.br/artigos_cientificos/ATRAVESDAIMAGEMFOTOGRAFIA.pdf. Acesso em: 7 jun. 2023.

MEIHY, José Cícero S. Bom. **Manual da história oral**. São Paulo: Loyola, 1996.

MONTEIRO, Hellen Caroline Valdez. **O processo de institucionalização da Escola Normal Dom Aquino Corrêa de Três Lagoas no Sul de Mato Grosso (1952-1975)**. 2018. 193 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/4418>. Acesso em: 7 jun. 2023.

MONTEIRO, Juliana da Silva. **O Patronato de Menores de Dourados – MT/MS: Cultura Escolar e Estratégias da Ação Social Franciscana (1950-1983)**. 2014. 415 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/4526>. Acesso em: 7 jun. 2023.

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal; ALVES, Julia Falivene (org.) **Escolas profissionais públicas do Estado de São Paulo: uma história em imagens**. São Paulo: Centro Paula Souza, 2002.

MORAIS, Christianni Cardoso; OLIVEIRA, Cleide Cristina. Aulas régias, cobrança do subsídio literário e pagamento dos ordenados dos professores em Minas Gerais no período colonial. **Educação em Perspectiva**, Viçosa, MG, v. 3, n. 1, 2012. DOI: 10.22294/eduper/ppge/ufv.v3i1.264. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/educacaoem perspectiva/article/view/6552>. Acesso em: 04 jun. 2023

MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa, SILVA, Tomás Tadeu da. **Currículo, cultura e sociedade**. 2 ed. revista – São Paulo: Cortez, 1995

NÓVOA, António. Os professores e sua profissão docente. *In*: NÓVOA, António (org.). **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1992. p. 13-33.

OLIVEIRA, Benícia Couto de. **Histórias que (re)contam história**: análise do povoamento, colonização e reforma agrária do sul de Mato Grosso do Sul. Dourados: Editora da UFGD, 2013.

OLIVEIRA, Regina Tereza Cestari de; RODRÍGUEZ, Margarita Victoria. **A escola normal no sul do Estado de Mato Grosso (1930-1950)**. [S.l.:S.d].

ORTIZ, Fernanda Ros. **A escola normal de moças das elites**: um estudo das práticas escolares, culturais e sociais do colégio nossa senhora auxiliadora (1946 – 1961). 2014. 167 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande-MS, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/2541>. Acesso em: 7 jun. 2023.

PIACENTINE, Ana Paula Fernandes da Silva. **História da formação para professores leigos rurais**: o curso de magistério rural em Dourados, na década de 1970. 2012. 103 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/624>. Acesso em: 7 jun. 2023.

PIMENTA, Selma Garrido. O estágio na formação de professores: unidade entre teoria e prática? **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 94, p. 58-74, ago. 1995. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/839>. Acesso em: 14 jun. 2023.

PONCIANO, Nilton Paulo. **Fronteira, religião, cidade**: o papel da Igreja Católica no processo de organização social-espacial de Fátima do Sul/MS (1943-1965). 2006. 231 f. Tese (Doutorado em História – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Assis, 2006. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/103192?locale-attribute=es>. Acesso em: 7 jun. 2023.

RAMOS, Valmir. **A Educação Franciscana em prol do humanismo solidário**. Rede Educacional Franciscana. [S.l.], 2018. Disponível em: <https://www.refeduc.com.br/galeria/getImage/552/2092447679538605.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2023.

RODELINI, Claudiani; FURTADO, Alessandra Cristina. Missão Franciscana em Itaporã-MT (1958-1972): Educação Primária e Religiosidade. *In*: SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO, 29., 2021, Cuiabá. **Anais [...]**. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2021. p. 2141-2154. Disponível em: <https://sol.sbc.org.br/index.php/semiedu/article/view/20319>. Acesso em: 7 jun. 2023.

RODRÍGUEZ, Margarita Victoria; OLIVEIRA, Regina Tereza Cestari de. História da Escola Normal no Estado de Mato Grosso: implantação e consolidação no sul do estado. *In*: ARAÚJO, José Carlos Souza; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho (org.). **As Escolas Normais no Brasil**: do império à república. 2. ed. Campinas: Alínea, 2017. p. 367-382. Disponível em: <https://issuu.com/atomoealinea/docs/trecho->

[708?utm_medium=referral&utm_source=www.grupoatomoealinea.com.br](https://www.grupoatomoealinea.com.br). Acesso em: 7 jun. 2023.

ROSEMBERG, Fúlvia. Mulheres educadas e a educação de mulheres. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (org.). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 333-359.

SÁ ROSA, Maria da Glória. **Memória da cultura e da educação em Mato Grosso do Sul**. Campo Grande: Editora da UFMS, 1990.

SANTANA JUNIOR, Jaime Ribeiro de. Formação territorial da região da Grande Dourados: colonização e dinâmica produtiva. **Geografia**, Londrina, v. 18, n. 2, p. 89-107, jan./jun. 2009. DOI: <https://doi.org/10.5433/2447-1747.2009v18n2p89>. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/viewFile/2367/3300>. Acesso: 7 jun. 2023.

SANTINI, Poliana Gianello. **Contando Histórias: a Escola Estadual Dom Bosco por meio de seu acervo fotográfico (década de 1950 a 2000)**. 2012. 90 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/636>. Acesso em: 7 jun. 2023.

SANTOS, Anabela Almeida Costa e. Aprendendo a usar cadernos: um caminho necessário para a inserção na cultura escolar. *In*: MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio (org.) **Cadernos à vista: escola, memória e cultura escrita**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008, p. 145-159.

SAVIANI, Demerval. Pedagogia e formação de professores no Brasil: vicissitudes dos dois últimos séculos. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 4., 2006, Goiânia. **Anais [...]**. Goiânia: Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2006.

SAVIANI, Dermeval. Educação no Brasil: concepção e desafios para o século XXI. **Revista HISTEDBR on-line**, Campinas, n. 3, p. 1-4, jul. 2001. Disponível em: https://www.fe.unicamp.br/sites/www.fe.unicamp.br/files/documents/2021/01/doc1_1.pdf. Acesso em: 14 jun. 2023.

SAVIANI, Dermeval. História da formação docente no Brasil: três momentos decisivos. **Educação**, Santa Maria, v. 30, n. 2, p. 11-26, jul./dez. 2005. Disponível em: <http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-.2.2/index.php/reeducacao/article/view/3735/2139>. Acesso em: 7 jun. 2023.

SCHAFFRATH, Marlete dos Anjos Silva. Profissionalização do magistério feminino: uma história de emancipação e preconceitos. *In*: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 23., 2000, Caxambu. **Anais [...]**. Caxambu: Anped, 2000. Disponível em: <https://www.anped.org.br/sites/default/files/gt0219.pdf>. Acesso em: 7 jun. 2023.

SILVA, Maria do Carmo Campos da Silva. **Memórias e trajetórias de professores egressos do curso de magistério da escola “Menodora Fialho de Figueiredo” de Dourados (1971-2001)**. 2013. 111 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2013. Disponível em: <http://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/648>. Acesso em: 7 jun. 2023.

SILVA, Maryahn Koehler. **Ensino normal**: da formação da professora à formação da mulher, esposa e mãe. 2013. 143 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/16088>. Acesso em: 7 jun. 2023.

SOUZA, José Edimar de. Memórias de uma trajetória formativa na Escola Normal de Sapiranga/RS – Brasil (1963- 1975). *In*: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL, 13., 2016, Porto Alegre. **Anais [...]**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016. p. 1-17. Disponível em: https://www.encontro2016.historiaoral.org.br/resources/anais/13/1461899266_ARQUIVO_tetxtocompletosubmetido.pdf. Acesso em: 7 jun. 2023.

TANURI, Leonor Maria. História da formação de professores. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 14, p. 61-88, maio/ago. 2000. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782000000200005>. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a05.pdf>. Acesso em: jan. 2021.

TAVARES, Marcelo dos Reis. A romanização do catolicismo pela biografia: a ação de Monsenhor Rosa em Franca (1860-1903). *In*: HISTÓRIA & DEMOCRACIA: PRECISAMOS FALAR SOBRE ISSO. Guarulhos-SP, 2018. **Anais [...]**. Guarulhos: Universidade Federal de São Paulo, 2018. Disponível em: https://www.encontro2018.sp.anpuh.org/resources/anais/8/1530821416_ARQUIVO_Aromani_zacaodocaticismopelabiografia.pdf. Acesso em: 8 jun. 2023.

TELLES, Antonia Marlene Vilaca. **História da educação brasileira**: a mulher como protagonista da educação no ideário Positivista 1880-1930. 2015. 171 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Comunicação e Artes, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2015. Disponível em: <https://tede.unioeste.br/handle/tede/3274>. Acesso em: 8 jun. 2023.

VIANNA, Claudia Pereira. A feminização do magistério na educação básica e os desafios para a prática e a identidade coletiva docente. *In*: YANNOULAS, Sílvia Cristina (org.). **Trabalhadoras**: análise da feminização das profissões e ocupações. Brasília, DF: Abaré, 2013. p. 159-180. Disponível em: <http://www.producao.usp.br/handle/BDPI/44242>. Acesso em: 8 jun. 2023.

VICENTE, Magda de Abreu. **A Escola Normal Regional Imaculada Conceição em Pelotas/RS**: a atuação da igreja católica e dos poderes públicos (1955-1971). 2018. 356 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018. Disponível em: <http://guaiaca.ufpel.edu.br/handle/prefix/4401>. Acesso em: 8 jun. 2023.

VIDAL, Diana Gonçalves. Escola nova e processo educativo. *In*: LOPES, Eliane Maria Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes. VEIGA, Cynthia Greive (org.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 497-517.

VIDAL, Diana Gonçalves; ABDALA, Rachel Duarte. A fotografia como fonte para a história da educação: questões teórico-metodológicas e de pesquisa. **Revista Educação (UFSM)**,

Santa Maria, v. 30, n. 2, p. 177-194, jul. 2005. Disponível em:
<https://periodicos.ufsm.br/reveducao/article/view/3745>. Acesso em: 8 jun. 2023.

VIEIRA, Débora Magali Miranda. **A escola normal da Bahia: saberes veiculados na formação das mulheres para o magistério (1890 - 1914)**. 2013. 130 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/15230>. Acesso em: 7 jun. 2023.

VIÑAO FRAGO, Antonio. Os cadernos escolares como fonte histórica: aspectos metodológicos e historiográficos. *In*: MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio (org.). **Cadernos à vista: escola, memória e cultura escrita**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008, p. 15-33.

FONTES DOCUMENTAIS

BRASIL. **Decreto-Lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942**. Lei orgânica do ensino secundário. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1942. Disponível em:
<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4244-9-abril-1942-414155-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 8 jun. 2023.

BRASIL. **Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977**. Cria o Estado de Mato Grosso do Sul e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1977. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leicom/1970-1979/leicomplementar-31-11-outubro-1977-363968-norma-pl.html>. Acesso em: 8 jun. 2023.

BRASIL. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1961. Disponível em:
<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-norma-atualizada-pl.pdf>. Acesso em: 8 jun. 2023.

BRASIL. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em:
www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5692.htm. Acesso em: 8 jun. 2023.

BRASIL. **Parecer nº 349/72-CFE/CESU, de 06 de abril de 1972**. Exercício do magistério em 1º grau, habilitação específica de 2º grau. Relatora Maria Teresinha Tourino Saraiva. Brasília, DF: 1972.

IBGE. **Censo Demográfico de Mato Grosso 1940-1970**. Brasília, DF: 2012. Disponível em:
<https://memoria.ibge.gov.br/historia-do-ibge/historico-dos-censos/censos-demograficos.html>. Acesso em: 14 jun. 2023.

IBGE. **Dourados**. 2013. Disponível em:
<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/dourados/panorama>. Acesso em: 14 jun. 2023.

MATO GROSSO. **Decreto nº 30, de 20 de dezembro de 1935**. Cria o Município de Dourados. Cuiabá, 1935.

MATO GROSSO. **Lei nº 342, de 13 de dezembro de 1949**. Autoriza o Governo do Estado a celebrar com o Ginásio “Cândido Mariano”, de Aquidauana, um convênio para o efeito da criação de uma Escola Normal Estadual anexa àquele Ginásio. Cuiabá: Governo do Estado de

Mato Grosso, 1949. Disponível em: <https://www.al.mt.gov.br/norma-juridica/pesquisa-historica/15799/visualizar>. Acesso em: 8 jun. 2023.

MATO GROSSO. **Mensagem à Assembleia Legislativa de Mato Grosso**. Arquivo Público de Mato Grosso (APMT). Cuiabá: APMT, 1955.

DOCUMENTOS FOTOGRÁFICOS:

Disponibilizados do arquivo pessoal de Giana Amaral Yamin, Rosineide Terezinha Betoni, Eliane Maria Amaro, Iolanda Betoni, arquivo institucional e acervo da pesquisadora.

ENTREVISTAS:

AMARO, Eliane Maria. Entrevista com Eliane Maria Amaro. [09 jan 2022]. Entrevistadora: Adriana Mendonça Pizzato. Dourados-MS, 2023. 1 arquivo.mp3. (54min07s). p. 1-10.

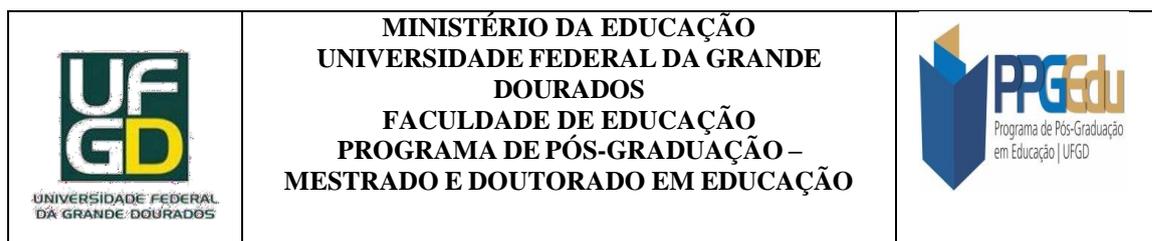
BETONI, Iolanda. Entrevista com Iolanda Betoni. [23 jan 2022]. Entrevistadora: Adriana Mendonça Pizzato. Dourados-MS, 2023. 1 arquivo.mp3. (23min21s). p. 1-3.

BETONI, Rosineide Terezinha. Entrevista com Rosineide Terezinha Betoni. [17 jan 2022]. Entrevistadora: Adriana Mendonça Pizzato. Dourados-MS, 2023. 1 arquivo.mp3. (31min). p. 1-4.

MONTEIRO, Adélia Maura. Entrevista com Adélia Maura Monteiro. [13 jan 2022]. Entrevistadora: Adriana Mendonça Pizzato. Dourados-MS, 2023. 1 arquivo.mp3. (38min28s). p. 1-6.

YAMIN, Giana Amaral. Entrevista com Giana Amaral Yamin. [11 jan 2022]. Entrevistadora: Adriana Mendonça Pizzato. Dourados-MS, 2023. 1 arquivo.mp3. (32min26s). p. 1-5.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO



PESQUISA: História do Curso de Magistério da Escola Franciscana Imaculada Conceição no Município de Dourados MT/MS (1974-1991)

Pesquisadora Orientadora: Prof^a Dr^a Alessandra Cristina Furtado

Contatos: E-mail: alessandrafurtado@ufgd.edu.br

Pesquisadora Orientanda: Adriana Mendonça Pizatto

Contatos: E-mail: driih_pizatto@hotmail.com Telefone: (67) 99630-7295

Prezado/a, você está sendo convidado/a participar da pesquisa intitulada: “História do Curso de Magistério da Escola Franciscana Imaculada Conceição no Município de Dourados MT/MS (1974-1991)”, desenvolvida no Mestrado em Educação do Programa de Pós Graduação da Universidade Federal da Grande Dourados na linha de pesquisa História, Memória e Sociedade. Desse modo, nosso objetivo é investigar, por meio de relatos orais e arquivos pessoais, a história do curso de magistério da Escola Franciscana Imaculada Conceição (1974-1991), buscando conhecer as vivências e experiências dos sujeitos que fizeram/fazem parte dessa história. Sua contribuição na pesquisa consistirá em participar de entrevistas. Após, será realizada a transcrição da mesma e você receberá uma cópia para averiguar a sua autenticidade. Destacamos que você poderá desistir de participar da pesquisa a qualquer momento, sem penalidades, entretanto, gostaríamos de contar com a sua participação. A entrevista e as informações serão utilizadas estritamente para o uso e escrita desta dissertação. Sua identificação ocorrerá somente se concordar com a autorização do uso de seu nome. Caso não concorde, essas informações se manterão confidenciais e em nenhum momento da pesquisa você será identificado/a.

Assim, declaro que li as informações contidas neste documento antes de assinar este termo. Confirmo que recebi uma cópia deste. Forneço meu consentimento livre e espontâneo para participar como voluntário, deste estudo. Declaro que concordo em colaborar com a pesquisa.

Assinatura: _____

Nome: _____

Documento de identificação: _____

Dourados-MS, _____ de _____ de 2022.

**APÊNDICE B – CESSÃO DE DIREITOS DE USO E DIVULGAÇÃO DE ARQUIVO
PESSOAL**

<p>UNIVERSIDADE FEDERAL DÁ GRANDE DOURADOS</p>	<p align="center">MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS FACULDADE DE EDUCAÇÃO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO – MESTRADO E DOUTORADO EM EDUCAÇÃO</p>	<p>Programa de Pós-Graduação em Educação UFGD</p>
--	--	---

PESQUISA: História do Curso de Magistério da Escola Franciscana Imaculada Conceição no Município de Dourados MT/MS (1974-1991)

Pesquisadora Orientadora: Prof^a Dr^a Alessandra Cristina Furtado
Contatos: E-mail: alessandrafurtado@ufgd.edu.br

Pesquisadora Orientanda: Adriana Mendonça Pizzato

Contatos: E-mail: driih_pizzato@hotmail.com Telefone: (67) 99630-7295

Pelo presente documento, eu _____

CPF _____ residente na cidade de _____ Estado _____, autorizo sem

quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, a plena propriedade e os direitos autorais do relato oral de caráter histórico e documental, que prestei a pesquisa “HISTÓRIA DO CURSO DE MAGISTÉRIO DA ESCOLA FRANCISCANA IMACULADA CONCEIÇÃO NO MUNICÍPIO DE DOURADOS MT/MS (1974-1991)”. A pesquisadora fica, conseqüentemente, autorizada a utilizar, publicar e disponibilizar para fins acadêmicos, as mencionadas fontes no todo ou em parte.

Assinatura: _____

Dourados-MS, _____ de _____ de 2022.

APÊNDICE C – CESSÃO DE DIREITOS DE USO E DIVULGAÇÃO DE RELATO

ORAL

 <small>UNIVERSIDADE FEDERAL DÁ GRANDE DOURADOS</small>	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS FACULDADE DE EDUCAÇÃO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO – MESTRADO E DOUTORADO EM EDUCAÇÃO	 <small>Programa de Pós-Graduação em Educação UFGD</small>
---	--	--

PESQUISA: História do Curso de Magistério da Escola Franciscana Imaculada Conceição no Município de Dourados MT/MS (1974-1991)

Pesquisadora Orientadora: Prof^ª Dr^ª Alessandra Cristina Furtado

Contatos: E-mail: alessandrafurtado@ufgd.edu.br

Pesquisadora Orientanda: Adriana Mendonça Pizzato

Contatos: E-mail: driih_pizzato@hotmail.com Telefone: (67) 99630-7295

Pelo presente documento, eu, _____ CPF _____, residente na cidade de _____, estado _____, autorizo sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, a plena propriedade e os direitos autorais do relato oral de caráter histórico e documental, que prestei a PESQUISA “HISTÓRIA DO CURSO DE MAGISTÉRIO DA ESCOLA FRANCISCANA IMACULADA CONCEIÇÃO NO MUNICÍPIO DE DOURADOS MT/MS (1974-1991)”. A pesquisadora fica, conseqüentemente, autorizada a utilizar, publicar e disponibilizar para fins acadêmicos, o mencionado relato no todo ou em parte.

Assinatura: _____

Dourados - MS, _____ de _____ de 2022.

APÊNDICE D – CESSÃO DE DIREITOS DE USO E DIVULGAÇÃO DE IDENTIFICAÇÃO

<p>UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS</p>	<p align="center"> MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS FACULDADE DE EDUCAÇÃO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO – MESTRADO E DOUTORADO EM EDUCAÇÃO </p>	<p>Programa de Pós-Graduação em Educação UFGD</p>
--	--	---

PESQUISA: A história do Curso de Magistério da Escola Franciscana Imaculada Conceição no Município de Dourados MT/MS (1974-1991)

Pesquisadora Orientadora: Prof^ª Dr^ª Alessandra Cristina Furtado

Contatos: E-mail: alessandrafurtado@ufgd.edu.br

Pesquisadora Orientanda: Adriana Mendonça Pizzato

Contatos: E-mail: driih_pizzato@hotmail.com Telefone: (67) 99630-7295

Pelo presente documento, eu _____, professora, CPF _____, residente na cidade de _____, estado _____, declaro permitir à Pesquisa “A HISTÓRIA DO CURSO DE MAGISTÉRIO DA ESCOLA FRANCISCANA IMACULADA CONCEIÇÃO NO MUNICÍPIO DE DOURADOS MT/MS (1974-1991)”, sob a responsabilidade da pesquisadora: Adriana Mendonça Pizzato, sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, a plena propriedade e os direitos autorais do relato de caráter histórico e documental do material de arquivo privado de meu acervo pessoal/institucional disponibilizado para o acesso de (fotografias, Relatório de resumo de Atas, Estatuto e outros) que prestei a referida pesquisa na cidade de _____, em ____/____/____. A pesquisadora fica, conseqüentemente, autorizada a utilizar, publicar e disponibilizar para fins acadêmicos, a minha identificação, na referida pesquisa.

Assinatura: _____

APÊNDICE E – ROTEIRO DE ENTREVISTA

<p>UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS</p>	<p>MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS FACULDADE DE EDUCAÇÃO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO – MESTRADO E DOUTORADO EM EDUCAÇÃO</p>	<p>PPGEdu Programa de Pós-Graduação em Educação UFGD</p>
--	--	--

Roteiro de Entrevista (Egressas)

Dados Pessoais

- Nome:
- Faixa Etária:
- Nível de Escolaridade:
- Área de Atuação Profissional:

Perguntas:

- Em que período cursou o Magistério na Escola Franciscana Imaculada Conceição?
- Como era o corpo docente do seu Curso de Magistério?
- Lembra-se quais eram as disciplinas que cursou durante o Curso de Magistério nesta Escola?
- Como era o estágio obrigatório?
- Saberria dizer como era o cotidiano do Curso de Magistério desta Escola?
- Quais as memórias mais marcantes em relação ao curso de Magistério?
- Você guarda alguma recordação da época do Magistério, como fotografias, cadernos, trabalhos, entre outros?
- Na sua percepção, o que esse curso contribuiu para a sua formação docente?
- Gostaria de acrescentar algo referente ao curso de Magistério que não lhe foi perguntado?